



**ANAIIS
DO
SEMINÁRIO
BASES
PARA
A
IMPLANTAÇÃO
DE
UM
ARQUIVO
MODERNO:
O
ARQUIVO
PÚBLICO
DA
CIDADE
DE
BELO
HORIZONTE**

N. Cham.: 025.171 S471a 1991

Autor: Seminário Bases para a impl

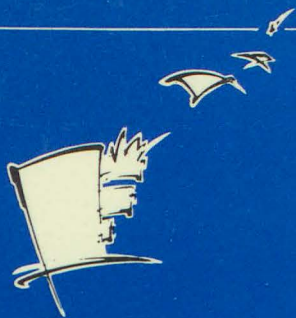
Título: Anais do Seminário bases para a



7992

Ac. 6717

Ex.2 FMC-PBH



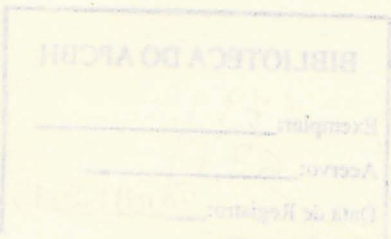
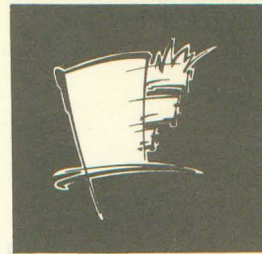
Um arquivo não é um depósito de papéis velhos. E não é somente a oficina do historiador. Um arquivo moderno é um centro de divulgação e desenvolvimento científico-cultural, de apoio à administração pública e fonte de prova e informação ao cidadão.

025. 171

S 471 a

1991

ex. 2



ANAIIS DO SEMINÁRIO
BASES PARA A IMPLANTAÇÃO
DE UM ARQUIVO MODERNO:

O ARQUIVO PÚBLICO
DA CIDADE DE
BELO HORIZONTE



Código do acervo 6717 -
28/09/2015

Código do exemplar 2. 7992
28/09/2015

Coordenação do seminário: Norma de Góes Monteiro
Transcrição de fitas: Adriana Pernambuco Rodrigues, Juliana Jeha, Rosângela Maria
Verdolim
Revisão e copy-desk: Irene Dias, Sérgio Fantini
Fotos: Carmem Matos
Projeto gráfico: Marcílio Godoi
Fotocomposição: Espaço Ltda.
Montagem: Agenize Maria dos Santos Silva
Nicésia Borges Soares

BIBLIOTECA DO APCBH

Exemplar: 27992

Acervo: 6717

Data de Registro: 28/09/2015

S471a

Seminário Bases para a implantação de um arquivo moderno:
o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.
(1990: Belo Horizonte)

Anais. - Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
p. il.

1. Arquivos Públicos Municipais. I. Título.

CDD - 651.5

ANAIIS DO SEMINÁRIO

**BASES PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO:
O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE.**

Belo Horizonte, 04 a 06 de setembro de 1990

Auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG



APRESENTAÇÃO

Com os objetivos de registrar e divulgar o seminário "Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte", a Secretaria Municipal de Cultura fez editar e agora traz a público estes anais.

Simultaneamente, a Câmara Municipal de Belo Horizonte vota e aprova os projetos de lei que criam o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados.

Estes anais surgem, portanto, como a primeira publicação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



ARQUIVO

Arquivo é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, em exercício de suas atividades, e cujo destino não é a eliminação imediata. A definição de arquivo é dada pelo destino final dos documentos, e não pelo seu conteúdo ou forma. O arquivo é o conjunto de documentos que, por sua natureza, devem ser preservados para a memória da instituição ou da sociedade. A preservação dos documentos é uma das principais funções do arquivo, e deve ser realizada de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos para esse fim. O arquivo também tem a função de facilitar o acesso aos documentos, permitindo que eles sejam encontrados e utilizados de forma eficiente. A organização e a classificação dos documentos são outras funções importantes do arquivo, e devem ser realizadas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos para esse fim. O arquivo é uma instituição essencial para a preservação da memória e para o acesso à informação, e deve ser tratado com a máxima importância.

PROGRAMAÇÃO / ÍNDICE

ABERTURA	pg. 07
A CONCEPÇÃO MODERNA DE ARQUIVO - A MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL	pg. 13
ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS - <i>modernidade ainda que tardia?</i> José Maria Jardim	pg. 15
ARQUIVO E LEGISLAÇÃO	pg. 19
A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA DE ARQUIVOS NO BRASIL Aurélio Wander Bastos	pg. 21
Debate	pg. 27
FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUIVO	pg. 39
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA Norma de Góes Monteiro	pg. 41
Debate	pg. 50
GESTÃO DE DOCUMENTOS	pg. 61
O CONCEITO E A PRÁTICA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS José Maria Jardim	pg. 63
Debate	pg. 70
OS NOVOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO	pg. 77
OS NOVOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO Ana Maria de Lima Brandão	pg. 79
Debate	pg. 89
MEMÓRIA E HISTÓRIA	pg. 109
MEMÓRIA E HISTÓRIA Francisco Iglésias	pg. 111
João Antonio de Paula	pg. 118
Debate	pg. 122
ENCERRAMENTO	pg. 125
RECOMENDAÇÕES	pg. 135
MOÇÕES	pg. 137



PROGRAMAÇÃO GERAL

1	INTRODUÇÃO
2	CONCEITO DE ARQUIVO - A MODERNIZAÇÃO
3	ARQUIVO PÚBLICO BRASILEIRO - A ATUALIDADE
4	ARQUIVO E ADMINISTRAÇÃO
5	A ATUALIDADE E A BUSCA DE ARQUIVOS NO BRASIL
6	ARQUIVO
7	FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUIVOS
8	A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA
9	ARQUIVO
10	ARQUIVO
11	ARQUIVO
12	ARQUIVO
13	ARQUIVO
14	ARQUIVO
15	ARQUIVO
16	ARQUIVO
17	ARQUIVO
18	ARQUIVO
19	ARQUIVO
20	ARQUIVO
21	ARQUIVO
22	ARQUIVO
23	ARQUIVO
24	ARQUIVO
25	ARQUIVO
26	ARQUIVO
27	ARQUIVO
28	ARQUIVO
29	ARQUIVO
30	ARQUIVO
31	ARQUIVO
32	ARQUIVO
33	ARQUIVO
34	ARQUIVO
35	ARQUIVO
36	ARQUIVO
37	ARQUIVO
38	ARQUIVO
39	ARQUIVO
40	ARQUIVO
41	ARQUIVO
42	ARQUIVO
43	ARQUIVO
44	ARQUIVO
45	ARQUIVO
46	ARQUIVO
47	ARQUIVO
48	ARQUIVO
49	ARQUIVO
50	ARQUIVO
51	ARQUIVO
52	ARQUIVO
53	ARQUIVO
54	ARQUIVO
55	ARQUIVO
56	ARQUIVO
57	ARQUIVO
58	ARQUIVO
59	ARQUIVO
60	ARQUIVO
61	ARQUIVO
62	ARQUIVO
63	ARQUIVO
64	ARQUIVO
65	ARQUIVO
66	ARQUIVO
67	ARQUIVO
68	ARQUIVO
69	ARQUIVO
70	ARQUIVO
71	ARQUIVO
72	ARQUIVO
73	ARQUIVO
74	ARQUIVO
75	ARQUIVO
76	ARQUIVO
77	ARQUIVO
78	ARQUIVO
79	ARQUIVO
80	ARQUIVO
81	ARQUIVO
82	ARQUIVO
83	ARQUIVO
84	ARQUIVO
85	ARQUIVO
86	ARQUIVO
87	ARQUIVO
88	ARQUIVO
89	ARQUIVO
90	ARQUIVO
91	ARQUIVO
92	ARQUIVO
93	ARQUIVO
94	ARQUIVO
95	ARQUIVO
96	ARQUIVO
97	ARQUIVO
98	ARQUIVO
99	ARQUIVO
100	ARQUIVO

ABERTURA

DISCURSO DE ABERTURA - **Dr. Eduardo Azeredo**, prefeito de Belo Horizonte, acompanhado de **Profa. Berenice Menegale**, Secretária Municipal de Cultura, **Profa. Dra. Norma de Góes Monteiro**, coordenadora do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, **Prof. José Maria Jardim**, diretor da Divisão de Prê-Arquivo do Arquivo Nacional e vice-presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA, e **Vereador Sérgio Miranda**, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Senhoras e senhores, a abertura do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, hoje, é um momento muito importante para a cidade. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população.

Senhoras e senhores, a abertura do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, hoje, é um momento muito importante para a cidade. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população.

Senhoras e senhores, a abertura do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, hoje, é um momento muito importante para a cidade. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população.

Senhoras e senhores, a abertura do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, hoje, é um momento muito importante para a cidade. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população.

Senhoras e senhores, a abertura do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, hoje, é um momento muito importante para a cidade. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população. É um momento em que vamos começar a trabalhar para a preservação da memória da cidade e para a disponibilização da informação para a população.

Dr. Eduardo Azeredo, prefeito de Belo Horizonte;
Profa. Berenice Menegale, Secretária Municipal de Cultura;
Profa. Dra. Norma de Góes Monteiro, coordenadora do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte;
Vereador Sérgio Miranda, da Câmara Municipal de Belo Horizonte;
Prof. José Maria Jardim, diretor da Divisão de Prê-Arquivo do Arquivo Nacional e vice-presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA



PREFEITO DE BELO HORIZONTE, DOUTOR

EDUARDO AZEREDO — Senhora Secretária de Cultura, professora Berenice Menegale, vereador Sérgio Miranda, professor José Maria Jardim, professora Norma de Góes Monteiro, senhoras e senhores que aqui participam da abertura do seminário que pretende discutir as bases para a criação do arquivo público municipal.

Como bem colocou a professora Berenice Menegale, Belo Horizonte, infelizmente, não tem hoje o cuidado que deveria ter com os documentos, com os registros do poder público municipal. Deparamo-nos com essa dificuldade a todo instante. Ainda há pouco, quando a Secretaria iniciou um processo de criação do dicionário toponímico de todas as ruas da cidade, para que possamos ter uma história das ruas, essa dificuldade se apresentou.

Temos os documentos, atualmente mal instalados, mal conservados, é preciso que se reconheça, em um edifício da Prefeitura, na região da Pampulha. Por isso, essa iniciativa se reveste de uma necessidade muito clara e muito objetiva.

Fizemos, inicialmente, uma assinatura de um convênio com a Telecomunicações de Minas Gerais — TELEMIG, que nos repassou o prédio do antigo Museu do Telefone, na avenida Afonso Pena, mas que, pelas suas dimensões, não poderá ser utilizado para a plenitude do projeto que queremos para o arquivo público. Poderá ser utilizado parcialmente para algum objetivo que esteja ligado ao arquivo, mas não como o prédio definitivo. Esse é um dos pontos que precisamos discutir ainda, que é exatamente definir o local onde será instalado o arquivo municipal. Mas, mais importante do que o local é, evidentemente, a forma como esse arquivo vai ser criado, para que possamos ter uma história da própria evolução da administração municipal. Também temos dificuldades nesse ponto por não termos um registro claro. E é evidente que, se queremos preservar a história de uma cidade que se aproxima do seu ano cem, essa providência já vem até meio tarde. Mas nunca é tarde demais.

Participo da abertura deste seminário reiterando nosso compromisso de que este é um ponto em que vocês todos e a cidade de Belo Horizonte podem estar certos de que a Prefeitura Municipal estará comprometida com a sua realização, com a sua finalização, contando, evidentemente, com a participação e o apoio da Câmara Municipal que, através dos instrumentos legais, dará à nossa cidade a condição de se salientar no cuidado com seus documentos.

Esperamos que deste seminário surjam sugestões, idéias objetivas, formas claras que possam levar ao objetivo final. É nosso desejo que vocês realmente participem do processo, que auxiliem numa busca aberta e democrática da melhor forma de conseguirmos a criação e manutenção do arquivo.

Agradeço especialmente a participação do professor José Maria Jardim, da professora Norma de Góes Monteiro que poderão, sem dúvida alguma, com seu conhecimento, auxiliar muito nos primeiros passos desse projeto que se inicia hoje.

Muito obrigado a todos vocês pela presença.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, PROFESSORA BERENICE MENEGALE — Doutor Eduardo Azeredo, prefeito de Belo Horizonte, vereador Sérgio Miranda, doutor José Maria Jardim, professora Norma de Góes Monteiro, senhores e senhoras.

Desde o primeiro dia desta administração, a idéia da urgência da preservação da memória de Belo Horizonte esteve presente. Essa idéia está sendo concretizada através do programa de preservação e de revitalização do patrimônio cultural da cidade, que tem dois instrumentos essenciais, que são o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município e o Arquivo Público da cidade.

Em relação ao Arquivo Público, o início do trabalho se deu através da implantação de uma comissão técnica, coordenada pelo professor Luiz Gonzaga Teixeira, que se instalou, simbolicamente, na Casa do Conde de Santa Marinha.

Esse trabalho inicial foi prosseguido com a designação pelo então prefeito Pimenta da Veiga, da professora Norma de Góes Monteiro, para que coordenasse o serviço de implantação do arquivo.

Esse trabalho já tem alguns frutos muito concretos que são os dois projetos de lei: o de criação do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte e o que cria o Sistema Municipal de Arquivos, dentro da concepção atual desse trabalho. Foi então criado um pequeno núcleo básico na Secretaria Municipal de Cultura, para esse trabalho de implantação do arquivo e de identificação e de localização dos documentos da cidade.

Esse pequeno núcleo é constituído de pessoas especialmente recrutadas dentro da própria Prefeitura de Belo Horizonte e que estão reunidas através de uma motivação criada pelo aspecto de desafio de que se reveste esse trabalho. Desafio porque há a clara consciência de que estamos aqui entre o passado e o futuro, diante do dever de salvar a memória desta cidade.

Sob muitos aspectos, a oportunidade é única. Há os documentos que vêm se perdendo, se deteriorando há décadas. E também é uma oportunidade única porque temos a confiança de que está muito próxima a inauguração do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, porque contamos para isso com a adesão e o apoio do prefeito Eduardo Azeredo.

A Secretaria Municipal de Cultura é a propulsora dessa iniciativa, mas é apenas a propulsora, porque esse trabalho terá que ter a participação intensa e total do Executivo e do Legislativo municipais e também de toda a comunidade, de todos os setores da administração pública e dos setores da sociedade civil. Por isso é extremamente compensador para nós que o tema 'arquivo público' esteja sensibilizando tanto os brasileiros, a ponto de termos aqui hoje, neste seminário, profissionais e estudantes de vários estados do país.

Quero neste momento prestar um agradecimento ao BDMG que acolheu de maneira perfeita a realização deste seminário. Cumprimento toda a equipe que, com extrema competência e dedicação, organizou os trabalhos. Cumprimento os conferencistas convidados, também os debatedores e, de maneira muito especial, cumprimento a professora e historiadora Norma de Góes Monteiro, pela maneira como sabe aliar à competência científica a paixão pelo objeto do seu trabalho, isto é, o sujeito que faz a história, o ser humano e a sua comunidade.

Muito obrigada.

A CONSTITUIÇÃO MODERNA DE ARQUIVO:
A MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL



Da esq. p/dir.: José Maria Jardim, Berenice Menegale e Norma de Góes Monteiro.



A CONCEPÇÃO MODERNA DE ARQUIVO: A MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL

Paulo Roberto de Almeida

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a concepção moderna de arquivo, bem como a modernização do Arquivo Nacional, no contexto da história da administração pública brasileira. Para isso, será necessário recorrer à história da administração pública, bem como à história do arquivo, para entender a importância do arquivo na administração pública e a sua evolução ao longo do tempo. O arquivo é um instrumento fundamental para a administração pública, pois permite a organização, a preservação e a consulta dos documentos produzidos e recebidos pela administração pública. A modernização do arquivo é um processo contínuo, que envolve a adoção de novas tecnologias, a melhoria dos processos de organização e preservação dos documentos, e a capacitação dos profissionais envolvidos.

Em primeiro lugar, é importante destacar a importância do arquivo na administração pública. O arquivo é um instrumento fundamental para a administração pública, pois permite a organização, a preservação e a consulta dos documentos produzidos e recebidos pela administração pública. A modernização do arquivo é um processo contínuo, que envolve a adoção de novas tecnologias, a melhoria dos processos de organização e preservação dos documentos, e a capacitação dos profissionais envolvidos.

Em segundo lugar, é importante destacar a importância da modernização do Arquivo Nacional. O Arquivo Nacional é o órgão responsável pela organização, preservação e consulta dos documentos produzidos e recebidos pela administração pública federal. A modernização do Arquivo Nacional é um processo contínuo, que envolve a adoção de novas tecnologias, a melhoria dos processos de organização e preservação dos documentos, e a capacitação dos profissionais envolvidos.

Em terceiro lugar, é importante destacar a importância da modernização do Arquivo Nacional para a administração pública. A modernização do Arquivo Nacional é um processo contínuo, que envolve a adoção de novas tecnologias, a melhoria dos processos de organização e preservação dos documentos, e a capacitação dos profissionais envolvidos.

Em quarto lugar, é importante destacar a importância da modernização do Arquivo Nacional para a administração pública. A modernização do Arquivo Nacional é um processo contínuo, que envolve a adoção de novas tecnologias, a melhoria dos processos de organização e preservação dos documentos, e a capacitação dos profissionais envolvidos.

BASES PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO:



ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DO BRASIL
FUNDAÇÃO ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DO BRASIL

ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS — modernidade ainda que tardia?

José Maria Jardim

Não há nada mais comum na atividade cotidiana das administrações públicas que a produção, acumulação e consulta de documentos. Na verdade, não há ação alguma nas administrações públicas que não produza um documento ou não seja produto de um documento, qualquer que seja o seu formato ou suporte material. Neste sentido, cabe reconhecer que os sistemas de informação daí decorrentes representam um aspecto institucionalizante da administração pública. Desta forma, os documentos por esta produzidos constituem uma linguagem que é própria e indispensável à sua sobrevivência e operações. Pode-se, portanto, afirmar que os serviços arquivísticos existem, entre outros aspectos, para que as instituições se mantenham e se desenvolvam, pois são a condição de seus funcionamento e coesão. Por isso, sempre que existiu organização governamental de qualquer tipo, existem arquivos, e enquanto existir um poder organizado e organizador equivalente ao que agora chamamos Estado, existirão arquivos.

Sob tal perspectiva, um sintoma inequívoco da qualidade de uma administração é a qualidade de seus arquivos: não se conhece uma boa administração pública sem arquivos bem gerenciados, já que instituições governamentais desinformadas não têm condições de atender ao interesse público. Considera-se, aqui, dois grandes tipos de critérios de avaliação da administração pública: os que se relacionam com o que esta apresenta de **administração** e o que se relaciona com o que tem de **pública**.

Nas últimas cinco décadas a administração pública brasileira sofreu mudanças profundas, mas não os seus arquivos. O meio ambiente no qual se inserem os arquivos públicos transformou-se profundamente sobretudo no que se refere ao crescimento sem precedentes da administração pública e à introdução e difusão de modernas tecnologias de produção e reprodução de documentos, gerando o que se convencionou chamar de "explosão documental". Para fazer face a estes desafios, os arquivos públicos teriam que passar por uma transformação qualitativa, estabelecendo novos princípios de gestão de documentos desde a sua criação, envolvendo ainda seu uso no âmbito do processo decisório governamental e sua eliminação ou guarda definitiva pelos arquivos públicos. Ao se conservarem apenas e precariamente como arquivos históricos, dissociados das novas características informacionais da administração pública, os arquivos passaram a ser considerados obsoletos como órgãos de apoio gerencial pelas próprias instituições governamentais.

Modernizar os arquivos públicos brasileiros implica, portanto, em retirá-los do seu estancamento e realizar uma obra que deveria ter sido empreendida há mais de quarenta anos.

Vale ressaltar alguns aspectos sobre o funcionamento dos arquivos públicos em bases modernas.

Constitui um consenso no âmbito da comunidade arquivística internacional que, modernamente, um arquivo público tem como objetivo primeiro e fundamental a preservação sistemática dos documentos governamentais, visando facilitar a eficiência das operações da administração pública, a pesquisa científica, a proteção do direito dos cidadãos e o desenvolvimento da identidade nacional, local ou regional baseado nos arquivos como memória coletiva da nação, do estado ou da cidade.

Esse objetivo, ao definir a configuração institucional de um arquivo público, envolve, por sua vez, uma série de princípios norteadores. Cabe mencionar alguns desses princípios básicos:

1) os documentos conservados pelo arquivo público devem constituir uma fonte de informações sobre as atividades do governo no qual a instituição arquivística encontra-se inserida;

2) os documentos devem ser recolhidos sistematicamente ao arquivo público, segundo critérios precisos de avaliação e seleção de documentos, garantindo a preservação do patrimônio informativo governamental e da sociedade;

3) o arquivo público deve sempre tornar disponível ao cidadão a informação arquivística;

4) o arquivo público deve buscar desempenhar um papel ativo de forma a garantir que os documentos governamentais sejam bem administrados durante todo seu ciclo vital, ou seja, a partir da sua criação até a sua eliminação ou a sua conservação permanente pelo próprio arquivo público; e

5) o arquivo público deve considerar a dinâmica das demandas dos seus usuários (seja o pesquisador científico, o administrador público ou o cidadão comum), buscando sempre desenvolver as ações necessárias para, cada vez mais, responder de forma mais eficiente a esses usuários.

No caso dos arquivos nacionais, paralelamente às suas funções junto ao quadro governamental no qual se inserem, podem também desempenhar uma atuação a nível nacional, fomentando o desenvolvimento de outros segmentos do patrimônio arquivístico público e privado do país. Neste sentido, devem sempre buscar a contribuição de demais instituições, públicas ou privadas, dos setores arquivístico e científico e da sociedade em geral.

Um dos principais desafios das modernas instituições arquivísticas consiste em assegurar que os recursos informativos utilizados para responder às exigências administrativas governamentais sejam gerados de maneira eficiente e econômica, justificando o seu custo social pelos serviços que presta à sociedade e ao governo. É fundamental, nesta perspectiva, que os arquivos públicos não se transformem em instituições deficitárias para o cidadão e o governo, mas sim reconhecidas por este e pela sociedade como parte do progresso coletivo.

A experiência internacional é muito variada na execução dos princípios acima mencionados.

Na América Latina, os arquivos públicos são geralmente considerados depósitos de papéis velhos, os quais, em diversos casos, não apresentam conteúdo histórico que justifique o custo público da sua conservação. Essas instituições são caricaturalmente associadas a um passado inerte e a algo alheio à realidade dos governos e dos cidadãos, das suas demandas e produtos. Trata-se de entidades distanciadas da administração pública, ineficientes como equipamento social e, portanto, irreconhecidas pelos governos e pelos cidadãos. Como tal, por mais reduzidos que sejam os seus orçamentos, acabam por se tornarem extremamente deficitárias para o país já que não cumprem funções mínimas.

Nas sociedades industrializadas, por diversas razões históricas, os arquivos públicos, além de guardiães da memória governamental e da sociedade e componentes da complexa estrutura de produção, uso e acesso à informação produzida pelo Estado, apresentam-se simultaneamente como instituições integradas ao cotidiano da administração pública e do cidadão.

Paralelamente, ocorre nesses países uma profunda consciência social sobre a informação governamental enquanto um **direito do cidadão**, bem como elemento básico do processo político decisório governamental e recurso econômico necessário ao desenvolvimento social. Neste sentido, a informação pública deve ser devidamente gerenciada, assim como se administram outros recursos fundamentais para o país.

Nesse quadro, como agem os arquivos públicos modernos para exercerem os seus objetivos? Inicialmente, temos que visualizar esta atuação em quatro aspectos:

- 1) a ambiência da administração pública, na qual se encontram inseridos esses arquivos públicos;
- 2) o contexto organizacional desses arquivos públicos;
- 3) a legislação de que essas instituições dispõem para o exercício de suas funções; e
- 4) A ação arquivística do arquivo público junto à administração pública na qual se encontra inserido.

A ambiência da administração pública

remete-nos à concepção de serviço público como um conjunto de ações institucionais cuja razão essencial é o cidadão. Trata-se de uma noção de administração direcionada efetivamente a atender a demandas sociais. Para tal, a administração pública deve se constituir numa organização estável das funções públicas a serem realizadas para o cumprimento dos fins de um governo. Neste contexto administrativo, a informação é valorizada como espinha dorsal da eficácia governamental. Por consequência, é também bastante acentuada a valorização do servidor público que atua na gestão de informação governamental e na sua preservação.

Um outro aspecto a se considerar, nestas administrações públicas, é a positiva continuidade do ponto de vista da estabilidade administrativa. A sua estrutura básica serve, evidentemente, à execução de distintas políticas definidas por diferentes governos, mas os valores fundamentais que norteiam o sucesso de uma administração pública permanecem, apesar das mudanças governamentais. Ainda que possam ser alteradas em alguns aspectos preserva-se, essencialmente, uma saudável estabilidade gerencial.

Um outro tópico refere-se ao **contexto organizacional dos arquivos públicos**, aspecto inseparável da análise da questão do seu mandato legal. É importante frisar a importância de que os arquivos públicos apresentem uma clara definição — inclusive jurídica — quanto aos seus objetivos institucionais. Como em qualquer outra organização, caso tal não ocorra, tais instituições encontrar-se-ão, evidentemente, fadadas ao insucesso.

Além disso, as instituições arquivísticas devem atuar sob uma perspectiva de **planejamento estratégico**, planejando sua ação, em períodos que abrangem de cinco a dez anos. Por outro lado, cabe promover um diálogo sistemático com a sua clientela. Este diálogo freqüente dos arquivos públicos com os demais órgãos governamentais se dá basicamente através dos fundamentos da gestão de documentos, ou seja, “a área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na **produção, manutenção, uso e destinação final** de documentos” (Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos — CIA).

Uma política de gestão de documentos pressupõe a adoção das seguintes ações pelo arquivo público e demais órgãos governamentais:

- 1) programas de controle e racionalização da produção e tramitação documental;
- 2) programas de arquivamento dos documentos em fase corrente, ou seja, aqueles que são objeto de uso freqüente pela administração pública;
- 3) programas de arquivamento dos documentos em fase intermediária, ou seja, aqueles que, reduzida a sua utilidade do ponto de vista gerencial, continuam a oferecer perspectiva de uso eventual pela administração pública;
- 4) programas de avaliação e seleção de documentos com vistas à sua microfilmagem, eliminação ou guarda permanente; e
- 5) programas de recolhimento de documentos ao arquivo público com o objetivo de preservação e acesso público.

Tais programas se configuram em termos de normas e operações e pressupõem uma interação dinâmica entre o arquivo público e os outros órgãos da administração pública. No decorrer desta ação mútua, o arquivo público atua sobretudo como órgão **normatizador** na produção de padrões técnicos, implementando determinadas atitudes na medida dos seus recursos de infra-estrutura, cabendo à administração pública basicamente **operacionalizar** as normas definidas pela instituição arquivística. Evidentemente, na medida em que se trata de um processo interativo, estas normas não são passivamente incorporadas pela administração pública, nem podem ser produzidas pelo arquivo público sem se considerar as características dos organismos aos quais são direcionadas.

Ocorre, naturalmente, um processo de retroalimentação: os demais órgãos governamentais respondem ao arquivo público nas formas pelas quais utilizam e solicitam novas normas, definindo o padrão e a prioridade de normatização. Vale frisar que tais níveis de interação, do ponto de vista **normativo e operacional** são necessariamente dinâmicos em termos gerenciais e devem ser juridicamente definidos. Trata-se, portanto, de duas faces da mesma moeda: o arquivo público e a rede arquivística governamental.

Esses níveis de interação têm constituído, até o momento, a chave básica da moderna arquivística para os arquivos públicos.

Neste quadro, vale ressaltar a experiência dos últimos dez anos realizada pelo Arquivo Nacional do Brasil que prossegue na sua trajetória modernizante do ponto de vista técnico, legal e administrativo. No momento, os avanços alcançados apontam para uma continuidade desse processo cuja segunda etapa depende necessariamente de um grande esforço do governo federal na modernização da sua rede arquivística. Como expressão de uma linguagem da administração pública, seria equivocado prever a plena modernização do Arquivo Nacional sem uma política arquivística que envolva a todos os demais serviços de arquivos governamentais. Este é o desafio não só do Arquivo Nacional bem como das demais instituições arquivísticas do país cuja ação se volta para a superação de um modelo institucional ainda mais próximo do século passado que do XXI.

Por fim, como menciona o arquivista mexicano J. Enrique Ampudia Mello, "a modernização arquivística não só deve ser direcionada à modernização da administração pública, bem como realizar-se dentro desta como parte de um esforço integral de renovação institucional". O movimento implícito de transformação dos arquivos não se desenvolve apenas destes em direção à administração pública, mas sobretudo e explicitamente da administração pública em direção aos arquivos. Uma administração pública sem consciência arquivística terá muito pouco de administração e, ainda menos, de pública.

ARQUIVO E LEGISLAÇÃO

Prof. Dr. Aurélio Wander Bastos, consultor jurídico do Arquivo Nacional e professor da Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro;
Prof. Luiz Gonzaga Teixeira, professor da UFMG e assessor técnico do IEPHA-MG;
Dr. Arésio Almeida Dâmaso e Silva, Procurador Geral da Prefeitura de Belo Horizonte;
Dr. Cláudio Roberto Mourão da Silveira, Secretário Municipal de Administração;
Profa. Ruth Villamarim Soares, historiadora, superintendente de Pesquisa, Tombamentos e Documentação do IEPHA-MG.



A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA DE ARQUIVOS NO BRASIL

Aurélio Wander Chaves Bastos

A Constituição brasileira, promulgada em 5.10.88, definiu, á 150 anos da criação do Arquivo Nacional, pela primeira vez na história constitucional brasileira, os parâmetros gerais para a delimitação e fixação de uma política nacional para a gestão documental. Historicamente o tratamento constitucional da questão documento no Brasil pode ser definido em dois períodos distintos, a que se deverá somar um terceiro período resultante do novo texto constitucional.

O primeiro período está vinculado à constituição política do Império do Brasil e o dispositivo constitucional visava, mais do que definir políticas, propiciar a criação do Arquivo Imperial para a guarda do original das leis produzidas no Império¹ e cópias de inventos e patentes criados ou em exploração no território brasileiro². O regulamento nº 2, de 02 de janeiro de 1838, há mais de 150 anos formalizou a criação do Arquivo Nacional e definiu a sua estrutura básica de guarda e arquivamento em função da própria estrutura de poderes. O Arquivo Imperial foi organizado com base nas seções administrativas (onde se guardavam os documentos do Poder Executivo e Moderador), legislativa (onde se guardavam os documentos produzidos pelo Poder Legislativo) e do Poder Judiciário, com competência para arquivar processos e autos findos³.

O Império desenvolveu uma sistemática de arquivamento de documentos administrativos que se transformou na base histórica do Arquivo Imperial hoje denominado Arquivo Nacional. Estes documentos, todavia, nem sempre receberam o tratamento arquivístico adequado, o que significa que não apenas o Arquivo Imperial funcionava como depósito de documentos, mas especialmente que não havia uma consciência arquivística nacional.

O reflexo, todavia, mais extremado desta ausência de consciência arquivística foi na primeira Constituição Republicana de 1891⁴ que não fez qualquer referência ao arquivamento documental e à imprescindível necessidade de sua conservação como instrumento de preservação da história nacional. Os resultados práticos foram profundamente danosos à formação de nosso patrimônio documental e permitiu, não apenas a deterioração de significativa massa documental localizada em organismos públicos eclesiásti-

1 ver Constituição Política do Império do Brasil de 25.03.1824, arts. 70 e 131.

2 ver Lei de 28.08.1830 sobre direito do inventor e depósito de patentes no Arquivo Público.

3 ver Regulamento nº 02, de 02.01.1838.

4 O Decreto nº 10, de 21.11.1889 muda a denominação do Arquivo Público do Império para Arquivo Público Nacional e o Decreto nº 547, de 17.09.1891 que transfere para a Secretaria de Estado dos Negócios a competência para recolher em depósito patentes e marcas. O Decreto nº 1580, de 31.10.1893, criará no Arquivo Público a Seção Judiciária que não existia no período histórico anterior.

cos, mas especialmente viabilizou os atos referentes à eliminação de documentos sobre a escravidão e a memória da população negra no Brasil⁵, dentre eles documentos contábeis localizados em repartições cartorárias fora de alcance do Arquivo Público⁶.

O ano de 1934, com a promulgação da nova Carta Constitucional marca, todavia, a reação da consciência nacional à deterioração do nosso patrimônio documental, especialmente a partir de janeiro de 1937 quando se inaugura o segundo grande ciclo da história legislativa sobre o documento público no Brasil⁷. Duas grandes vertentes presidiram o tratamento que o poder público dava aos documentos: a proteção aos documentos públicos federais e a proteção aos documentos de valor histórico, especialmente eclesiásticos, estaduais, municipais (e privados). O que marca conseqüentemente este período é a emersão das primeiras orientações legais para implantação de uma política para os documentos de valor histórico, não para os documentos produzidos pela administração pública federal ou mesmo estadual ou municipal.

Na verdade, estas grandes tendências evoluirão em linhas autônomas, até as primeiras reações provocadas pela promulgação do Regimento do Arquivo Nacional em 1956, patrocinado pelo historiador José Honório Rodrigues⁸. A discussão deste novo regimento propiciou a retomada da problemática dos documentos de valor histórico e a sua organização para a pesquisa e, ao mesmo tempo, incentivou os primeiros grandes debates sobre a questão dos arquivos administrativos.

Em 1973, é criado o curso de arquivística no Arquivo Nacional, que marca o início dos estudos arquivísticos no Brasil⁹. Todavia, somente a partir dos anos de 1970 é que são criados os primeiros instrumentos legais para viabilizar uma política de organização dos documentos administrativos. Em 1975 é promulgada a Portaria 6008 que dará nova estrutura de organização do Arquivo Nacional, deslocando a sua estrutura de organização dos referenciais de organização dos poderes no Brasil, para os referenciais da moderna questão da documentação e da arquivística. Em 1978 é criado o Sistema Nacional de Arquivos com o propósito de articular os órgãos públicos de arquivo e implementar uma política de arquivos.

Estava instaurada a mais nova e recente fase da discussão documental no Brasil como significativo efeito da discussão da questão arquivística com a questão nacional. No ano de 1975 imediatamente à promulgação do novo regimento do Arquivo Nacional é publicada a Portaria 250/75 que deu ao SPHAN novas e especiais competências para incentivar uma política nacional para os documentos de valor histórico. A partir

5 de Eduardo Silva: Dos Arquivos da Escravidão. *Jornal do Brasil*. RJ, 10.05.86, 1.º cad. p. 11.

6 Idem, idem

7 ver de Aurélio Wander Bastos, especialmente a Ordem jurídica e os documentos de pesquisa no Brasil. *Arquivo e Administração -RJ* (1). 1980, p. 3 e segs.

8 ver Decreto nº 44.862, de 21.11.1958.

9 Ver Parecer nº 698/74 (Doc. 160) e Resolução MEC nº 28/74 (DO 27.05.74) que define o currículo e organização do curso.

de 1975 estas tendências presidirão a questão documental brasileira e incentivarão a discussão da imprescindível necessidade de se proteger a documentação nacional não apenas por dispositivos legislativos residuais, mas por lei federal.

A partir de 1980 avolumou-se o movimento para se elaborar uma lei nacional de arquivos que não apenas definisse a questão das competências para a gestão documental de arquivos públicos e de valor histórico, como também sobre a importância dos arquivos privados. Por outro lado, tornou-se prioritário que uma lei nacional de arquivos não apenas definisse as competências para a execução do recolhimento, guarda e acesso a documentos armazenados, como também definisse os procedimentos para tratar o documento de sua produção até o seu arquivamento permanente. A comissão para elaborar a nova lei de arquivo foi criada em 1983 e produziu o Anteprojeto de Lei de Arquivo que se encontra em tramitação no Congresso Nacional¹⁰.

Todavia, os debates, encontros e seminários sobre a problemática arquivística provocam o desenvolvimento não apenas de problemas conceituais mas também de novas questões vinculadas ao arquivamento de documentos à informatização de informações documentais.

Na verdade, durante as discussões públicas sobre a nova lei de arquivos se sobrepujaram questões de maior significância para a moderna política arquivística principalmente provocados pela promulgação do *Act Information* em 1974 nos Estados Unidos e pelas constituições portuguesa e espanhola, respectivamente em 1973 e 1974.

A questão arquivística modernamente passou a sofrer significativas influências das discussões conceituais sobre a semelhança entre a proteção do documento e a proteção da informação documental. Neste contexto adquiriu significativo efeito sobre a questão da arquivística o problema da proteção legal da informatização da informação e da questão jurídica do arquivamento de informações sigilosas e do segredo de interesse público e privado e, por outro lado, conseqüentemente, o acesso à informação, à informação documental e aos documentos públicos e privados.

Neste sentido, o anteprojeto da lei de arquivos tomou significativo vulto e passou a incorporar no contexto geral de sua discussão temas que, de certa forma, fugiam à discussão tradicional da questão arquivística. A discussão sobre acesso aos documentos de pesquisa e à documentação de produção administrativa corrente foi incorporada a questão do acesso à informação, nas suas vertentes principais: o acesso a informações documentais de interesse público e o acesso a referências informatizadas sobre privacidade individual. A questão do acesso à informação deslocou a questão dos arquivos privados para questões de efeitos políticos e existenciais altamente significativos como a questão da proteção à privacidade individual em cadastros, não apenas do serviço público, mas também em bancos de dados comerciais ou particulares.

A este conjunto de problemas somaram-se as questões da informatização de informações não apenas produzidas pela autoridade pública em

10 ver Portaria n.º 864/80. MJ. Integravam a comissão juristas e arquivologistas. O 1.º Anteprojeto de Lei na Câmara dos Deputados tomou o n.º 4895.A/84.

documentos públicos mas também produzidos pela autoridade pública em referências cadastrais reservadas ou sigilosas e, neste caso, até por organismos privados.

Muitos destes fatores fogem à tradicional ótica da regulamentação e somaram-se aos já difíceis posicionamentos sobre a lei de arquivos, o que não inviabiliza, é claro, a discussão não apenas sobre as conexões conceituais, que envolvem a problemática de arquivos, mas também, e especialmente, a regulamentação das questões de informática. Genericamente podemos organizar a seguinte tipologia da moderna problemática brasileira de questões arquivísticas:

TIPO	CARACTERÍSTICA	ACESSO
1. Arquivo de documentos públicos	Documentos produzidos por autoridade pública	Sigiloso na produção Aberto na tramitação
2. Arquivo de documentos históricos	Documentos públicos de importância histórica produzidos por autoridade pública	Abertos à pesquisa (sem reservas de acesso)
3. Arquivos de documentos privados	Documentos privados e produzidos por autoridades públicas	Aberto com reservas
	Documentos produzidos por autoridades eclesiásticas ou de direito privado	Aberto com reservas
4. Arquivos de informações cadastrais públicos	Cadastros de referências e dados de governo	Sigiloso Reservado
	Cadastros de referências de atos individuais privados de efeitos públicos	Sigiloso Aberto ao cadastrado
5. Arquivos privados de informações cadastrais privadas	Cadastros de referências sobre atos individuais privados de efeitos sociais	Sigiloso Aberto ao cadastrado

A nova constituição brasileira, observando os debates constituintes, estabeleceu, no que se refere a acesso à informação, como regra geral, o direito de todo cidadão receber de órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, salvo aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado e da sociedade¹¹. Isto significa que todo cidadão tem direito de receber, através de certidões de órgãos públicos, informações documentais públicas e informações documentais reservadas, salvo se as referências cadastrais forem de interesse da segurança do Estado e da sociedade. O texto constitucional desprezou os arquivos privados de informações cadastrais privadas, o que significa que a regulamentação de funcionamento e acesso a estas entidades é de exclusiva dimensão estatutária¹².

Por outro lado, no que se refere ao acesso a arquivos de documentos públicos, a Constituição Federal, se não definiu que todo cidadão tem o direito de consultar documentos de interesse particular ou coletivo, estabeleceu que cabe à administração pública a gestão da documentação governamental e a definição dos critérios de consulta, ou seja, as providências para franquear e facultar a consulta¹³.

Como se verifica, as disposições constitucionais diferenciam o acesso à informação de consulta a documentos administrativos, o que significa que, pelo menos em tese, a questão deve ser tratada por documentos regulamentares diferentes. A questão, todavia, se coloca em nível de maior complexidade no que se refere aos documentos de valor histórico. Em primeiro lugar, o texto constitucional os classifica como patrimônio cultural brasileiro¹⁴ e, em segundo lugar, porque o próprio texto constitucional estabelece que o Estado garantirá o acesso às fontes de cultura nacional¹⁵ e, dentre as fontes explícitas, não se pode negar a importância da fonte documental, mesmo porque a Carta Constitucional entende como patrimônio cultural as formas de expressão portadoras de referências à identidade¹⁶.

Conseqüentemente, tomando como base as disposições constitucionais vigentes podemos elaborar o seguinte quadro diferenciativo:

11 ver Constituição Brasileira, art. 5º, inciso XXXIV, b.

12 O Código de Defesa do Consumidor, sancionado pelo Presidente da República é bastante extensivo no seu propósito, ultrapassando os limites presumíveis do texto constitucional.

13 ver Constituição Brasileira, art. 216, § 2º.

14 ver Constituição Brasileira, art. 216, IV.

15 ver Constituição Brasileira, art. 215.

16 ver Constituição Brasileira, art. 216, I.

TIPO	ACESSO
1.Arquivo de documentos governamentais	. Consulta franqueada nos termos da lei
2.Arquivo de documentos patrimoniais (de valor histórico)	. Acesso pleno (constitucional)
3.Arquivo público de informações cadastrais privadas	. Sigiloso . Acesso ao cadastrado
4.Arquivo público de informações de interesse para segurança do Estado e sociedade	. Sigiloso

Este quadro nos mostra que apenas as informações de interesse para a segurança do Estado e da sociedade têm limitações absolutas de acesso ou cláusula de reserva, sendo que o poder público não poderá limitar ao cadastrado as informações reservadas arquivadas sobre suas atividades públicas de interesse público ou privadas de interesse público. Por outro lado, se o texto constitucional estabelece reservas de franquia para os documentos de produção administrativa¹⁷ fixa, como de acesso pleno, os documentos de valor histórico (ou patrimonial)¹⁸.

Este entendimento reforça a tese de que a regulamentação das informações cadastrais ou informatizadas devem não apenas distinguir aquelas que são do interesse particular, de interesse público ou geral e do interesse da segurança nacional, como também não devem obedecer os mesmos critérios e requisitos da regulamentação das consultas aos documentos administrativos ou patrimoniais. Da mesma forma, se os textos legais devem ser diferentes, o texto constitucional não fixou parâmetros para qualquer intervenção legal nos arquivos privados, exceto se classificados como patrimônio cultural.

17 ver Constituição Brasileira, art. 216. § 2º

18 ver Constituição Brasileira, art. 216. § 1º e § 3º

PROF.^a RUTH VILLAMARIM SOARES — A criação do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte constitui medida de alta expressão e, não só irá contribuir de forma decisiva para a preservação e valorização do seu patrimônio documental, como se constituirá em repositório de informações que irão instrumentalizar os técnicos que atuam em planejamento urbano nas suas inúmeras instâncias, no sentido de propor soluções adequadas para os graves problemas que assolam a cidade e a sua população.

Desta forma minha proposta é fazer algumas considerações embasadas na experiência do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico — IEPHA-MG, que contribuam para discussões relativas ao tema "arquivo e legislação".

Acredita-se que este seminário, através de reflexões mais abrangentes sobre a questão dos arquivos, resultará num delineamento de ações a serem empreendidas na implantação de um arquivo moderno e dinâmico. E, principalmente, dará sua contribuição para que se esboce um conjunto de regras e normas para uma política de planejamento da área.

No caso específico do IEPHA-MG, órgão cuja atribuição básica é a preservação do patrimônio cultural do Estado, iniciativas visando à conservação de registros que documentam a atuação das comunidades nos processos econômico, político e social são consideradas fundamentais para a preservação de sua identidade cultural.

Neste sentido, torna-se essencial apoiar e incentivar a conservação e organização de arquivos permanentes, sejam estes públicos ou privados, para se alcançar efetivamente seu uso social. Esse processo viabiliza-se através de medidas concretas de criação de instituições, como a que agora ocorre em Belo Horizonte, com a implantação de um órgão que irá coletar, organizar e valorizar os acervos documentais, registros dos processos sociais por que passou a cidade, aqui em sua ainda curta trajetória, sem que se privilegiem os chamados grandes eventos e, sim, sob um ponto de vista amplo, preservando todo o conjunto de documentos produzidos pelos mais diversos segmentos da sociedade.

Com relação ao tema específico de que se trata hoje, é interessante mencionar que na lei n.º 5.775, de 30 de setembro de 1971, que criou o IEPHA, no seu artigo III, que define as competências do órgão, parágrafo IV, está disposto que este deve promover a catalogação sistemática e a proteção do Arquivo Público Mineiro e de outros arquivos oficiais, eclesiásticos ou particulares, existentes no Estado, cujos acervos interessam ao estudo da história e da arte em Minas Gerais.

Ressegue-se que o disposto neste artigo III, com relação ao Arquivo Público Mineiro, é uma impropriedade, pois trata-se de uma instituição que remonta a 1895, cumprindo com eficiência sua atribuição no que se refere ao patrimônio documental do Estado, não necessitando, portanto, da tutela de qualquer outro órgão. Esta afirmação está ratificada pela lei n.º 8.828, de 5 de junho de 1985, que alterou a lei de criação do IEPHA, em que essa competência foi cancelada.

Cumpra colocar ainda que esse disposto na lei de 1971, já mencionada, reflete, de certa forma, uma tentativa de integração dos arquivos do Estado e dos municípios, o que não foi alcançado, pois a descentralização da organização dos arquivos brasileiros se mantém, sendo prerrogativa dos estados e dos municípios optar por certo modelo organizacional.

No caso do IEPHA, permanente usuário de arquivos pela natureza do seu trabalho, este fato é facilmente percebido, indicando a necessidade

de uma integração nacional, principalmente no que diz respeito a questões normativas.

Retomando-se o tema e considerando-se que nos primeiros anos, como é usual, a estruturação do IEPHA foi lenta, observa-se a ausência de quaisquer medidas para a proteção dos demais arquivos do Estado, o que em parte acontece devido à imensa tarefa que cabe à instituição de atender a um conjunto de bens culturais de importância e dimensões inusitadas, como reiteradas vezes se menciona com relação ao patrimônio mineiro. Confirma, também, esta questão o fato de que, tanto na instância federal quanto na estadual, a política de tombamento está dirigida para os bens imóveis de valor histórico, artístico e arquitetônico.

Entretanto, em meados dos anos 80, teve início o projeto de inventário de proteção do acervo cultural de Minas Gerais — IPAC-MG, que objetiva identificar o conjunto de bens culturais do Estado. Trata-se de medida essencial, pré-requisito indispensável à definição de uma política de preservação eficiente, pois o primeiro passo e atitude mais precisa para se alcançar a salvaguarda é o conhecimento do universo a ser protegido.

A identificação dos bens culturais de Minas, através do IPAC, adquire relevância ainda mais patente, se levada em consideração a grande extensão territorial do Estado com seus 723 municípios, abrangendo 6.171 localidades, com cerca de presumivelmente trinta a quarenta mil edificações, centenas de sítios arqueológicos e espeleológicos, uma infinidade de bens móveis e arte aplicada e dezenas de arquivos das mais diversas categorias.

Assim, apesar de se tratar de um inventário que por suas próprias características é um levantamento sumário, este fornece subsídios significativos no caso por exemplo, dos arquivos do Estado, pois registra sua natureza, conteúdo, forma de organização, estado de conservação e acesso.

Ao longo dos cinco anos em que vem sendo realizado este programa, com diversas interrupções por questões de recursos, foram inventariados por volta de trinta e cinco municípios, tendo sido identificados cerca de cinquenta arquivos de natureza jurídica pública e privada, com grande número de arquivos eclesiais, pertencentes às igrejas matrizes e ordens religiosas leigas.

Este inventário, em que pese sua fase ainda preliminar, se considerado o volume de trabalho a ser realizado e a dificuldade em se alocar recursos específicos para a sua execução, tem mostrado a importância da existência de instituições dedicadas à guarda de documentação a nível dos municípios para a preservação de sua memória e, principalmente, o significado da permanência de documentos em seu local de origem, desde que em condições razoavelmente adequadas. Isto permite o uso da comunidade e facilita sensivelmente o trabalho, não só de pesquisadores ao levantarem dados sobre seu acervo, como de outros profissionais que se propõem a ali atuarem sobre os mais diversos aspectos.

Assim, observa-se a necessidade de se incentivar os municípios que já disponham de instituições arquivísticas, para o aperfeiçoamento de sua organização. E, igualmente, observa-se a necessidade de se estimular os demais, no sentido de criarem essas unidades.

Através do IPAC, esta recomendação consta de um documento final, encaminhado às administrações municipais, onde é enfatizada a necessidade de que seja efetivamente assumida a conservação e a proteção dos acervos nas suas inúmeras categorias.

Este procedimento se explica, tendo em vista que a experiência tem demonstrado que a preservação só é alcançada através da ação das próprias comunidades, legítimas proprietárias desses bens culturais.

Em síntese, esta tem sido a atuação do IEPHA, com referência aos arquivos existentes no Estado, ação que se ressentia de respaldo técnico adequado, pela ausência em sua equipe, até o momento, de profissionais especializados em arquivística.

Esta carência justifica-se, mais uma vez, pela já mencionada dimensão do patrimônio cultural a ser atendido e pelo incontestável fato de que, no universo dos bens culturais, o valor maior tem sido atribuído ao patrimônio ambiental urbano, em suas expressões artísticas, arquitetônicas e paisagísticas, o que, de certa forma, monopoliza o trabalho do órgão no atendimento a esse tipo de bens.

A conclusão dessas colocações pretende ser dedicada a Belo Horizonte e ao trabalho do IEPHA-MG, como contribuição à preservação da cidade.

Pode-se afirmar, com base em dados concretos, que parte substancial das atividades do órgão estão voltadas para Belo Horizonte. Como exemplos podem ser citados, entre outros, um número de edificações tombadas aqui em Belo Horizonte, edificações isoladas, praças e conjuntos urbanos, que constituem 40% do acervo tombado em todo o Estado.

Outro exemplo seria a identificação, através do IPAC, de aproximadamente trezentos e sessenta edificações de interesse de preservação aqui existentes, com autoria de projeto e datação, e o resgate do nome de cerca de cento e oitenta profissionais das mais diversas categorias, que atuaram na construção da cidade em fases subsequentes, até por volta da década de 1950.

A coleta desse conjunto de informações foi possível através do levantamento sistemático sobre a evolução urbana, histórica e arquitetônica da cidade, realizada no Arquivo Público Mineiro, na Prefeitura Municipal, no Museu Abílio Barreto e no arquivo do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — CREA-MG, entre outros.

Aqui cabe um parêntese, para se registrar, mais uma vez, o significado da criação do arquivo municipal, que irá centralizar o conjunto de documentos esparsos em várias instituições, prestar atendimento especializado e, principalmente, estabelecer critérios para coleta, avaliação e eliminação de documentos.

Esta questão é de grande importância, pois no caso de Belo Horizonte existe o episódio recente que se refere às plantas originais das edificações aqui construídas, que se encontravam arquivadas na Seção de cadastros de plantas da Prefeitura, aberta a consultas. Ali os pesquisadores do IEPHA-MG realizaram inúmeros levantamentos e constataram a importância e o valor desses documentos originais, alguns deles verdadeiras obras de arte pela qualidade do desenho executado em papel tela, muitos deles aquarelados.

Posteriormente, todas essas plantas existentes no mencionado arquivo foram microfilmadas e os originais tornaram-se um "problema" pelo seu volume e foram encostados em diversos depósitos. Este fato certamente causou grande perda neste acervo. Entretanto, sabe-se hoje que a equipe que implanta o arquivo está empenhada no sentido de resgatar todo esse conjunto de documentos de fundamental importância e significado para a memória da cidade.

Finalmente, o IEPHA-MG organizou um pequeno arquivo sobre Belo Horizonte, resultado dos levantamentos já mencionados. Este arquivo está sistematizado por edificações e atende com bastante frequência, além do seu corpo técnico, ao usuário em geral. Serve ele de fonte de pesquisa para nível secundário e para trabalhos acadêmicos de nível universitário.

Com base nesta mesma documentação, foi possível propor uma cronologia em que se define períodos da evolução de Belo Horizonte e de sua arquitetura e que se constitui em fundamento histórico e metodológico para uma ampla política de preservação da capital, ainda não implantada definitivamente.

Essa cronologia identificou as seguintes fases:

- a primeira, chamada "Construção", entre os

anos de 1894 e 1915, aproximadamente;

- a segunda, "Consolidação", entre 1915 e 1930;

- a terceira, "Transição", entre 1930 e 1940;

- a quarta, "Transformação", entre 1940 e 1955.

Através das imagens de um vídeo, a ser exibido a seguir, busca-se mostrar a evolução por que passou a cidade, tão bem percebida pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, em 1957, na "Canção sem Metro":

"Não te censuro, filha, nem te pranteio. Há uma hora terrível para as cidades, quando querem ser diferentes de si mesmas; e quase nunca pousa um anjo e ordena-lhes: 'Páral', como a Assis na Úmbria."

O DR. ARÉSIO ALMEIDA DÂMASO E SILVA —

Sobretudo ao senhor, Prof. Aurélio Wander Bastos, devo um esclarecimento. Seu tema, "legislação e arquivo no Brasil", poderia dizer respeito de perto a mim, na qualidade de Procurador Geral do Município, mas estou atento à ponderação dos latinos que já sabiamente diziam: *Nauta de ventis, arator de tauris*, o que quer dizer: 'Os marinheiros falam dos ventos, os agricultores falam dos bois'. Seu tema é específico e escapa à especialização genérica tão decantada dos advogados.

Assim, acompanhei, com raro interesse, seu passeio fácil e sua dissertação agradável sobre um tema um tanto quanto árido para mim. Por isso não quero ter a presunção do debate. Gostaria apenas de me enriquecer um pouco mais na condição de procurador, que é aquele que condiciona e direciona a atuação da administração pública nos seus atos diante da lei vigente.

Minha preocupação é de ordem mais prática que doutrinária. Assim sendo, gostaria, se me permitisse, de colocar uma nova questão ao senhor, para que trouxesse a esta colenda assembléia novos subsídios: no trato da informação pública e privada, que princípios básicos, ou que decálogo o legislador deve adotar para, em colocando o arquivo a serviço da comunidade, posicionar-se diante de direitos, que eu diria mais relevantes, porque insculpidos no texto constitucional? Refiro-me aqui ao direito de propriedade — e aqui reporto-me à distinção que o senhor fez, aos arquivos privados, ao direito ao sigilo, ao direito à pesquisa — e aí penso nas universidades e instituições privadas. Até onde o Estado poderia valer-se dos arquivos das instituições privadas e colocá-los a serviço da comu-

nidade nas suas pesquisas? Refiro-me, por fim, ao direito à privacidade, ao instituto do *habeas data*, à segurança do Estado e à segurança da sociedade, fazendo desses princípios sua utilização a serviço do município, uma vez que o tema específico seria o arquivo público municipal.

PROF. AURÉLIO WANDER BASTOS — Para quem está acostumado a discutir arquivos no sentido federal, existe sempre alguma dificuldade de acomodação, ao ter que traduzir tudo na dimensão de município. O que torna difícil esta acomodação é o fato de dirigirmos uma lei municipal, sem que antes tenhamos pelo menos definidos os parâmetros da lei geral, a menos que a Constituição do estado viabilize isso com muita clareza. Tive, há algum tempo, a experiência da promulgação da lei estadual de arquivo na Bahia que, de certa forma, fazia a transcrição do projeto da lei federal, e confesso que o sucesso não foi dos mais evidentes ou, pelo menos, dos mais sensíveis.

Esta questão do arquivo e da legislação tem-se colocado para a municipalidade — e aí sim, vejo uma certa possibilidade de viabilização desse tipo de documento ao nível dos municípios e dos estados, mesmo na ausência da lei federal —, quando vamos discutir a questão da lei de arquivos, dentro da perspectiva quase que única e exclusiva da administração. Ou seja, à medida que se for tratar do problema da lei de arquivos como uma questão administrativa, acho que ela se torna plenamente possível e viável a nível do município. E, à medida que se for tratar da questão do arquivo municipal como uma questão de administração, claro e necessário é que, derivadamente, se possa tratar dos efeitos da organização de arquivos como fonte de pesquisa, como subsídio às atividades culturais etc.

A nível do município a questão central e essencial que se coloca é a de arquivos e administração.

Se eu pudesse dar uma opinião neste sentido, diria que mais do que enfocar esta questão que levantamos como questão política mais ampla, ou seja, o acesso no sentido mais político da palavra, trata-se de um problema muito mais de ordem municipal.

Ao tratarmos a questão de arquivo e administração, precisamos evitar misturar tão ostensivamente a questão do patrimônio com a questão do documento. Este cruzamento a nível de município pode prejudicar uma política e outra. Pode-se atrofiar a política patrimonial, que já é difícil de ser desenvolvida por sua natureza, e ao mesmo tempo atrofiar a política de documentação que, também por sua natureza, é difícil.

Quem sabe não seria conveniente que a matéria fosse tratada em compartimentos, senão absolutamente separados, pelo menos guardada a autonomia necessária para a boa execução administrativa?

A nível de município, esta questão de arquivo privado torna-se de somenos importância, mesmo porque ela não foi importante a nível federal. Qual efeito teria uma lei municipal para tratar de arquivo privado, se uma lei federal muito pouco efeito teria para tratar desta questão? Nenhum.

É conveniente que, em termos de política, o município incentive a organização de arquivos privados, como estímulo à organização da memória histórica. Que o município, enquanto tal, incentive a organização de arquivos empresariais através de recursos que possui a nível tributário, ou a nível da administração. Cabe ao municí-

pio, na minha opinião, incentivar a organização de arquivos privados e, na sua dimensão mais ampla, de arquivos empresariais. Acho de boa política e isso deveria ser feito, mas não legislando sobre a questão do arquivo privado. Isto foge completamente da preocupação municipal.

A medida que temos que tratar do arquivo a nível municipal como uma questão administrativa, não podemos deixar de associá-lo à questão da informatização da informação. A esta altura temos que ter muito cuidado com este problema de arquivamento de documento e cadastro de informações. São coisas muito importantes. Confesso aos senhores que não tenho opinião clara sobre isso, mas trata-se de duas questões que estão caminhando paralelamente e tendem a se cruzar num futuro que eu diria não muito distante. Daí, esta questão da formação em arquivos aproximar-se cada vez mais da questão administrativa. Esse problema dos arquivos municipais e administração, e da informatização dos cadastros municipais também parecem-me dados muito importantes. É claro que alguns problemas conceituais haverão de existir. Em se tratando de documentos públicos, que seriam os documentos municipais, a questão, por exemplo, do direito de propriedade pouco efeito teria. À medida, porém, que se começa a discutir o direito privado, o direito de propriedade se torna ostensivo. O direito que o cidadão tem de fazer daquele volume de informação que ele tem o que lhe parece conveniente, parece-me uma coisa muito bem resguardada e explicitada no texto constitucional. Daí a delicadeza da questão. Mas concordo plenamente com a sua observação e acho que uma política para arquivos municipais deve passar necessariamente pelo domínio da administração pública e da informatização da informação. Acho que tudo mais é matéria da legislação estadual, se for o caso, ou é matéria da legislação federal. Enquanto uma legislação ou outra não dispuser sobre isso, cabe aos arquivos municipais tratar do assunto enquanto administrativo e de informatização. Não sei exatamente como cada município pode se posicionar diante disso. Na minha opinião deve ser da maneira mais autônoma e independente possível, mesmo porque estamos trabalhando numa federação, e há de se reconhecer que, exceto com aquilo que vá prejudicar o que dispõe a lei federal, o município deve trabalhar como lhe parecer conveniente.

DR. ARÉSIO ALMEIDA DÂMASO E SILVA — Sem

o propósito de prolongar, gostaria de saber se posso concluir que, a partir das linhas mestras, que seriam traçadas pela legislação federal, restaria ao município apenas a competência residual, dentro da sua colocação que vem de ser feita, como matéria exclusivamente de caráter administrativo ou organizacional.

DR. AURÉLIO WANDER BASTOS — Preliminar-

mente esta seria a minha opinião, baseado na forma com que o texto constitucional tratou o tema. José Maria Jardim, aqui presente, sabe do que estou falando, pois tem uma boa experiência no assunto, uma vez que acompanhou tudo muito de perto e, quem sabe, seja até a *mens legis* disso tudo.

Eu diria que houve em nosso texto constitucional uma reinversão dessa questão do arquivo. Se tomarmos não propriamente o texto constitucional, mas a legislação passada, veremos que o tema do arquivo era muito ligado à

pesquisa histórica que, na minha opinião, é muito importante. Acho, inclusive, que a política de organização de arquivo tem que obedecer a uma política de pesquisa. É o nosso texto constitucional reinclinou esta preocupação e ele próprio deslocou a preocupação histórica central da questão "arquivo-história" para a questão "arquivo-administração". Neste sentido, agiu ele com uma certa modernidade, promoveu um avanço significativo.

Se prestarmos atenção na forma com que o texto constitucional coloca o problema do arquivo, veremos que, claramente, ele o define como problema de administração. As teorias que têm subsidiado o tema do arquivo como um problema administrativo, principalmente essas teorias vinculadas à chamada teoria das três idades, dissociam o velho conceito do arquivo como arquivo histórico para a discussão do arquivo como um processo, onde um documento começa, tem uma intermediação e um determinado sentido final. Ele não tem essa visão do documento remanescente de uma briga, remanescente de uma história que, por acaso, sobreviveu. O texto constitucional procura ver o problema do arquivo como processo, como procedimento. E, neste sentido, acho que ajudou muito esta correlação do arquivo com a informática, ou seja, esta correlação do processo arquivístico com os procedimentos da informática. É claro que no meio disso tudo temos questões complexas.

Uma delas, e da qual confesso nunca haver conseguido tratar muito bem, o que até me deixa meio preocupado, é o microfilme. Isto é algo que sempre me assustou. Nunca vi um microfilme dar certo. O cara faz um aqui, ele dá errado ali. Tentei, algumas vezes, estudá-lo com mais carinho e, lá pelas tantas, identifiquei que o texto da lei de microfilme, que permitia e orientava a eliminação de documento, era o mesmo artigo, exatamente o mesmo, que estava no Código de Processo, nas mesmas palavras, na mesma linguagem. Então, como eu tinha tido uma reação bastante negativa, quando o Código de Processo colocou aquele artigo que trata da questão da eliminação de documentos processuais (coisa que me pareceu muito exagerada) ao tratar da questão com mais profundidade e ao ver que o texto do artigo do código era exatamente o mesmo do artigo do microfilme, confesso-lhes que passei a ter uma dificuldade enorme para trabalhar a questão do microfilme, a questão do arquivo. Não me falta, porém, disponibilidade e boa vontade para tratar do tema da informatização e do arquivo.

Não sei como os municípios poderiam se posicionar com relação ao microfilme. Eu próprio não tenho uma opinião sobre isso. Acho uma coisa temerária mas, de qualquer forma teremos que enfrentar isso no futuro, querendo ou não.

DR. CLÁUDIO ROBERTO MOURÃO DA SILVEIRA

RA — Ao dr. Aurélio indagaria o seguinte: considerando que o arquivo é uma área de suporte de administração, gostaria de saber se esta mesma administração, em termos de Brasil, tem dado aos arquivos a estrutura organizacional e o corpo técnico adequados às necessidades atuais.

DR. AURÉLIO WANDER BASTOS — Não sei se sou a melhor pessoa para responder a esta pergunta, mas lhe diria que não. Há um esforço

enorme por parte do Arquivo Nacional que vem, já há algum tempo, procurando reverter esse tipo de situação.

Acho que os órgãos de arquivo têm ainda uma visão burocrática muito tradicional. Ainda não há uma política de formação de profissional para esta área.

Tenho a impressão de que, dentro do Arquivo Nacional, existem grupos de competência significativa que podem ajudar enormemente, não só à administração federal, como também às administrações estaduais locais, no que se refere a esse tipo de pessoal necessário à organização de arquivos. Não tem sido, porém, incentivada essa política. Há, não sei se diria, uma certa ignorância, mas o poder público não tomou consciência ainda dessa reversão do papel dos arquivos.

Acho que isso é uma coisa muito moderna. O texto constitucional, quem sabe, talvez tenha traduzido isso, até se adiantando à expectativa da própria comunidade arquivística, que ainda tem visão muito tradicional no que diz respeito a arquivos. Assim, acredito que ainda não há qualquer política que permita ou incentive mais explicitamente a formação de pessoal para esse tipo de serviço. O fato, porém, de acharmos que não, não significa que não devamos fazer. Pelo contrário.

Na minha opinião, temos que trabalhar em cima dessa questão.

Ontem eu estava estudando currículos dos cursos de arquivologia e concluí que eles não correspondem à expectativa que o próprio texto constitucional estabeleceu. Eles não são dirigidos para formar pessoal que vai trabalhar como suporte administrativo ou na própria administração. Ainda forma o arquivista dentro de uma visão tradicional.

Eu havia até preparado uma leitura um pouco crítica a respeito dos currículos. Acho que a inclinação, a tendência nos próprios cursos de mestrado é de deslocar o pessoal de arquivo para o tratamento da questão como um bem cultural.

Presume-se que as constituições estaduais tenham acompanhado a proposta do texto constitucional federal. Temos que repensar com urgência esta questão dos currículos de arquivologia. Digo "com urgência", porque não é exatamente esse currículo que vai preparar o pessoal que o texto federal pretende. Assim, os textos constitucionais estaduais devem ser trabalhados também.

Eu conhecia bem os textos constitucionais anteriores. Ainda não tive tempo, é claro, de me realocarizar nesta "confusão" das novas constituições.

DR. CLÁUDIO ROBERTO MOURÃO DA SILVEIRA

— Esta é a impressão que eu também tinha. Acho até que, na maioria dos órgãos públicos, a área de arquivos nem é contemplada na estrutura organizacional.

DR. AURÉLIO WANDER BASTOS — É bem possível.

Os arquivos federais já estão contemplados, não é, José Maria?

Bem, de qualquer maneira, a profissão já está reconhecida, já está bem melhorada, já não está tão mal quanto estava.

PROF.^a RUTH VILLAMARIM SOARES — Professor Aurélio, achei extremamente importante quando o senhor disse que o arquivo só tem sentido na medida em que se transforma em história viva, quer dizer, na medida em que ele é instrumento de produção científica. Esta é a visão que a gente tem hoje, apesar de toda essa tradição de ver o arquivo como “coisa morta”.

Gostaria que o senhor falasse de como vê o arquivo como fonte de história viva, ou como fonte de produção científica atual e necessária.

DR. AURÉLIO WANDER BASTOS — O fato de entendermos que o arquivo deva ser organizado tendo em vista a administração não significa que ele não seja fonte de pesquisa histórica. Pelo contrário, ele é fonte de pesquisa histórica organizada. Este é o grande problema. Nas oportunidades em que tive que ocupar algumas funções públicas, costumava sempre dizer o seguinte: “Olha, os generais governam com a espada e os civis, no regime democrático, governam com os arquivos.” A coisa que mais pavor me causa no processo administrativo é quando quero encontrar um ofício e ele desaparece. É uma verdadeira tragédia. A garantia da eficiência administrativa na administração pública é o documento localizado com agilidade e rapidez. Se o documento se perde, você perde o processo administrativo e fica absolutamente inseguro. Não sei se isso já aconteceu com os senhores alguma vez. Na hora em que perco um documento e ele não aparece, tenho a sensação do general que procurou a espada e não achou. Este problema visto caricatamente torna-se fundamental.

Nos órgãos de organização de documentos e de papéis temos que ter um departamento que vai tratar da pesquisa histórica, ou da pesquisa administrativa, ou da pesquisa sociológica.

Na área do direito é onde temos mais problemas, pois os arquivos judiciais encontram-se numa situação inteiramente caótica, inteiramente trágica, inteiramente absurda. E é nesses arquivos que vejo uma das mais importantes fontes da sociologia do conflito no país. No entanto isto não é utilizado. Eu não conheço tese de mestrado ou doutorado em direito, nem muito menos qualquer pesquisa monográfica na área jurídica que tenha em vista trabalhos em arquivos judiciais. Só se vai ao arquivo judicial quando se trata de localizar esporadicamente um documento que se perdeu ou uma peça qualquer que tenha que constar de documentos. Temos, inclusive, na área jurídica uma concepção de que você pode eliminar o processo enquanto autos, enquanto coletânea de documentos desde que se salve, se for necessário, documentos esparsos. Tenho um trabalho em que coloco muito claramente isso. À medida que o documento passa a constar de processo judicial, no caso, não se tem o documento isolado, mas o conjunto de documentos. Não se pode fazer a eliminação de autos, desde que se se salve aquela nota promissória isoladamente.

Assim, tenho para mim que os arquivos judiciais têm que ser conservados em sua integralidade, ou seja, não se tem como salvar peças do texto.

O predomínio das correntes de caráter sociológico dentro das nossas faculdades de ciências humanas, em geral, priorizou muito o raciocínio dedutivo e desprezou a informação documental. Acho que é uma tarefa essencial a se realizar e se desenvolver, a demonstração de que a consulta ao documento é uma fonte importante de pesquisa histórica, paralela ou tão significativa quanto métodos que têm sido utilizados. Acho que, talvez pela dificuldade da organização dos nossos arquivos, se incentive muito pouco os métodos de consulta documental no processo de formação dos nossos profissionais, em geral das áreas de ciências humanas. Isto não acontece nos Estados Unidos, onde o volume de trabalhos publicados a partir da consulta documental é vertiginoso, é enorme. E, diga-se de passagem, alguns dos mais importantes trabalhos de pesquisa que tivemos recentemente no Brasil foram, em geral, feitos por americanos e sobre documentação nacional. Quer dizer, foram eles que trouxeram para o país essa preocupação com a questão do documento como fonte, digamos assim, de recuperação da história.

É nesse sentido que temos que encontrar maneiras e meios de fazer com que os documentos não sejam apenas organizados, mas que sejam subsídios para repensar e reconstruir a história do país. Com relação a isso a Constituição ajudou muito, na medida em que principalmente os documentos de caráter histórico ou de valor permanente, em tese pelo menos, têm o acesso pleno e absolutamente liberado.

FORMAÇÃO DO PARLAMENTO DE ARGIPO



Da esq. p/dir.: Ruth Villamarim Soares, Aurélio Wander Bastos, Luiz Gonzaga Teixeira, Arésio Almeida Dâmaso e Silva e Cláudio Roberto Mourão da Silveira.



FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUIVO

Profa. Dra. Norma de Góes Monteiro, historiadora, coordenadora do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte e professora da UFMG;

Prof. Dr. Amílcar Vianna Martins Filho, historiador e Secretário Municipal de Governo;

Profa. Dra. Beatriz Ricardina Magalhães, historiadora e professora da UFMG;

Prof. Dr. Caio César Boschi, historiador, professor da UFMG e pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da PUC/MG;

Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães, historiador, professor da UFMG e vice-presidente da Associação dos Amigos dos Arquivos Públicos Mineiros.



A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ARQUIVISTA *

Norma de Góes Monteiro

A questão principal dos arquivos, sejam eles públicos ou privados, é a de recursos humanos qualificados, pois de sua competência dependem a organização e o funcionamento das instituições arquivísticas, segundo os princípios e técnicas exigidos na atualidade.

Um arquivista não é simplesmente um manipulador de técnicas; é um profissional que necessita ter cultura geral e sensibilidade histórica, pois de sua ação e bom senso depende a preservação do patrimônio documental de um país. A cultura geral à qual me refiro deve refletir os conhecimentos próprios da ciência básica ou da ciência aplicada à qual irá se dedicar.

O campo da ação arquivística é tão diversificado quanto o do conhecimento humano. Como diz Michel Cook¹, professor de arquivologia da Universidade de Liverpool, entre educação e formação há uma diferença significativa, quando se consideram os diversos níveis de atividade profissional. Ambas são importantes: a formação diz respeito à transmissão dos instrumentos necessários aos procedimentos que têm lugar em um serviço de arquivos e destina-se a garantir que os processos sejam eficazes, bem projetados e adequados a seus fins.

Esse professor afirma ainda que a educação é algo mais profundo e de mais largo alcance. A longo prazo, é provável que a atividade mais importante dos arquivistas, para a conservação ou eliminação de documentos, seja a avaliação e seleção. Para efetua-las, os arquivistas deverão, sem dúvida, estar dispostos a ouvir sugestões sobre os valores administrativo, fiscal ou jurídico dos documentos; porém, quando se chega à questão de identificar os valores permanentes, devem confiar em sua própria experiência, percepção e cultura geral. Esses recursos podem englobar-se no conceito geral de educação.

A formação profissional dos arquivistas, no sentido restrito e específico, surgiu na Europa na primeira metade do século XIX. Desde então, segundo Michel Cook², desenvolveram-se cinco "tradições": a europeia, a italo-hispânica, a britânica, a norte-americana e a terceiro-mundista, as quais, embora apresentem pontos em comum, possuem características próprias.

1. Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del RAMP, Paris, 1982, p. 6.

2. La formation professionnelle, in Les archives, tradução francesa por Michel Duchein, 1982, p. 30-33.

Na tradição europeia, a formação de arquivistas fundamentou-se, em sua origem, nas ciências auxiliares da história, em particular na paleografia e na diplomática, por serem consideradas disciplinas de apoio à história científica, concebida no século XIX. Os primeiros estabelecimentos de ensino especializado foram a

* Versão modificada deste trabalho foi publicada sob o título "Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil", em **ACERVO, Revista do Arquivo Nacional**, V.3, Nº 2, jul./dez. 1988.

École des Chartes, em Paris, e a Escola de Arquivos, na Baviera, ambas fundadas em 1821. Outras escolas de alto nível surgiram a partir da segunda metade do século XIX, em diferentes países da Europa Central e Oriental. Todos esses estabelecimentos passaram por profundas transformações após a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que surgiu uma nova geração de escolas de arquivistas.

Atualmente, quase todos os países europeus possuem estabelecimentos de ensino para a formação de seus arquivistas. As escolas de "tradição" européia são, em geral, estabelecimentos autônomos, financiados pelo governo, com o objetivo de formar arquivistas para as instituições governamentais.

A segunda "tradição" de formação arquivística é a dos países italo-hispânicos. Neles há um grande número de escolas com um alto índice de alunos que, ao se formarem, raramente exercem a profissão. É o caso da Itália, da Espanha e dos países latino-americanos. Predomina também, na tradição hispano-portuguesa, um laço estreito entre o ensino arquivístico e o biblioteconômico.

O terceiro modelo é o fornecido pela "tradição" britânica. Não existe uma especialização na primeira fase de estudos superiores. Ela pode se dar pelo recrutamento de graduados por um serviço de arquivos, onde recebem formação profissional, ou mediante um curso de um ano de especialização nas universidades de Liverpool, Londres, Oxford ou País de Gales. Tal curso fundamenta-se nos aspectos técnico-profissionais do arquivista e na metodologia da pesquisa histórica. Este modelo é seguido em todos os países de tradição inglesa.

Nos Estados Unidos e no Canadá não existe um único modelo de ensino para a formação de arquivistas. Os cursos são de curta duração e oferecidos pelos departamentos de história das universidades, pelos arquivos, pelas sociedades históricas e pela associação dos arquivistas americanos e canadenses. Há também colaboração das escolas de biblioteconomia. O importante é que o candidato a arquivista já tenha uma formação superior, principalmente em história.

No terceiro mundo existe uma tendência natural em se perpetuarem as "tradições" dos países colonizadores. No entanto, a partir de 1970, surgiu um movimento em favor da criação de escolas regionais de formação de arquivistas, patrocinado, em grande parte, pela Unesco e pelo Conselho Internacional de Arquivos. Na Universidade de Dakar, a Escola de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas — E.B.A.D., forma arquivistas para os países africanos de língua francesa num curso de dois anos; os arquivistas da África de língua inglesa recebem formação de um ano na Universidade de Gana. Um programa semelhante encontra-se no sudeste da Ásia, em Kuala Lumpur. A escola de formação de arquivistas de Nova Délhi recebe estudantes de todo o sul da Ásia e vincula-se ao Arquivo Nacional da Índia. Um centro regional do mesmo gênero foi criado em Bagdá, para a formação de arquivistas de países árabes. Cumpre destacar que os centros regionais de Dakar, Gana e Kuala Lumpur estão associados aos institutos de formação de bibliotecários.

Portanto, três são os sistemas de organização dos cursos para formação de arquivistas: a) escola vinculada a um grande arquivo; b) curso sob a responsabilidade de departamentos de história das universidades; c) centro arquivístico associado a uma escola de biblioteconomia. Não existe uma opinião unânime entre os arquivistas sobre as vantagens de cada um dos sistemas. Provavelmente, dos três o melhor

é o das escolas vinculadas a arquivos, pois, além de serem eficazes sob o ponto de vista do ensino profissional, oferecem possibilidades excepcionais de trabalho prático.

O Brasil apresenta características próprias no quadro da formação do profissional de arquivo. Ao contrário da tradição hispano-portuguesa, em que o ensino arquivístico mantém um estreito laço com o biblioteconômico, em nosso país ele se estruturou, de modo independente como curso superior em nível de graduação, afastando-se dos três sistemas de organização até então consagrados.

Foi o parecer nº 212, de 7 de março de 1972, do Conselho Federal de Educação, que autorizou as universidades brasileiras a organizarem, segundo programações específicas, o curso de arquivologia em nível superior, de acordo com os recursos materiais e humanos de que dispunham. Dois anos após essa autorização, o mesmo Conselho Federal de Educação, na resolução nº 28, de 13 de maio de 1974, fixou os mínimos de conteúdo e duração do curso de arquivologia. Do currículo mínimo deveriam fazer parte as matérias: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Arquivo I-IV, Documentação, Introdução à Administração, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado e uma língua estrangeira moderna.

Quanto à duração do curso, a resolução determinou o número de 2.160 horas-aula, distribuídas entre três e cinco anos, nelas incluído o estágio supervisionado em instituição especializada, com 10% do total das horas previstas.

Além da habilitação geral como arquivistas, as universidades poderiam criar habilitações específicas em arquivos históricos, oficiais, empresariais, escolares, científicos etc., mediante intensificação de estudo em áreas correspondentes às matérias fixadas e em outras que fossem indicadas nos currículos plenos.

De acordo com esses parâmetros, foram criados cursos na Uni-Rio, em 1977, na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, também em 1977, e na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, em 1978, com o objetivo de formar profissionais na área de arquivo.

Apesar dos imensos esforços despendidos pela área acadêmica, a situação dos recursos humanos qualificados na área de arquivos continua grave, com inúmeras deficiências.

As raízes de tais dificuldades encontram-se na falta de tradição do trabalho arquivístico, na concepção do que vem a ser um arquivista e na desvinculação entre teoria e prática.

Os arquivos públicos não souberam criar uma tradição de trabalho arquivístico capaz de dar sustentação à formação de um corpo técnico que, no momento da implantação dos cursos de arquivologia, assumisse o papel de docentes. Estes, pelas suas próprias atividades, estariam melhor preparados do que outros, originários de áreas afins.

Quanto à concepção do que vem a ser um profissional de arquivo, como já disse anteriormente, deve-se levar em conta que o arquivista não é simplesmente um manipulador de técnicas; é um profissional que necessita ter cultura geral e sensibilidade histórica, pois a preservação do patrimônio documental de um país depende de sua ação e bom-senso.

Se a experiência, a percepção e a cultura geral

são valores que se adquirem com o amadurecimento e a vivência, a formação profissional do arquivista, no caso do Brasil, apresenta-se distorcida por motivos que passarei a expor.

Da análise do currículo mínimo proposto pelo Conselho Federal de Educação depreende-se que dois princípios orientaram sua concepção: 1) atender com predominância à formação de profissionais em arquivo corrente, demanda que por ocasião da criação do curso se fazia premente devido ao crescimento acelerado da burocracia brasileira; 2) aproveitar a estrutura universitária implantada e o corpo docente já constituído, originário das áreas afins, tais como direito, administração, comunicação, história, estatística, ciências contábeis, letras e biblioteconomia, entre outras. O conhecimento teórico-prático dos princípios e processos arquivísticos, que deveria constituir o núcleo central do curso, ficou relegado a um plano inferior, face ao peso das disciplinas afins, em comparação com o número inexpressivo de docentes qualificados em arquivística.

A falta de tradição de ensino arquivístico no país, a presença de uma estrutura universitária que facilitava a improvisação de cursos segundo os recursos materiais e humanos disponíveis e a conjuntura nacional favorável foram, sem dúvida, os fatores responsáveis pela distorção na formação do profissional de arquivo.

Com um ensino fundamentado numa concepção parcial do processo arquivístico, isto é, predomínio do arquivo corrente, com um elenco de disciplinas dividido entre "noções" e "introduções" às ciências, em que não se adquirem os instrumentos mínimos de cada uma delas, e com a precariedade das disciplinas e programas de conteúdo arquivístico propriamente dito, o profissional de arquivo sai da universidade com uma formação insuficiente para assumir todas as funções que lhe são pertinentes.

A terceira dificuldade decorre de um erro cometido em algumas áreas de formação da universidade: desvinculação entre teoria e prática. Para se dominar um conhecimento científico ou técnico é preciso que ensino e pesquisa se desenvolvam lado a lado, pois um não se realiza sem o outro. A fim de se "transmitir" conhecimento, é preciso que se domine o "fazer" conhecimento.

Ora, o ensino arquivístico brasileiro é essencialmente teórico, pois os professores das disciplinas arquivísticas, em sua maioria, não têm experiência de trabalho em arquivo. O próprio estágio supervisionado dos estudantes, que é obrigatório e equivale a uma carga horária de 10% do total do curso, constitui-se, na maior parte das vezes, numa dispersa permanência de alguns dias nos vários setores do arquivo, seja público ou privado. Quando recebem alguma orientação, esta lhes é dada por arquivistas da instituição onde o estágio se realiza, geralmente desvinculado de uma supervisão acadêmica adequada para a avaliação do aproveitamento. Não há, ao término do curso, a exigência de um trabalho conclusivo que demonstre a aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos, preferencialmente, a elaboração de um instrumento de pesquisa.

Um curso de arquivologia, para ser bem sucedido, requer um laboratório, o qual deve ser o arquivo da própria universidade. O trabalho conjunto entre professores e alunos é de fundamental importância para o desenvolvimento da técnica arquivística. Só assim o Brasil poderá ampliar seu quadro docente e criar metodologias arquivísticas próprias, calcadas na sua realidade.

Com três cursos superiores em funcionamento, formando em média cerca de vinte profissionais por ano e com habilitação voltada principalmente para arquivos correntes, é impossível à universidade atender à demanda diversificada que começa a se impor.

Novas perspectivas

A especialização em nível de pós-graduação seria uma das vias para a formação do arquivista. Ela não só equacionaria o problema de duração do curso, que passaria a ser bem menor e, conseqüentemente, atenderia com maior rapidez à demanda do mercado, mas também pelo fato de adotar a formação de um alunado constituído por graduados que trariam consigo uma bagagem de conhecimento científico e cultural mais consistente, transformando-se em profissionais melhor preparados. Na especialização, receberiam apenas conhecimentos específicos da área de arquivologia, associados a uma prática intensiva nos arquivos. Com isso, formar-se-iam arquivistas capazes de assumir com proficiência a preservação do patrimônio documental do país, em um período letivo mais compacto.

A própria universidade, a partir de 1987, começou a sensibilizar-se com essa questão, adotando a especialização em nível de pós-graduação como uma maneira de enfrentar a demanda emergente. Assim, alguns cursos começaram a funcionar: o da Uni-Rio com especialização em Arranjo, Descrição e Pesquisa em Arquivos Públicos; o da Universidade de São Paulo — U.S.P., com especialização em Organização de Arquivos; da Universidade Federal de Santa Catarina — U.F.S.C. com o mesmo modelo da Universidade de São Paulo; e o da Universidade Federal Fluminense — U.F.F.. Atualmente a Universidade Federal da Bahia — U.F.B.A. encontra-se ministrando um curso com especialização. Acredito que outros mais estejam sendo instalados.

Uma crítica que se pode fazer aos cursos de especialização em arquivologia diz respeito ao número reduzido de horas para habilitar um profissional, tendo em vista que, além das aulas teóricas, reservam parte do horário às práticas e/ou estágios. Essa situação deve-se, por um lado, ao interesse da universidade em concentrar o ensino em um período de curta duração, variando de três a oito meses, com o objetivo de lançar no mercado de trabalho maior número de profissionais, uma vez que a legislação brasileira requer um mínimo de 360 horas para formar um especialista; por outro lado, não é possível ignorar, na nossa realidade sócio-econômica, a restrição imposta ao estudante que se habilita a essa especialização — a de se manter com recursos próprios, em virtude da falta de bolsas de estudo ou de auxílios similares.

O corpo docente da pós-graduação em arquivo compõe-se de professores originários de áreas afins, na maior parte das vezes com títulos universitários de mestre ou doutor, e de profissionais de arquivo reconhecidos pela comunidade acadêmica como de notório saber. Esses profissionais, em sua maioria, além de possuírem cursos de especialização no exterior, ocupam posições de relevo em instituições arquivísticas públicas ou privadas.

Quanto ao corpo discente, a condição básica requerida é a de que possua diploma de nível superior. A partir desse critério, cada universidade estabelece, no momento da seleção dos candidatos, suas prioridades.

A curto prazo, a pós-graduação com especialização em arquivologia é, na nossa realidade, a solução para o ensino arquivístico, desde que seja reformulada, estabelecendo um equilíbrio entre prática e teoria.

Por fim, um dos problemas mais graves que atinge o ensino arquivístico como um todo é a insuficiência de bibliografia. As bibliotecas

universitárias brasileiras são indigentes não que diz respeito à literatura específica de arquivo. Visto pela própria universidade como um curso menor, falta-lhe recursos para aquisição de publicações especializadas, recursos esses geralmente canalizados para os cursos considerados nobres. Com a escassez da literatura estrangeira e a pouca produção intelectual brasileira nessa área de conhecimento, resta aos cursos de arquivologia a utilização de alguns manuais clássicos e de outras publicações traduzidas há quase três décadas pelo Arquivo Nacional.

Arquivo Nacional e formação profissional

A modernização do Arquivo Nacional, implementada a partir de 1981, trouxe à tona a necessidade premente de se criar um quadro técnico especializado a fim de levar a efeito as transformações que se faziam urgentes para a instituição assumir de fato o papel que lhe cabia de direito. A formação desses especialistas fez-se dentro de um laboratório, que foi o próprio Arquivo Nacional, onde se aliaram teoria e prática, culminando com a mudança de sua sede, exemplo da competência e capacidade de sua equipe técnica. É bem verdade que, se da mudança física resultaram inúmeros avanços teórico-práticos, isso não significou que nada mais havia a fazer. Enfrentam-se desafios que mostram o quanto ainda há por aprender.

O reconhecimento internacional desse trabalho levou a Unesco a escolher e a transformar o Arquivo Nacional em sede do projeto-piloto de modernização de arquivos históricos de tipos tradicionais, o que significou apoio político e um pequeno auxílio financeiro.

Em abril de 1985, esteve no Brasil Charles Kecskeneti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, com a missão de diagnosticar os problemas que afetavam a formação de pessoal na área de arquivos, objetivo principal do projeto-piloto da Unesco para o biênio de 1986-1987.

Ao fim da missão, foi sugerida pelo técnico a realização de um "ateliê de reflexão", durante o qual, com a ajuda de dois moderadores internacionais, preparou-se o programa de um curso básico de treinamento a ser ministrado pelo Arquivo Nacional.

Entre 17 e 26 de março de 1986, realizou-se o "ateliê de reflexão" na sede do Arquivo Nacional, tendo como moderadores convidados José Manuel Matta Castillon, então diretor-geral dos Arquivos do Estado da Espanha, e Charles Dollar, diretor-assistente da divisão de pesquisa do Arquivo Nacional dos Estados Unidos.

Um aspecto a destacar é o do corpo docente. Chegou-se à conclusão, no "ateliê de reflexão", de que um curso dessa natureza deveria ter um corpo docente basicamente formado de brasileiros, condição não só para se manter a coerência programática, mas também a fim de proporcionar a criação de uma metodologia arquivística brasileira. A colaboração de professores estrangeiros seria feita de modo a complementar pontos específicos do programa, em especial as áreas de aplicações informáticas nos arquivos, de documentos especiais e de edificação para arquivos. No tocante à bibliografia, houve unanimidade por parte dos relatores quanto à necessidade de atualização da biblioteca do Arquivo Nacional, uma vez que, no Brasil, não havia um acervo bibliográfico especializado, capaz de atender, de maneira adequada, às demandas de um curso dessa natureza.

Em 1988, criou-se com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior — CAPES, e do Ministério das Relações Exteriores, o primeiro Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos — GAAP, ministrado pelo Arquivo Nacional.

O corpo docente formado, em sua maior parte, por profissionais do próprio Arquivo, contou ainda com a colaboração de especialistas de outras instituições arquivísticas do Rio de Janeiro e de três professores estrangeiros.

De acordo com seu regimento interno o curso constitui-se por um elenco de disciplinas divididas entre **básicas** (as que traduzem o conhecimento intrínseco da arquivologia), e **complementares** (as que auxiliam o desenvolvimento teórico e prático do conhecimento arquivístico), além de um **estágio probatório**.

As disciplinas **básicas**, com as respectivas cargas horárias, foram as seguintes:

- Arquivologia Geral: 40 horas/aula
- Arquivos Correntes: 56 horas/aula
- Arquivos Intermediários: 48 horas/aula
- Arquivos Permanentes: 58 horas/aula
- Documentos Especiais: 48 horas/aula

Quanto às disciplinas **complementares** o elenco e as respectivas cargas horárias foram:

- Ciências Auxiliares (Paleografia, Diplomática e Notariado, Heráldica, Genealogia, Filatelia, Numismática e Toponímia): 32 horas/aula
- Conservação e Restauração: 32 horas/aula
- Contexto Histórico e Produção Documental: 32 horas/aula
- Difusão Cultural e Científica: 16 horas/aula
- Edificações: 8 horas/aula
- Referências Bibliográficas e Documentais: 16 horas/aula
- Informática: 32 horas/aula
- Planejamento e Gestão de Instituições Arquivísticas: 16 horas/aula
- Reprografia: 16 horas/aula
- Sistemas Nacionais e Organismos Internacionais de Arquivos: 16 horas/aula

Os **estágios probatórios** foram oferecidos em três divisões do Arquivo Nacional: Documentação Escrita, Pré-Arquivo, Documentação Audiovisual, e tiveram por objetivo introduzir os alunos no processamento técnico de documentos de valor permanente, intermediário e arquivos especiais, respectivamente, num total de 130 horas.

Arquivos Permanentes: 70 horas/aula. Os alunos efetuaram uma análise preliminar da documentação do CNP (Conselho Nacional do Petróleo), recolhida ao Arquivo Nacional. As atividades foram divididas em: levantamento de dados sobre a entrada da documentação na instituição, levantamento da legislação do órgão, análise das relações de recolhimento que acompanharam a documentação, e posterior identificação e arranjo.

Documentos Especiais: realizado na Divisão de Documentação Audiovisual, num total de 32 horas/aula e nas seguintes seções:

Cartográfica: contato com as instalações da seção, documentação, condições de guarda/conservação, métodos utilizados para catalogação do acervo e elaboração de catálogos relativos ao Fundo MACOP (Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas).

Iconográfica: conhecimento da documentação sob custódia da seção, suas formas de arquivamento, conservação, arranjo e catalogação, identificação e organização do acervo fotográfico do Jornal Correio da Manhã, assim como produção de listagens nominais e de assunto para dar acesso ao usuário.

Gravações de Som e Imagem: reconhecimento das condições ideais de manuseio, armazenagem e conservação dos documentos e elaboração de catálogos de autor, assunto, cronológico, título e fundo deste acervo.

Filmes: contato com a aparelhagem e aparelhos de utilização na conservação de películas. Preenchimento de ficha de inventário para filmes.

Arquivos Intermediários: 28 horas/aula. Os alunos puderam manusear e identificar uma massa documental cuja forma de identificação propiciou a análise do conteúdo dos documentos, que possibilitou a compreensão dos mesmos e fazer a interrelação desses com as funções dos órgãos que os produziram. Posteriormente os alunos fizeram o arranjo do material, segundo os princípios da moderna arquivística.

Para o bom desempenho das atividades discentes foi reservada uma carga horária de 64 horas/aula para estados.

Portanto, com duração de 660 horas, entre teoria e prática, participaram do I CAAP dezenove servidores de arquivos públicos brasileiros. Após seu término somente quatorze alunos receberam o título de especialistas em arquivos públicos, na medida em que três não apresentaram o trabalho final de conclusão do curso e dois tiveram seus trabalhos considerados insuficientes pela banca examinadora.

A estrutura e o funcionamento do curso, após avaliações feitas pelo corpo docente e discente, foram considerados bons, seguindo-se alguns ajustes que foram incorporados ao II CAAP.

As alterações foram as seguintes:

- a disciplina Organismos Internacionais de Arquivos transformou-se em uma unidade da disciplina Arquivologia Geral;

- a disciplina Sistemas Nacionais de Arquivos transformou-se em unidade programática da disciplina Planejamento e Gestão de Instituições Arquivísticas;

- a disciplina Edificações passou a se constituir numa unidade do programa da disciplina Conservação e Restauração;

- as disciplinas Arquivos Correntes e Arquivos Intermediários foram englobadas na disciplina Gestão de Documentos;

- as cargas horárias das aulas teóricas de Arquivos Permanentes e Gestão de Documentos foram reduzidas em função do embasamento já proporcionado pela disciplina Arquivologia Geral.

A biblioteca, a despeito de algumas deficiências de acervo, atendeu de maneira eficaz às necessidades do curso, possibilitando aos alunos não só o acesso às obras sugeridas pelos professores, como também reproduzindo-as sempre que possível.

Sugeriu-se que o Colegiado do curso se empenhasse junto ao PNUD no sentido de dotar a biblioteca de um acervo mais rico e completo proporcionando, dessa forma, a possibilidade de um melhor apoio bibliográfico ao curso.

Nesse sentido, o PNUD colaborou para o aprimoramento na área de arquivologia, dotando o Arquivo Nacional de títulos especializados, que conferem à sua biblioteca o melhor e mais significativo acervo na área de arquivologia no Brasil, permitindo-lhe distribuir, nos anos de 1988 e 1989, 8.314 cópias de artigos de periódicos a diversas instituições arquivísticas brasileiras.

Em 1989 realizou-se o II CAAP, nos mesmos moldes do anterior, sendo que dos treze candidatos aceitos dois eram de países africanos de língua portuguesa, e um oriundo de arquivos privados de interesse público. Apesar dos alunos de países lusófonos não haverem apresentado os trabalhos finais de conclusão de curso, o rendimento escolar foi bastante superior ao do I CAAP, devido ao aumento de exigências e pré-requisitos por parte do Colegiado do curso na seleção dos candidatos, ao menor número de alunos e às bolsas concedidas, exclusivamente, pelo PNUD, evitando-se assim a burocracia da CAPES e do Ministério das Relações Exteriores.

Este ano, quando já havia sido divulgada a realização do III Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos, o país foi surpreendido com mais uma reforma administrativa por parte do governo federal, o que inviabilizou sua realização, na medida em que se tem dificuldade de recrutamento do corpo docente e discente, corte de pessoal nos arquivos dos órgãos da administração pública federal e recursos financeiros insuficientes para a manutenção dos servidores dos arquivos públicos estaduais e municipais, por quatro meses, no Rio de Janeiro.

O Arquivo Nacional encontra-se no momento planejando o referido curso para o ano de 1991. Penso, no entanto, que o ideal seria que a manutenção do curso fosse assumida através de convênio tripartite — Arquivo Nacional, PNUD e universidades — competindo ao Arquivo Nacional formar o corpo docente em 1991, bem como fornecer cópias da bibliografia básica, e à universidade organizar seu arquivo conforme os princípios da teoria e prática arquivística, sob a supervisão e orientação técnica do Arquivo Nacional, de modo a que seu arquivo possa servir de laboratório e campo de estágio para o corpo docente, constituído de professores que se comprometerão a implementar os cursos de especialização em suas respectivas universidades.

Considero essa proposta bastante viável porque as universidades, os estados e os municípios só terão a ganhar, garantindo assim a formação de quadros técnicos capazes e competentes para desenvolver a arquivologia brasileira, proporcionando a preservação de seu patrimônio documental, o apoio à administração e o desenvolvimento de pesquisas de caráter acadêmico, cultural e técnico-científico.

A curto prazo penso, também, que a experiência do Arquivo Nacional — formação de seu quadro técnico dentro do próprio Arquivo, por ocasião de sua modernização, deva ser motivo de reflexão para os arquivos municipais, que poderiam solicitar, através de convênios entre as prefeituras, o Arquivo Nacional e outras instituições arquivísticas de renome, consultorias técnicas especializadas bem como a bibliografia básica indispensável à formação de recursos humanos envolvidos com trabalhos em arquivos.

Gostaria de concluir lembrando que os grandes empecilhos ao desenvolvimento dos recursos humanos se prendem basicamente a:

1. o desconhecimento quase total da terminologia arquivística, o que dificulta a comunicação entre as equipes multidisciplinares;
2. ausência de textos que reflitam a realidade da arquivologia no Brasil;
3. ausência de textos especializados em língua portuguesa;
4. desvalorização do profissional de arquivo, que não tem condições para se habilitar e capacitar de modo a desempenhar com eficiência suas funções;
5. ausência de um quadro profissional específico, que assegure aos profissionais de arquivos condições adequadas de trabalho (salubridade) e de vencimentos compatíveis com a importância de suas responsabilidades.

PROF.^a BEATRIZ RICARDINA MAGALHÃES —

Em vista das questões que foram tratadas aqui, ontem, pelo professor José Maria, e das publicadas a respeito da formação do profissional, queria colocar algumas questões, tratando da colaboração que a Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, poderia dar à organização desse arquivo municipal. Possuímos uma Escola de Biblioteconomia, onde funciona o curso de pós-graduação em biblioteconomia, com especialização em arquivística.

Mas, se existe na Universidade uma forma de solucionar ou pelo menos de atender imediatamente essa demanda, é através do Conselho de Extensão com cursos rápidos, principalmente no campo da arquivística, abertos à população de um modo geral. Esses cursos poderiam atender a funcionários públicos porque, na verdade, a questão dos arquivos correntes é fundamental, principalmente no caso de um arquivo municipal, que tem imensa produção de documentação e para a qual até hoje não foi dado um tratamento adequado. Assim, acredito que a urgência maior é em relação ao arquivo corrente, sendo que a preparação desse profissional deva ser também urgente. E isso não exclui um trabalho interno, conforme Norma colocou no final de sua exposição.

Sob o modelo do Arquivo Nacional, o arquivo municipal também deverá preparar os seus cursos com especialistas, pois naturalmente vocês têm um contato maior com estes, sendo que a Universidade viria a título de complementação. Além disso, sei que há um grande trabalho da pró-reitora de extensão, no sentido da interdisciplinaridade, e acho que isso facilitaria bastante.

Gostaria também de fazer uma retrospectiva em relação a essa documentação municipal, desde a fundação da capitania de Minas Gerais. Ela sempre foi recolhida e guardada e, apesar de não ter tido o tratamento adequado, podemos fazer perfeitamente a reconstituição de parte da história da Vila de Ouro Preto, ou seja, do Senado da Câmara de Vila Rica, através dessa documentação que se encontra, em parte, no Arquivo Público Mineiro. Iríamos, por exemplo, recuperar a história de Belo Horizonte pela documentação existente no Museu do Ouro de Sabará, quando Belo Horizonte foi o Curral D'el Rey. Posso falar isto com segurança, pois trabalho com esta documentação e temos referências permanentes ao Curral D'el Rey. Então, esse trabalho poderia ser proporcionado e auxiliado especialmente pelo grupo de pesquisa do século XVIII (convênio UFMG-

Arquivo Público Mineiro) pois ele pode ser articulado e aprofundado a partir dessa documentação existente, que será recolhida e trabalhada pelo arquivo municipal.

Quero cumprimentar a professora Norma pelo excelente trabalho feito no sentido de mostrar a evolução da formação do profissional de arquivo no Brasil. Esta é uma profissão recente e, no Brasil, é mais recente ainda. Além disso, a formação de apenas vinte profissionais por ano não atende às exigências, definitivamente. Então, é preciso uma tomada de posição urgente das entidades, sendo que no nosso caso deveria ser da Universidade, no sentido de dar sustentação a essa proposta.

PROF. AMÍLCAR VIANNA MARTINS FILHO —

Antes de passar a palavra ao próximo debatedor, gostaria de fazer um breve comentário. Durante a exposição da professora Norma, sobre a importância do tema desta seção de hoje, “a formação do profissional de arquivo”, pois sei que muitos dos presentes chegaram a trabalhar como pesquisadores do Arquivo Público Mineiro, ainda na época do Teixeira, lembrei-me da maneira como lá fazíamos consulta. Vendo diversos pesquisadores na platéia e nesta mesa, lembrei-me de um sujeito que, se não me engano, se chamava José Gomes, que inclusive era semi-analfabeto. Era ele quem sabia onde estavam os documentos do Arquivo Público Mineiro, pois estava tudo em sua memória. Assim, a primeira tarefa do pesquisador era conquistar a simpatia do José Gomes, e muitas vezes fazíamos isso dando-lhe um maço de cigarros. Mas, se o José Gomes morresse de repente, o Arquivo entraria em colapso, pois ninguém sabia localizar os documentos. Falávamos para ele: “José Gomes, estou precisando de tal documento...”, e ele o apanhava debaixo da mesa do Teixeira, de uma pilha de documentos, ou em cima do armário. Assim, era dessa maneira que o Arquivo Público Mineiro funcionava, mesmo com seu acervo riquíssimo, até a providencial intervenção feita sobretudo pela professora Norma, pelo nosso amigo Hélio Gravatá e por várias outras pessoas que desempenharam papel fundamental na sua reorganização. O Luiz Gonzaga também é do tempo em que fazíamos consultas dessa maneira. Este assunto, então, é realmente da maior importância.

PROF. CAIO CÉSAR BOSCHI — A própria

composição desta mesa nos deixa muito à vontade, já que estamos falando para pares, mas, ao mesmo tempo, coloca uma questão que me parece nevrálgica. Ou seja, estamos em um universo muito restrito de historiadores, sem sabermos se esses são os mais capazes. E, provavelmente, não seremos os mais capazes para tratar da questão da arquivística. Evidentemente, não estou contrapondo a visão de historiadores à de arquivistas. Acho que elas são complementares e esta é uma perspectiva que tenho.

Mas, fico imaginando, na condição de usuários ou, às vezes, de experientes de arquivos, de pessoas que vivenciam em um dado momento da sua trajetória intelectual um contato mais estreito com arquivos, em que medida não seriam usuários e menos profissionais da área, por mais experiências que tenhamos. O caso específico da professora Norma é um exemplo muito evidente da competência com que um

profissional oriundo da área de história se desloca e transita com desenvoltura pela área da arquivística.

Ao mesmo tempo que esta discutível formação de um historiador deriva para a arquivística, fica uma outra questão abordada pela Norma, onde a estrutura curricular dos cursos de arquivística tem uma ênfase para os arquivos correntes. Ora, certamente não estamos tratando dos arquivos correntes. Estamos tratando muito mais dos arquivos permanentes. E há aí uma outra questão: se é que ainda vamos praticar aquilo que os manuais de arquivística mais tradicionais citam sobre as três idades do arquivo, ou seja, na tipologia dos arquivos correntes, intermediários, históricos ou permanentes, de que arquivo estamos falando? Se é para falar também de arquivo corrente, resta-nos saber como seria feita essa intervenção ou ingerência do arquivista ou do historiador no próprio processo de produção da documentação, que num dado momento vai escoar para a idade intermediária e, por via de decorrência, ao arquivo permanente ou histórico. Ora, é claro que toda a questão está permeada por uma outra que me parece mais substantiva: a indefinição ou imprecisão do que vem a ser esse profissional de arquivo. Claro que não é privilégio nem exclusividade da área da arquivística, pois ela está presente também na nossa área específica de história, mas, me parece, como diriam os juristas, que esta é uma questão preliminar. Ou seja, antes de se definir ou discutir qual deva ser o melhor sistema de organização curricular ou institucional para a formação desses arquivistas, fico imaginando se não seria o caso de se definir melhor ou de se delinear com mais clareza o perfil desse profissional de arquivo que se deseja. Particularmente, porque fica pendente a questão de se saber se esse arquivista vai dar conta não só do arquivo corrente, como foi mencionado aqui, mas também dos demais. Ora, se esta é uma questão realmente substantiva, parece-me que correlata a ela há uma outra. É claro que não estou cobrando isto da Norma, pois acho que esta é uma questão mais abrangente e não se limitaria ao espaço que nos é concedido aqui. A questão é se essa falta de condição e preparação de quadro de recursos humanos para arquivística não está associada à própria indefinição do que seja o arquivista. Qual é a ontologia dessa ciência arquivística ou dessa arquivologia? Será que isso não estaria comprometendo a formulação dos vários currículos* que foram apresentados? Você falou sobre a trajetória brasileira nesta área e acho que se fôssemos para o campo dos outros cursos, sejam eles de graduação ou de pós-graduação, a meu ver, até onde alcanço, há uma certa indefinição ontológica do que deva ser a própria ciência, se é que ela é a própria ciência arquivística, e não, como você mesma disse, como um cruzamento, nem sempre com um diálogo muito alvissareiro, entre a biblioteconomia e a arquivística e entre a arquivística e a história. Há um trânsito aí que nem sempre tem mão dupla e eu fico imaginando se isso não estaria permeado por uma questão mais de fundo, que é a indefinição ou a imprecisão dessa própria razão de ser, de uma *epistème*, ou, enfim, de uma ontologia da arquivística enquanto teoria do conhecimento.

Ao mesmo tempo, se estou bem a par da situação, pois confesso que sou apenas um curioso, já que nunca tive experiência com direção de arquivo e nem trabalho em arquivo, a não ser, repito, como usuário, e um usuário relativamente fugaz, acredito que há também uma questão de fundo, com um pouco da trajetória histórica da realidade brasileira, ou mais especificamente da trajetória das relações de trabalho no Brasil. No caso da arquivística, parece-me que fizemos um caminho inverso, ou seja, uma regulamentação profissional precoce e essa precocidade, a meu ver, foi e está sendo

ainda extremamente desastrosa porque isso cria um corporativismo exacerbado, sendo que o próprio perfil do profissional ainda não foi delineado. Então, as coisas caminham numa ótica distorcida, quando não inversa. Se é incipiente a formação desse profissional, não só do ponto de vista numérico, mas também da própria constituição dos cursos de graduação ou de pós-graduação, fico imaginando se esta regulamentação profissional já existente, até mesmo antes da maior parte dos cursos de graduação existirem, não seria um cerceamento ou um bloqueio de acesso ao mercado de trabalho. Vejo isso em função, inclusive, dos nossos bacharelados da UFMG e de outras instituições que mantêm cursos de bacharelado em biblioteconomia e história. Ao invés disso dar uma certa corporificação à área, a meu juízo, cria o empobrecimento para as oportunidades profissionais, colidindo com a definição de um profissional de arquivo. Nesta ótica, e estou trazendo isso para debate, a regulamentação tem, neste caso, um efeito contrário, pois é extremamente perversa por prejudicar não só a formação, mas principalmente o acesso ao mercado de trabalho. Se isso é verdadeiro, penso que há um corolário nesta questão ou, se me permite, é uma questão decorrente ou quase com efeito cascata.

Assim, não estando claro e bem definido este perfil ou até mesmo a competência desse profissional de arquivo, torna-se difícil pensar em uma ação institucionalizada e até mesmo uma ação mais contundente para reclamar da preservação documental. Ou seja, será que esse profissional da arquivística não deveria exercer a função de esclarecimento às autoridades ou aos agentes produtores de documentação, não só no sentido da preservação de documento, mas da importância social que as suas próprias ações têm? A ausência de uma consciência profissional, a meu ver, é que leva a essa indefinição. Não sei se seriam as instituições, universidades, a UNESCO ou quem quer que seja, enfim, que poderia montar essa estrutura, vindo algo de cima para baixo na medida em que a própria sociedade não tem clareza do que deva ser o profissional, sendo que ele próprio, talvez por esta imprecisão ou indefinição de formação, não se sinta um pouco desamparado por não ter feito uma reflexão crítica sobre o exercício da sua própria profissão.

Claro que quando falo da regulamentação profissional, longe de mim estar solicitando ou clamando por uma revisão da legislação trabalhista nesta área. Eu penso que de nada adianta reformular a legislação concernente ao exercício profissional dos arquivistas no Brasil se antes disso não houver uma definição de quem é e qual é a função social deste trabalhador no arquivo. É uma função social que não seria só definida pela lei, pela sociedade como um todo, ou seja, como o universo social enxerga o trabalhador no arquivo, mas principalmente que o arquivista tenha um delineamento ou um horizonte mais claro do trabalho que ele desenvolve.

Assim sendo, uma vez cumprida a etapa ou a preliminar, caberia sim discutir a articulação entre currículo e realidade social, a necessidade de uma flexibilidade curricular, o nível de escolaridade em que esse curso deveria ser ministrado, se na graduação ou na pós-graduação, na atividade que a Beatriz Ricardina está lembrando como atividade de extensão complementar à graduação ou não; enfim, que se pudesse estabelecer inclusive uma dinâmica de currículo com a própria dinâmica social. Até porque, acho que poucas áreas como a arquivística sofrem essa avassaladora produção documental que, se angustia aos historiadores mais incidentemente, preocupa mais aos profissionais da área da arquivística.

Resta-nos saber também que medidas essas grades curriculares dos cursos não deveriam contemplar, em função da dinâmica do processo histórico, as inovações que, mais do que em outra área, incidem sobre a arquivística. E, em relação à chamada revolução documental, em que medida ela não estaria gerando e induzindo esses currículos a uma permanente alteração das suas propostas e não só do conteúdo da revolução documental, mas de ajustes que devem ser feitos nessa massa documental em relação ao desenvolvimento tecnológico. E, aqui fico imaginando como se casam essas fontes tão diversificadas dessa segunda metade do século, em relação ao próprio desenvolvimento científico. Há inadequação não só da aparelhagem, mas também do manuseio de documentos, assim como a superação da noção antiga que tínhamos de que o documento se restringe àquilo que está na sua formulação escrita.

A título de ênfase em minha colocação, tentarei dar uma certa amarração a ela, dizendo que no fundo estou atento a um dos quatro tópicos que você citou no final da sua fala, ou seja, de que um dos problemas graves apontados, e com o qual estou inteiramente de acordo, é o da ausência de um quadro profissional específico, e estas são palavras textuais. Desculpe a repetição, mas acho que essa ausência se dá pela indefinição do papel social que esses profissionais de arquivo ou da arquivística vivem, e, inclusive, à forma como eles se enxergam. Não quero ser excessivamente polêmico por achar que essa questão profissional não está atrelada ou vinculada apenas (é claro que ela passa por aí) à questão salarial ou a condições de trabalho, que são pontos nevralgicos e fundamentais — e longe de mim de cometer tamanha heresia. Mas, penso que a questão da regulamentação profissional não tem o dom da magia e nem varinha de condão para modificar a questão mais substantiva: a inconsistência ou indefinição do que seja o profissional da arquivística.

PROF. CARLOS MAGNO GUIMARÃES — Vou

me reportar a um artigo da professora Norma que saiu publicado na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, onde ela levanta uma série de reflexões da maior importância, de que hoje ela volta a falar. Então, peço licença à professora Norma para citar um parágrafo desse artigo, onde ela sintetiza estas reflexões que foram desenvolvidas aqui hoje: "A situação dos recursos humanos qualificados na área de arquivos continua grave, com inúmeras deficiências, apesar dos imensos esforços despendidos pela área acadêmica. As raízes de tais dificuldades encontram-se na falta de tradição do trabalho arquivístico, na concepção do que vem a ser um profissional da área de arquivo e na desvinculação entre ensino e pesquisa".

A questão que gostaria de levantar diz respeito a essa avaliação, com a qual concordo integralmente, articulada ao objetivo básico do seminário que está se desenrolando nesses dias: como o projeto de implantação do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte contempla essa avaliação, ou seja, como esse projeto pretende contemplar cada um desses três níveis de dificuldades, e quais são as perspectivas que se levantam para a superação dessas dificuldades do ponto de vista da implantação do arquivo?

Há ainda uma questão subsidiária: como se colocaria aí a questão da formação do profissional de nível técnico? E, finalmente, existe pre-

visto no projeto de implantação do arquivo da cidade de Belo Horizonte algum tipo de articulação ou vinculação com organismos aos quais ela fez referência como, por exemplo, algumas escolas de arquivística de outros países que existem, talvez, há mais de um século, ou então um organismo como, por exemplo, a UNESCO? Que tipo de vinculação está prevista entre o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte e esse tipo de organismo?

PROF.^a NORMA DE GÓES MONTEIRO — Há

muita coisa que tenho que historiar para que possamos entender porque chegamos a esse impasse.

Fiz parte do Comitê Internacional de Arquivos, especializado em formação de pessoal, vinculado à UNESCO. Antes, gostaria de dizer que estas perguntas feitas e expostas pelo professor Caio são reflexões do comitê do qual fiz parte, representando a América Latina. O problema não está relacionado exclusivamente ao Brasil, mas à América Latina, África e, por que não dizer, também aos países do chamado primeiro mundo.

Lembro-me perfeitamente do secretário executivo do comitê, em uma das últimas reuniões das quais participei, quando ele dizia que nós só poderíamos definir o que é um arquivista após fazermos um levantamento de todas as funções de um arquivo. Ou seja, a partir do crescimento, do grande número de tipos de atividades e documentos que estão surgindo numa explosão documental, é que iríamos definir as funções de um arquivo para depois estabelecermos o perfil do arquivista.

Outro fato que eu gostaria de colocar aqui, no caso específico do Brasil, e inclusive acho que vou responder à professora Beatriz, é que o simples fato de existir a teoria das três idades — e foi Schellenberg, um grande arquivista, americano, quem a criou — não quer dizer que o arquivo deve ser compreendido como corrente, intermediário, permanente ou histórico. O arquivo é único. O arquivista tem que ter esta visão global, pois ele não pode ser um arquivista de arquivo permanente ou corrente. Ele é um arquivista no sentido mais amplo. Assim, o arquivista que trabalha no arquivo corrente tem que ter a mesma formação de um arquivista que trabalha no arquivo permanente. Esta é a unicidade da arquivologia. Fiz críticas aos cursos brasileiros, pois os primeiros arquivistas brasileiros se saíram, como tudo que nasce, improvisados. Em sua maioria, eles trabalhavam em arquivos correntes. Fundaram a famosa Associação dos Arquivistas Brasileiros e, usando uma expressão moderna, fizeram um *lobby* e apresentaram um currículo que, naquele momento, achavam que seria o ideal para a formação do arquivista. Mas, este, justamente sem uma consultoria internacional, absolutamente resultante de uma vivência dentro do país, conseguiu do Ministério da Educação a criação da carreira de arquivista. Entretanto, por falta de conhecimento das funções de um arquivo e como esses arquivistas, que queriam criar o curso de arquivista, em sua maioria trabalhavam em arquivos correntes, elaboraram um currículo que era um reflexo da predominância do arquivo corrente. Há esta predominância porque foi feito por eles sem nenhuma experiência em arquivos permanentes. Ou seja, era a vivência deles que estava sendo transmitida naquele currículo.

A disciplina 'arquivologia', por exemplo, aparece no currículo simplesmente como I, II, III e IV, sem se conhecer explicitamente os seus

conteúdos. O professor a ministra como bem entender. Foi um curso constituído basicamente de disciplinas afins. Portanto, houve realmente uma distorção do que, agora, compreendemos que seja importante para a formação profissional. Depois, o próprio Arquivo Nacional trouxe uma série de consultores e passamos a ver que aquele currículo que haviam proposto, com inúmeras introduções, não era o currículo que atendia às funções de um arquivo, principalmente de um arquivo nacional.

Não podemos nos esquecer que justamente esse crescimento da burocracia, a partir do decreto-lei nº 200, em certo sentido, foi que forçou o aparecimento ou a necessidade de se formar com urgência os arquivistas. E, agora, estamos sentindo, justamente depois da modernização do Arquivo Nacional, a preocupação, mas aí com embasamento, com as funções de um arquivo, que não se restringem apenas a um arquivo corrente. Ele é importante, mas o arquivista não é de arquivo corrente, intermediário, histórico ou permanente. Ele é, antes de tudo, arquivista e tem que ter formação completa. Mas, está havendo demanda, pois os países do terceiro mundo e a UNESCO, como disse, criaram escolas regionais que formam indivíduos dentro da concepção de unicidade do perfil do arquivista. Também não sei e não posso lhes garantir — já que no Comitê Internacional de Arquivos, voltado para a profissionalização e formação de arquivistas, as discussões ainda eram grandes — se aquele tipo de escola regional realmente é o ideal. Mas para resolver um problema imediato, como é o caso do Brasil, onde estamos vendo grande demanda, concordo com você que teríamos que ter outro conhecimento ou visão. E, a demanda está aí e devemos atendê-la com a máxima urgência.

É o caso, por exemplo, do arquivo municipal de Belo Horizonte. Esse é um dos grandes impasses: como resolver o problema de pessoal. O secretário executivo do Comitê Internacional de Arquivos, Charles Kecskeméti, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO, veio ao Brasil e, quando viu o trabalho que o Arquivo Nacional havia realizado, ficou impressionadíssimo. Primeiro, foi feito um convênio com a Fundação Getúlio Vargas e com o Ministério da Justiça, contratando-se, na época, mais de cem pessoas com formação superior. Tínhamos lá administradores, sociólogos, historiadores, dada a complexidade da situação. A partir daí, fomos vendo o que é um arquivo, pois, por exemplo, diante da restauração e conservação de documentos há necessidade de um biólogo ou de um químico. Assim, era tal a complexidade de um arquivo que nós tivemos basicamente a preocupação de contratar indivíduos que tivessem vocação, através, naturalmente, de escolha de currículo e entrevista. É preciso ter vocação para se trabalhar em um arquivo. E assim, conseguimos criar um quadro de pessoal. E qual foi a grande escola? Simplesmente, o pessoal já tinha curso superior e, então, começamos a ler, a estudar e a fazer seminários quase que semanalmente para discutir os problemas que iam surgindo. Posso dizer a vocês, e meus colegas sabem disso, nós não sabíamos o que era o arquivo intermediário, gestão de documentos etc. A partir do momento em que passamos a ler, a discutir e, enfim, a ligar a teoria à prática, é que conseguimos criar uma equipe que impressionou Charles Kecskeméti. Realmente, ele ficou surpreso, porque fomos descobrindo as funções de um arquivo e tentando adaptar as pessoas a essas funções.

Agora, gostaria de responder como pretendemos resolver o problema no arquivo municipal. Realmente, estamos pensando nesta experiência. Ela deu bons frutos e acredito que, através de concurso, entrevista ou de uma maneira de selecionar esse pessoal, iremos trabalhar na documentação. Vamos ter contato com

instituições arquivísticas, principalmente do Arquivo Nacional, que hoje em dia é o maior centro bibliográfico arquivístico do país. A Secretaria deverá fazer convênios, para que eles nos forneçam essa bibliografia. Então, estudariamos e trabalharíamos ao mesmo tempo. Isto seria a curto prazo, já que é a única maneira de resolvermos o problema. E, é bem verdade que antes dos cursos de arquivística já existia a Associação dos Arquivistas Brasileiros. Aí está o problema do corporativismo que se criou a partir desse grupo. É um problema seriíssimo. Apresentei um trabalho no penúltimo Congresso Brasileiro de Arquivologia sobre a situação que o governo federal está vivendo com a criação, pelo serviço público federal, da carreira do arquivista. Mas, quem são esses arquivistas do serviço público federal? São o porteiro, que obteve o registro de arquivista, o cozinheiro, o motorista, o servente etc. Quando a dra. Celina Moreira Franco assumiu a direção do Arquivo, tínhamos cozinheiros e antigas disciplinadoras do Serviço de Amparo ao Menor — SAM, trabalhando no arquivo como arquivistas. Assim, quando passei a trabalhar no setor de gestão de documentos, fui a Brasília fazer um trabalho de conscientização do funcionalismo público federal da área de arquivos. A Secretaria de Modernização — SEMOR realizou um recenseamento para saber quem eram os chefes do arquivo das repartições públicas federais, e constatou-se que eram pessoas que não tinham o curso primário, ou eram médicos sem clínica, engenheiros sem serviço ou advogados sem causa. Quer dizer, o governo encostava nos arquivos os servidores que não trabalhavam. E, posso garantir que estas pessoas foram classificadas dentro do quadro do serviço público federal como arquivistas. Este é um problema que teremos que enfrentar. É também uma preocupação internacional e, mais ainda, um problema brasileiro. Os próximos papas da arquivística ainda estão discutindo sobre o perfil do arquivista do ano 2.000.

PROF. CAIO CÉSAR BOSCHI — É claro que não quero polemizar, mesmo porque estou concordando absolutamente em tudo com você. Mas, simplesmente por uma questão de reparo, para que a minha fala fique bem clara: é evidente que eu não estou imaginando que os egressos dos cursos superiores ou de pós-graduação em arquivística não estariam preparados para lidar com as funções que lhes são inerentes ou que devam ser atribuídas a eles. Inclusive, acho que a solução que você está propondo para o caso específico do arquivo público municipal é absolutamente adequada e compatível com as nossas próprias condições do momento. Ficar imaginando a existência de um curso em Belo Horizonte para se formar recursos humanos é impensável. Até porque a minha dúvida maior é saber se esses egressos de curso superior ou de pós-graduação estão qualificados e com competência suficiente para dar resposta. Se a questão é dessa natureza, imagina para nós que estamos em um processo embrionário de formação de mão-de-obra para um arquivo municipal.

Em segundo lugar, longe de mim propugnar uma divisão social de trabalho. Para mim, está claro que o arquivista, independentemente da teoria das três idades, deve estar presente em todos os momentos da produção até a efetiva conservação na terceira etapa, ou seja, no arquivo permanente.

Mas, o que eu fico imaginando, particularmente pelo fato de estarmos usufruindo da presença de um historiador na Secretaria de Governo

e da sensibilidade das autoridades municipais, principalmente da Secretaria Municipal de Cultura, é se não seria o momento de, compondo todas essas oportunidades muito favoráveis, se fazer não só o arquivo permanente ou histórico, que no fundo é a preocupação mais substancial deste grupo que está na gestão inicial do arquivo, mas também que se pudesse fazer nos vários órgãos da Prefeitura — e sei que isso é um sonho, mas tenho certeza da sensibilidade e da perspicácia histórica do Amílcar para isso — a triagem, para que a conservação documental já nascesse na sua origem, ou seja, no local da produção do documento. Aí sim, casam-se as duas preocupações de que temos um currículo que consagra o arquivo corrente para o arquivo permanente, que será a preocupação maior. Então, acho que esta é uma rara oportunidade de se fazer em Belo Horizonte um arquivo modelar, neste casamento que é sempre desejado mas nunca executado.

PROF.^a NORMA DE GÓES MONTEIRO —

Caio, acredito que ele vá ser modelar, porque os projetos de lei enviados ao Legislativo são dois e a nossa preocupação é começar bem.

O primeiro cria o Arquivo e a sua estrutura, o segundo estabelece uma política municipal de arquivos, em que se fala na teoria das três idades, sendo que o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte pretende dar orientação desde o arquivo corrente até o permanente, e quiçá, também sobre a produção documental.

É necessário que tenhamos o controle desde o arquivo corrente, porque isso é que é arquivística. Não adianta termos um bonito prédio para dizermos: "Aqui é o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte".

PROF. CAIO CÉSAR BOSCHI — Até porque ele

não irá comportar fisicamente a documentação.

PROF.^a NORMA DE GÓES MONTEIRO —

Então, nós temos que ter esse acompanhamento, quiçá, desde o nascimento do documento. Essa é a nossa preocupação.

Por isso eu disse que não existe um arquivo compartimentado, existe sim a teoria das três idades. O arquivista é aquele que domina conhecimento desde o arquivo corrente até o arquivo permanente. Esta é, pelo menos, a concepção que nós do arquivo municipal pretendemos adotar aqui. Daí eu dizer que gostaria que este arquivo fosse realmente um arquivo piloto ou modelo para outros.



Da esq. p/dir.: Beatriz Ricardina Magalhães, Norma de Góes Monteiro, Amílcar Vianna Martins Filho, Caio Boschi e Carlos Magno Guimarães.



GESTÃO DE DOCUMENTOS

Prof. José Maria Jardim, diretor da Divisão de Pré-arquivo do Arquivo Nacional e vice-presidente da ALA — Associação Latino-americana de Arquivos;

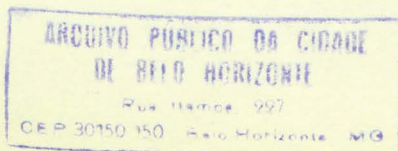
Prof. Dr. Roberto Borges Martins, historiador, professor da UFMG e administrador regional da Prefeitura de Belo Horizonte;

Dr. Jorge Fernando Vilela, Secretário Municipal de Atividades Urbanas;

Eise Ferraz Lopasso, bibliotecária, chefe do Serviço de Documentação Geral da Secretaria Municipal de Administração;

Valéria Braga Pena, arquiteta do Departamento de Coordenação e Planejamento da Secretaria Municipal de Planejamento;

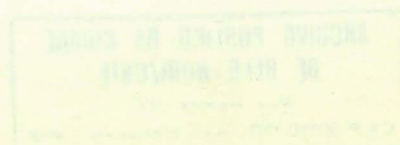
Maria Judite dos Santos, pesquisadora do Arquivo Público Mineiro.



BASES PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO:

CENTRO DE DOCUMENTOS

Este trabalho tem como objetivo apresentar as bases para a implantação de um arquivo moderno, considerando os aspectos técnicos, administrativos e econômicos. O trabalho é dividido em três partes: a primeira trata dos aspectos gerais, a segunda dos aspectos técnicos e a terceira dos aspectos administrativos e econômicos.



O CONCEITO E A PRÁTICA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

José Maria Jardim

Desde o desenvolvimento da arquivologia como disciplina a partir da segunda metade do século XIX, talvez nada a tenha revolucionado tanto como a concepção teórica e os desdobramentos práticos da “gestão ou administração de documentos” estabelecidos a partir da II Guerra Mundial. Para alguns, trata-se ainda de um conceito emergente, alvo de controvérsias e ainda restrito enquanto experiência a poucos países. Segundo o historiador norte-americano Lawrence Burnet, a gestão de documentos é uma operação arquivística, “o processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos que é característica da civilização moderna de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa”.

Em outro extremo, há os que consideram a gestão de documentos como a aplicação da administração científica com fins de eficiência e economia, sendo os benefícios para os futuros pesquisadores considerados apenas meros subprodutos. Situando-se entre estes dois extremos, a legislação norte-americana define que a gestão de documentos é: “O planejamento, o controle, a direção, a organização, a capacitação, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas com a criação de documentos, sua manutenção, uso e eliminação, incluindo o manejo de correspondência, formulários, diretrizes, informes, documentos informáticos, microformas, recuperação de informação, fichários, correios, documentos vitais, equipamentos e materiais, máquinas reprográficas, técnicas de automação e elaboração de dados, preservação e centros de arquivamento intermediários ou outras instalações para armazenagem”.

Segundo esta perspectiva, a gestão de documentos cobre todo o ciclo de existência dos documentos desde que são criados até que sejam eliminados ou recolhidos para arquivamento permanente, ou seja, trata-se de todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária dos documentos.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos — CIA (edição de 1984), a gestão de documentos diz respeito a uma área da administração geral relacionada com busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final de documentos.

Através do RAMP/PGI, a UNESCO procurou também abordar o tema conforme trabalho de James Rhoads intitulado “A função da gestão de documentos e arquivos nos sistemas nacionais de informação”, segundo o qual um programa geral de gestão de documentos, para alcançar economia e eficácia, envolve os seguintes aspectos:

- a fase de **produção** de documentos que abrange os seguintes elementos: concepção e gestão de formulários, preparação e gestão de correspondência, gestão de informes e diretrizes, fomento de sistemas de gestão da informação e aplicação de tecnologias modernas a estes processos;
- a fase de **utilização e conservação** dos documentos na qual se encontram os seguintes elementos: criação e melhoramento dos sistemas de arquivos e de recuperação de dados, gestão de correio e telecomunicações, seleção e uso de equipamento reprográfico, análise

de sistemas, produção e manutenção de programas de documentos vitais e uso de automação e reprografia nestes processos;

- a fase de **destinação** dos documentos compreende: a identificação e descrição das séries documentais, estabelecimento de programas de avaliação e destinação de documentos, arquivamento intermediário, eliminação e recolhimento dos documentos de valor permanente às instituições arquivísticas.

Introduzidos estes aspectos conceituais da gestão de documentos, parece-me oportuno procurar compreendê-los em dois níveis antes de discuti-los sob uma perspectiva brasileira, ou seja:

- seus antecedentes históricos como teoria e prática;
- sua configuração nos modelos arquivísticos internacionais contemporâneos.

Embora sua concepção teórica e aplicabilidade se desenvolvam após a II Guerra, a partir dos EUA e Canadá, a gestão de documentos tem suas raízes já no final do século XIX em função dos problemas então detectados nas administrações públicas destes dois países no que se refere ao uso e guarda dos documentos. Na primeira metade deste século, comissões governamentais nos EUA e Canadá são formadas para encaminhar soluções com vistas à melhoria dos padrões de eficiência no uso dos documentos, por parte da administração pública. Vale ressaltar que, durante este período, as instituições arquivísticas públicas caracterizavam-se pela sua função de órgãos estritamente de apoio à pesquisa, comprometidos com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico. A esta concepção de documento histórico opunha-se, de forma dicotômica, a de "documento administrativo" cujos problemas eram considerados da alçada exclusiva dos órgãos da administração pública que o produziam e utilizavam.

Paralelamente, iniciava-se a era da chamada "administração científica" com Frederick Taylor e Frank Gilbreth procurando mostrar aos administradores como racionalizar o processo administrativo, desenvolvendo suas atividades de forma menos custosa, melhor e mais rapidamente. A palavra-chave das administrações destes países, sobretudo nos EUA, passa a ser **eficiência**. A ampliação dos princípios da administração científica para a solução dos problemas documentais das administrações destes países gera os princípios da gestão de documentos. Estes princípios resultam, sobretudo, da necessidade de se racionalizar e modernizar as administrações. Não se trata de uma demanda setorizada, produzida a partir das próprias instituições arquivísticas, em que pese todas as consequências extremamente inovadoras que trouxeram para a arquivologia.

A gestão de documentos veio contribuir para as funções arquivísticas em diversos aspectos:

- ao garantir que as políticas e atividades dos governos serão documentadas adequadamente;
- ao garantir que menos documentos inúteis e transitórios serão reunidos a documentos de valor permanente;
- ao garantir uma melhor organização desses documentos caso atinjam a fase permanente;
- ao inibir a eliminação de documentos de valor permanente;
- ao garantir a definição de forma criteriosa da parcela de documentos, que constituirão o patrimônio arquivístico de um país, ou seja, de 2 a 5% da massa documental produzida, segundo a UNESCO.

Além disso, conforme menciona Ricks em trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Washington, em

1976, a gestão de documentos criou uma maior consciência em todo o governo, no caso norte-americano, do significado dos documentos, qualquer que seja o seu suporte, e das suas necessidades de conservação. As instituições arquivísticas públicas, particularmente os arquivos nacionais dos EUA e Canadá, passaram então a adquirir uma nova feição, assumindo também a função de órgãos de apoio à administração pública com a competência de orientarem programas de gestão de documentos nos diversos organismos governamentais. Passam também a receber considerável prestígio e aumento de orçamentos ao reconhecer-se que, enquanto instituição, economizam mais dinheiro do que gastam como resultado de suas atividades de gestão de documentos. Um exemplo: a rede de arquivos intermediários regionais norte-americanos permite aos cofres públicos uma economia de cem milhões de dólares por ano. Trata-se apenas de uma das atividades de um programa de gestão de documentos. É possível imaginar como o custo público da informação governamental tende a alcançar níveis reduzidos, aplicando-se o princípio básico de gestão de documentos segundo o qual a informação deve estar disponível no lugar certo, na hora certa, para as pessoas certas e no menor custo possível.

Das diversas atividades anteriormente citadas e que caracterizam a gestão de documentos, Ricks constata que, na prática, aquelas que têm uma influência mais direta sobre as instituições arquivísticas são usualmente administradas por estas mesmas instituições. É o caso da administração de arquivos intermediários e a destinação de documentos. As atividades cujo objetivo primeiro é a eficiência da administração pública são muitas vezes administradas por outro órgão distinto da instituição arquivística. É o caso da administração de correspondência, formulários, diretrizes, uso de processadoras da palavra etc. Essa diferença de grau de aplicabilidade do conceito de gestão de documentos é que distingue mais claramente a experiência americana e canadense da europeia. Na Europa, a tradição arquivística desenvolveu-se sobretudo a partir da característica dos arquivos como fonte de pesquisa retrospectiva. É importante ressaltar, neste sentido, a profunda influência europeia no funcionamento dos arquivos públicos brasileiros.

Estes aspectos foram abordados em 1985, em Budapeste, por ocasião da Conferência Arquivística Européia sobre a Criação e Organização de Documentos Contemporâneos, patrocinada pelo CIA. Segundo trabalho apresentado então por Michel Roper, o conceito de gestão de documentos não é amplamente praticado nos países não anglo-saxônicos. Constatou ainda que, embora a gestão de documentos não seja reconhecida na prática, as instituições arquivísticas européias tendem a conduzir em níveis de aprofundamento diverso e segundo preceitos de economia e eficácia, a criação, manutenção e destinação dos documentos públicos contemporâneos. Roper demonstra também que vários países europeus ainda não situaram sob a jurisdição direta das instituições arquivísticas nacionais os elementos que caracterizam os modernos programas de gestão de documentos. O envolvimento das instituições arquivísticas européias na área de gestão de documentos tende a ser maior em termos de **avaliação e recolhimento**, muito limitado no que se refere ao **uso e manutenção de documentos de 1.ª e 2.ª idades** e ainda mais restrito em termos de intervenção na **produção documental**.

Quais seriam os fatores inibidores que comprometeriam a adoção das funções de gestão de documentos pelas instituições arquivísticas?

- limitações de ordem legal;
- escala e complexidade dos governos nacionais impossibilitando que o único organismo

- exerça funções executivas em todo o campo da gestão de documentos;
- tradições administrativas que impedem uma reorganização radical dos sistemas vigentes; e
- o papel histórico dos arquivos nacionais cuja gênese identifica-se com uma atuação mais passiva de custódia dos documentos de valor permanente para a pesquisa retrospectiva.

Vale apontar ainda a imensa massa de documen-

tos em diversos suportes produzidos pelas administrações contemporâneas e a ampliação do uso de modernas tecnologias.

Esta conferência apontou algumas conclusões que, acredito, devam ser alvo de reflexão deste seminário. Tais são:

1. Apesar da criação de documentos ser primeiramente uma reponsabilidade de cada agência governamental, é desejável que o arquivo nacional esteja envolvido na preparação e implementação de regulamentos referentes à criação e manutenção dos documentos dentro das agências (incluindo o uso do microfilme e outras tecnologias de criação de documentos), além de regulamentos quanto à durabilidade do suporte documental e à administração do acesso público a informações governamentais.
2. São necessárias providências para a guarda de documentos de valor intermediário, ocasionando vantagens econômicas no uso de instalações físicas e recursos humanos, sejam os arquivos intermediários operados pelo arquivo nacional ou pelas agências governamentais.
3. Os arquivos nacionais devem assegurar que, de forma condizente com o contexto administrativo e constitucional de cada nação, arquivistas profissionais ofereçam assistência técnica às agências governamentais e outras instituições públicas na implementação dos sistemas de gestão de documentos.
4. Apesar das circunstâncias constitucionais, legais, administrativas e históricas determinarem para cada autoridade arquivística nacional um papel diferente na administração de documentos contemporâneos, há determinadas funções nas quais é necessário o envolvimento dos arquivistas do arquivo nacional, especificamente:
 - . inspeção de documentos correntes e semi-correntes das administrações públicas
 - . o recolhimento de documentos das agências governamentais dissolvidas
 - . na avaliação de documentos para a transferência para os arquivos
 - . na transferência de documentos para os arquivos.
5. A seleção de documentos para a preservação permanente deve contar com a decisão final dos arquivistas do arquivo nacional.

Segundo a UNESCO, conforme o trabalho de James Rhoads, há quatro níveis de aplicação de programas de gestão de documentos:

- o **nível mínimo** estabelece que, para que um governo tenha um programa de gestão de documentos deve contar, ao menos, com programas de retenção e eliminação de documentos e procedimentos para recolhimento ao arquivo nacional dos documentos de valor permanente;
- o **nível mínimo ampliado** complementa o primeiro com a existência de um ou mais centros de arquivamento intermediário;
- o **nível intermediário** compreende os dois primeiros e mais a adoção de programas básicos que consistem, geralmente, em elaboração e gestão de formulários, elaboração de sistemas de arquivos correntes, gestão de correspondência e documentos vitais etc.

- o **nível máximo** inclui todas as atividades já descritas, complementadas por gestão de diretrizes administrativas, de correspondência e telecomunicações, de máquinas copiadoras, uso de recursos de automação etc.

A partir dos antecedentes históricos da gestão de documentos e sua configuração institucional em arquivos de países do primeiro mundo, particularmente da Europa e América do Norte e, tendo em vista as considerações da UNESCO, como situarmos o caso brasileiro e, porque não, latino-americano?

De uma maneira geral, as instituições arquivísticas públicas brasileiras, em nível federal, estadual ou municipal, apresentam características comuns no que se refere à sua atuação:

- tratam-se de instituições voltadas quase que exclusivamente para a guarda de documentos considerados, na maior parte das vezes sem critérios, como de valor histórico e a partir, portanto, da dicotomia valor histórico/valor administrativo de documentos;
- são praticamente inexistentes suas relações com o conjunto da administração pública com vista ao exercício de funções não apenas de apoio à pesquisa científica retrospectiva, mas também de funções de apoio administrativo ao governo, durante o processo político-decisório;
- por diversas razões (problemas de pessoal, legislação e espaço físico) sua atuação em relação à recepção dos documentos produzidos e acumulados pela administração na qual se inserem caracteriza-se pela passividade;
- ou seja, o modelo de instituição arquivística pública em vigor no Brasil está mais próximo do século XIX do que do XXI.

Estes aspectos, já ampla e detalhadamente diagnosticados em várias ocasiões, por diversos profissionais, explicam a sempre denunciada situação de gravidade em que se encontra o patrimônio arquivístico brasileiro.

Por outro lado, as características da administração pública brasileira propiciam, por razões histórico-culturais, que a informação governamental — espinha dorsal do seu desempenho — seja mal produzida, mal utilizada, mal disseminada e em geral eliminada ou conservada sem critério pela própria administração pública. A situação em que se encontram os arquivos federais, descrita em relatório elaborado pelo Arquivo Nacional, através da DPA, como contribuição ao plano de reforma da administração federal, expressa claramente o problema. Creio ser oportuno fornecer alguns exemplos:

- no eixo Rio-Brasília, existem cerca de trezentos quilômetros de documentos que abrangem quatrocentos anos de história do Brasil em condições de conservação quase sempre precárias;
- as condições de acesso físico e intelectual a estes documentos são extremamente restritas;
- cerca de 70% dos 454 arquivos federais visitados na cidade do Rio de Janeiro guardam documentos apenas de natureza administrativa (resultantes de atividades-meio); 5% de natureza técnica (resultantes de atividades-fim) e 25% de ambos os tipos;
- os arquivos correntes acumulam grandes volumes documentais cujo uso administrativo não se faz mais necessário em função da ausência de diretrizes para avaliação e transferência;
- no Rio, apenas 37% dos arquivos **afirmam** eliminar documentos e destes, apenas 5% possuem tabelas de temporalidade. Em Brasília, 48% dos arquivos visitados afirmam eliminar documentos. Destes, 21% afirmam possuir tabela de temporalidade. Estas tabelas

são em geral mal elaboradas pois, mesmo quando existem comissões de avaliação, estas são formadas por pessoal pouco capacitado;

- quanto a recursos materiais, os espaços são insuficientes e pouco otimizados, bem como o mobiliário e meios de acondicionamento, além da carência de equipamentos;
- quase 90% não possuem códigos de classificação de documentos por assunto, isto é, de acordo com as estruturas e funções dos órgãos produtores;
- apesar da crescente utilização de técnicas micrográficas, tal uso colide muitas vezes com uma perspectiva preservacionista e mesmo administrativa, principalmente quando ocorre a substituição do original sem avaliação prévia. Por outro lado, microfilma-se com frequência e desnecessariamente documentos cujas informações não são relevantes em nível administrativo ou para a pesquisa científica.

Por tudo isso, talvez se possa afirmar que o custo público da informação na administração pública do Brasil é provavelmente mais caro para a sociedade do que nos EUA, Canadá e outros países que desenvolvem programas de gestão de documentos. É, portanto, a sua implementação que permite às instituições arquivísticas públicas modernizarem-se, assumindo novas funções e se tornando também menos deficitárias.

Que gestão de documentos podemos nós, profissionais dos arquivos públicos brasileiros, oferecer à administração pública?

Resultado das demandas de administrações públicas como EUA e Canadá, a aplicação dos princípios teóricos da gestão de documentos envolve necessariamente a construção de metodologias específicas, compatíveis com a tradição histórico-administrativa do país. Se as experiências internacionais neste campo constituem um marco referencial e fonte de inspiração para as nossas reflexões, cabe aos arquivos públicos brasileiros, através de seus profissionais, juntamente com os administradores públicos, voltarem-se para a produção do conhecimento necessário à implementação conseqüente de programas de gestão de documentos. Cabe, portanto, realizarmos experiências metodológicas em vários níveis (o da macro e micro arquivísticas, segundo Matta Castillon) tendo como requisitos fundamentais:

- . um profundo conhecimento dos elementos característicos da administração pública brasileira: sua complexidade, diversidade, evolução e, sobretudo, suas demandas;
- . condições mínimas necessárias quanto à legislação, recursos humanos e materiais, com vistas a uma política de arquivos federais.

Em função dos nossos contatos e experiência junto à APF, alguns aspectos especialmente parecem-me requerer um grande esforço de construção metodológica e implementação na administração pública brasileira por parte de arquivistas e administradores. Neste sentido vale destacar:

- . elaboração de diretrizes básicas quanto ao recebimento, classificação, tramitação e arquivamento de documentos de uso corrente;
- . elaboração de procedimentos básicos que permitam avaliar e selecionar grandes e variados acervos desorganizados, considerando-se a escassez quantitativa e qualitativa de recursos humanos especializados para este fim.

Ainda em relação a estes aspectos, o Arquivo Nacional vem oferecendo cursos de introdução à gestão de documentos para servidores federais de nível médio e superior, no Rio e em Brasília, já tendo alcançado cerca de quatrocentos fun-

cionários. O Arquivo Nacional vem procurando, de acordo com suas possibilidades, oferecer assistência técnica a diversos órgãos federais que procuram implantar sistemas arquivísticos.

Cabe ressaltar também a necessidade de elaboração de procedimentos básicos que possibilitem a recuperação de informações contidas em grandes volumes documentais de valor intermediário e permanente acumulados dispersamente pelos órgãos federais, a maior parte de forma desorganizada ou organizada de forma inadequada. Outros tópicos a serem priorizados como objeto de normatização são:

- . transferência de documentos para arquivamento intermediário e recolhimento para guarda permanente;
- . gestão dos depósitos de documentos dos ministérios que, em geral, recebem sem critérios documentos provenientes dos arquivos correntes dos órgãos públicos;
- . uso racional de modernos recursos tecnológicos como a micrográfica e a informática;
- . estudo do perfil do usuário da informação arquivística na administração pública, ou seja: quem a produz? por que? em quais condições? e como e quando necessita desta informação ao longo do processo decisório.

De imediato, faz-se necessário que cada ministério realize um diagnóstico preliminar da sua situação arquivística que culmine num seminário envolvendo todos os seus órgãos em torno da questão da informação. O Arquivo Nacional poderá colaborar com tal iniciativa colocando à disposição dos ministérios procedimentos metodológicos já testados em alguns órgãos federais. Este trabalho agilizaria o cadastro dos arquivos federais em implantação pelo Arquivo Nacional cujo objetivo é o mapeamento nacional dos acervos arquivísticos federais, no que se refere à sua natureza, condições de conservação e acesso.

Ao contrário dos países onde a gestão de documentos se desenvolveu enquanto teoria e prática, no Brasil são os arquivos públicos que, com vistas à sua modernização, dirigem-se à administração pública com projetos visando a adoção de elementos básicos da gestão de documentos. É o caso do Arquivo Nacional, ao realizar uma experiência piloto no MINAGRI e atualmente iniciando um projeto semelhante na superintendência do Rio de Janeiro e na direção geral do INPS.

Tais iniciativas me parecem oportunas e imprescindíveis, mas, para que sejam realmente produtoras e, sobretudo, ampliáveis a médio e longo prazos, um desafio se coloca: a própria administração pública. Somente para uma administração pública comprometida com os serviços que deve prestar à sociedade, terá relevância a adoção de padrões mais eficazes seja para a gestão de documentos, para a gestão orçamentária ou de recursos humanos. Como nos indica o cientista político, prof. Sérgio Abranches, o problema do setor público é um problema ético: "O Estado somente se justifica pelas obrigações coletivas a que atende".

Mesmo para a aplicação de um programa mínimo de gestão de documentos, tal como propõe a UNESCO (elaboração de programas de avaliação e recolhimento sistemático aos arquivos públicos), o seu sucesso pressupõe necessariamente o reconhecimento pela administração pública de suas necessidades básicas nesta área e de atitudes governamentais transformadoras. É, portanto, a dinâmica do processo histórico em curso no Brasil que definirá realmente as possibilidades de um trabalho de gestão de documentos na administração pública federal.

Para concluir, gostaria de afastar qualquer impressão de pessimismo que eu possa ter veiculado. Ao contrário, como cidadão e profissional de arquivo, citando a canção de Milton Nascimento que Elis cantou, "falo assim sem tristeza, falo por acreditar que é cobrando o que fomos que nós iremos crescer".

MARIA JUDITE DOS SANTOS — Quero dizer

que, diretamente relacionada à discussão deste seminário está a questão do papel dos arquivos estaduais em relação aos arquivos municipais, que precisa ser melhor delimitada para que se consiga uma concentração de esforços na direção correta. Segundo Vera Moreira Figueira, para que exista organicidade são fundamentais a localização e o levantamento sistemático dos acervos que se encontram no âmbito municipal. São suas estas palavras: "A coordenação do levantamento deverá caber aos arquivos estaduais, uma vez que, devido a sua posição hierárquica entre os arquivos, à capacidade técnica em vias de consolidação e a maior facilidade de estabelecer relações verticais com o município através dos sistemas de arquivos, seriam organismos ideais para centralizar um levantamento metodológico e conceitualmente homogêneo".

Agora eu pergunto: são tarefas com reais possibilidades de êxito para os nossos desprovidos arquivos estaduais a realização das competências atribuídas a um órgão que é o central de um sistema de arquivos da administração estadual e também a coordenação do levantamento de fundos municipais?

O parágrafo único do art. n.º 2, do decreto n.º 82.308, de 25 de setembro de 1978, que instituiu o Sistema Nacional de Arquivos — SINAR estabelece: "Podem integrar o sistema, mediante convênios, os arquivos dos poderes legislativos e judiciários da União, bem como os existentes nos estados, Distrito Federal, territórios e municípios. O sistema de arquivo do estado de São Paulo também estabelece que poderão participar do mesmo, mediante celebração de convênios, observada a legislação pertinente, órgãos das administrações municipais".

Que tipo de participação poderia ser esta? Pressupõe orientação técnico-normativa ou chegaria a níveis mais práticos de gestão de documentos? Em seu artigo intitulado "SINAR — a saga e sina", o brilhante expositor da seção de hoje enfatiza o atendimento às demandas de assistência técnica dos arquivos estaduais realizado pelo Arquivo Nacional. Com o cumprimento de tais atividades desenvolvidas sob uma direção informal denominada "Coordenação para a Implantação do SINAR", não teria sido implementado um Sistema Nacional de Arquivo. As vocações nacional e federal do Arquivo Nacional teriam sido reconhecidas de forma equivocada, desenvolvidas por um processo simbiótico que deve ser modificado para que as duas funções sejam trabalhadas de forma a se complementarem. Quais cuidados deveria tomar o arquivo público estadual para não privilegiar os trabalhos de política cooperativa em detrimento dos trabalhos de uma integração sistêmica dos arquivos da administração do estado? Ou seja, como deve ser encarado o papel de um órgão central no sistema de arquivo estadual em relação aos arquivos municipais?

A segunda questão a ser colocada refere-se ao campo de ação do arquivo municipal. Para Vicenta Cortez, um arquivo municipal é constituído da acumulação orgânica da documentação produzida pelos órgãos municipais. Ana Maria

Camargo, em seu artigo "Arquivos municipais: problema de jurisdição", defende a idéia de que não é tão simples como parece a questão da delimitação das fronteiras do conjunto de documentos que integra o patrimônio arquivístico municipal. Um exemplo desta complexidade seria a posição a ser tomada frente a documentos que correspondem a desdobramentos de instâncias regionais e centrais do poder estatal. Não seria, portanto, incomum a comissão de atribuições típicas dos organismos do poder central ou do poder regional a funcionários ou repartições municipais, o que resulta na presença nos arquivos de séries documentais originárias de funções delegadas. Esta idéia de uma jurisdição flexível se amplia quando a autora defende que a área de atuação de um arquivo municipal deve extrapolar o trabalho com a documentação das instituições administrativas locais, com o conseqüente interesse por fundo de qualquer procedência, desde que relacionados à comunidade.

Provavelmente, e aí a colocação é minha, o interesse nessa ampliação do campo de ação do arquivo municipal provém de uma experiência valiosa e bem desenvolvida, como é a do arquivo do município de Rio Claro, apontado neste seminário como modelo de arquivo municipal. No caso do arquivo de Belo Horizonte, mais do que a preocupação com uma jurisdição ampla e maleável, talvez fosse necessário estudo que defina o universo de ação possível a um trabalho em fase de implantação, para que sejam estabelecidas prioridades no que se refere à transferência e recolhimento de documentos. Ou seja, concordância ou não com uma jurisdição maleável, o que importa de início é a ação possível.

EISE FERRAZ LOPASSO — Sou bibliotecária e chefe do Serviço de Documentação Geral da Secretaria Municipal de Administração. O nosso setor é encarregado de receber, conservar, publicar e divulgar, em forma de coletâneas, a legislação municipal. Colecionamos e encadernamos recortes da legislação municipal e atos administrativos publicados no jornal "Minas Gerais"; fornecemos dados e subsídios necessários à elaboração de relatórios e pareceres. Elaboramos pesquisas documentárias mediante solicitação da administração direta, indireta e de municípios em geral. Recebemos os originais da legislação municipal que fica sob a nossa guarda até a publicação da mesma em forma de coletâneas anuais; trabalhamos em cima de cópias xerox. Todos os dias é feito o recorte do jornal e a legislação é guardada em pastas por assuntos, sendo catalogada e indexada através de cabeçalhos de assuntos pré-determinados. Este fichário está passando por uma remodelação e simplificação de entradas, exatamente para diminuir o número e facilitar o acesso à legislação.

A importância do serviço de documentação fez com que sentíssemos a necessidade de uma racionalização do sistema, para que tivéssemos mais condições para funcionarmos como fonte de consulta administrativa e legislativa, bem como de memória do poder legislativo municipal.

Em 1989, houve uma mudança de pessoal e estrutura na Prefeitura e nosso Serviço também sofreu grandes mudanças. Houve uma diminuição de pessoal e de seção. Agora, temos dois agentes administrativos no turno da manhã e dois agentes administrativos no segundo turno. Os funcionários tiveram que se adequar a um novo ritmo de trabalho e a uma nova proposta de prestação de informações. Junto com esse serviço de documentação legislativa, temos uma biblioteca com um acervo pequeno, remanes-

cente de uma antiga biblioteca da Secretaria, que foi espalhada por outras organizações, sendo que este material ficou em um canto da seção. Foi dado a ele um tratamento técnico e hoje pode ser usado no local ou emprestado. Fazem parte desse acervo anuários, boletins estatísticos, as leis mineiras, a Revista do Arquivo Público Mineiro, projetos e relatórios da Secretaria, livros sobre a história de Belo Horizonte e os relatórios de atividades do prefeito desde a fundação da cidade. Esses relatórios sempre foram elaborados por esse serviço, que até 1989 era uma seção. Esses livros atendem a muitos estudantes e pesquisadores sobre a história da cidade.

É nossa meta, ao lado desse acervo, um aumento de títulos para uma atualização, o que responde a uma expectativa do funcionário a partir de uma procura muito grande visando o crescimento profissional. À medida que se moderniza a máquina administrativa, percebe-se que é preciso também modernizar o Serviço de Documentação para que ele não emperre e possa oferecer informações com rapidez e segurança.

VALÉRIA BRAGA PENA — Farei uma interven-

ção de ordem prática, e quero citar alguns aspectos da situação atual da Prefeitura que poderiam ser considerados como empecilhos na implantação do Arquivo, complementando o que foi dito a respeito do Serviço de Documentação que já existe na Secretaria de Administração. Vou abordar seis aspectos que eu gostaria que não fossem interpretados como uma crítica à própria Prefeitura (no caso, uma auto-crítica), e sim como um diagnóstico necessário para a implantação deste Arquivo.

Cada setor da Prefeitura responde pela seleção e arquivamento dos documentos que produz, segundo critérios próprios e muitas vezes pessoais. Neste aspecto, ainda estamos no século XIX. Além disto, praticamente não existe intercâmbio de informações entre as secretarias. Para se ter uma idéia, todas as administrações tentam manter um cadastro municipal atualizado. Mas, para isso, ele precisaria ser alimentado com dados pelas secretarias, e isso é praticamente impossível. Essas informações, produzidas dentro da Prefeitura, muitas vezes são sonegadas e alguns documentos são mantidos com intenção pessoal de obter privilégios ou promoções. Essa é uma prática que ocorre em toda administração, não é só na Prefeitura. Por isso, acho que vale a pena fazer essa denúncia, pois esse empecilho será encontrado, ou seja, são arquivos que as pessoas costumam controlar como pessoais.

A cada mudança de prefeito, além das decorrentes reformas administrativas, ocorre uma interrupção em um processo importante do arquivamento, principalmente quando secretarias são extintas e passam a ser terra-de-ninguém. Assim, as pessoas têm acesso aos documentos, levando-os para outros lugares, perdendo-se o controle, pois, até o outro secretário assumir a pasta, aquilo fica ao deus-dará. Estamos vendo isso ocorrer quase sempre na Prefeitura, e é um dos motivos pelos quais muitas vezes os documentos são extraviados e encontram-se em mãos de particulares. É preciso dizer que não adianta procurarmos só nas bibliotecas e arquivos atuais, porque lá não iremos encontrar nada, ou muito pouco.

Gostaria, também, de ressaltar a importância dos valiosos arquivos vivos que existem na Prefeitura, que são os funcionários antigos que acumulam ao longo do tempo as informações e, mesmo depois de aposentados, se dispõem a fornecê-

las. Eles são sempre consultados mas, apesar de serem pessoas valiosíssimas eu, particularmente, não gostaria de ser um desses arquivos no futuro.

Num aspecto mais geral, a cidade parece que ainda não despertou para a necessidade de preservar a sua memória, haja vista a situação caótica em que se encontra o nosso patrimônio histórico. Trabalho com planejamento urbano e vejo de perto o caos.

Então, diante desse quadro desolador em que a Secretaria da Cultura tenta a difícil tarefa de resgatar a memória e organizar o arquivo público da cidade, gostaria de ouvir alguns conselhos práticos nesse debate. Não receita de bolo, mas algumas dicas no sentido de se tentar reverter esse quadro.

DR. JORGE FERNANDO VILELA — Acredito

que a Valéria tenha sido muito clara ao colocar os problemas relacionados com a criação do arquivo público municipal. Também vou me ater apenas aos aspectos práticos e imediatos da questão do tratamento das informações e memórias da administração pública em Belo Horizonte. Ela citou exatamente os pontos que mais se relacionam com a experiência que ela viveu na Prefeitura, sendo esta mais recente. Eu vou estender um pouco mais, pois tive oportunidade de participar da administração municipal da Prefeitura em período anterior, lá pelos idos de 1978, e naquela oportunidade tínhamos uma preocupação muito grande com relação ao tratamento a ser dado ao arquivo geral da Prefeitura.

Nessa época verificou-se que a prática de arquivar indiscriminadamente (tudo era arquivado) trouxe um problema sério para a Prefeitura, que era a questão do espaço. Como arquivar esses processos que se acumularam ao longo do tempo? E, nesse instante, a Secretaria Municipal da Administração adotou uma prática que, no nosso entendimento, lesou em muito a memória da cidade, porque grande parte desses documentos foram simplesmente incinerados sob o argumento de que não seriam coisas importantes, não tinham mais importância administrativa, não tinham valor de uso administrativo. E isso foi feito sem uma avaliação do seu sentido histórico, da sua importância na pesquisa ou mesmo na análise do processo de evolução da cidade. Enfim, sem levar em conta que ele poderia contribuir de alguma forma para preservar a memória de Belo Horizonte. Então, a partir daí, foram introduzidas técnicas novas, grande parte desses processos conseguimos salvar, porque conseguimos demonstrar que eles continuavam sendo importantes do ponto de vista administrativo. São os processos que aprovavam loteamentos, que aprovavam edificações... De certa forma, grande parte disso foi preservada. Mas uma grande maioria de documentos foi simplesmente destruída, sem levar em conta, sem passar por nenhuma análise da sua importância do ponto de vista documental e histórico.

Hoje temos um acervo muito interessante, principalmente na Secretaria de Atividades Urbanas, que consiste no conjunto dos projetos arquitetônicos que foram aprovados desde a fundação da cidade até hoje. Existem coisas belíssimas! Existem documentos importantíssimos, registrando todo o processo de evolução da prefeitura, da cidade. Edificações que hoje não existem mais estão lá com seus projetos originais aprovados, guardados de forma precária, porque realmente não foi possível arrumar um destino para esses documentos. Agora tenho uma grande esperança: a de que, através da criação do

Arquivo, realmente isso venha a ser transferido para esse arquivo público e tenha um tratamento adequado. Enfim, uma série de coisas, de processos, de informações que realmente teriam uma importância fundamental para a memória da cidade. Essa é uma preocupação da administração atual não só a nível da criação desse arquivo público. Nesse sentido, também, existe uma iniciativa por parte da Prefeitura da criação do cadastro geral do município de Belo Horizonte que iria, de certa forma, eliminar esse problema que existe hoje de haver cadastros específicos de cada órgão da Prefeitura, que muitas vezes têm informações superpostas. É um processo oneroso para o poder público produzir muitas vezes a mesma informação em diferentes unidades. Isso, realmente, traz custos adicionais muito grandes. E, com a centralização nesse cadastro geral, que também é um processo paralelo à criação do Arquivo, iremos, de certa forma, dar um arranjo nessa questão da informação, na questão do documento. Enfim, da memória da cidade.

DR. ROBERTO BORGES MARTINS — Concor-

do com a Valéria, quando ela diz que a situação na Prefeitura, em termos de preservação de memória, tanto do ponto de vista das necessidades administrativas como da pesquisa, é caótica. Mas não posso deixar de registrar que o fato gerador e o produto que este seminário vai ter é uma ação no sentido de melhorar essas condições. E não é uma ação isolada.

Tendo participado já por um ano e meio desta administração, vi essas coisas que a Valéria e o Jorge estão dizendo, o que torna este seminário e a criação do Arquivo ainda mais importante, sem nenhuma crítica a nenhum órgão da Prefeitura porque, realmente, não se trata disso. Trata-se da falta de uma política de gestão de documentos, que não existia até agora.

A situação dos materiais que deveriam compor o acervo de um arquivo desse, tanto dos documentos administrativos, quanto dos materiais iconográficos como plantas cadastrais, projetos arquitetônicos, entre outros, é caótica. A dispersão é imensa, a má conservação é assustadora, a falta de acesso público é muito grave, boa parte desses documentos — não digo documentos públicos, mas materiais que interessam muito, tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista administrativo — estão ou sempre estiveram em coleções particulares. Temos aqui na platéia pessoas que certamente terão que doar o seu acervo pessoal para o Arquivo Público, porque têm coisas que a Prefeitura não tem. No momento certo do processo, vamos pedir a essas pessoas que façam essas doações.

Temos também situações como a referida pela Valéria, carinhosamente, a qual me refiro também com o maior carinho: o funcionário detentor da memória da cidade, da memória da Prefeitura. Há uma instituição na Prefeitura que nós todos aprendemos a estimar, mesmo novatos como eu, que é uma instituição importante, mas que é uma instituição antidemocrática, não por vontade dessa pessoa. Estou me referindo à doutora Ismaíla. Com pouco tempo de Prefeitura a gente aprende que, quando você não consegue uma informação — tal terreno pertence ao patrimônio público ou não, como é que é mesmo a história? — tem que perguntar para a doutora Ismaíla porque ela sabe. Então nós todos recorremos a ela. Ela presta um serviço de valor inestimável. Mas, evidentemente, é uma situação que tem que ser muito aperfeiçoada porque senão teremos que tomar a doutora Ismaíla e mais tarde terá até que haver uma lei municipal obrigando-a a ser eterna, porque ela

é realmente detentora de um conhecimento que tem que ser público, tem que ser acessível a qualquer pessoa da Prefeitura ou da comunidade, seja pesquisador, seja o que for. Esse é o caso de outros funcionários antigos da Prefeitura também.

Ainda há problemas graves de desaparecimento de documentos, documentos que sabemos que existiram e que não são encontrados quando se precisa. Um caso que me chamou atenção recentemente, nesse processo de pesquisa para a restauração da Praça da Liberdade, é que não se encontrou em Belo Horizonte a planta mais importante de todas, que era o projeto de reforma da praça em 1920, que deu à praça a sua configuração atual. Por sorte o pesquisador Ricardo Lana era competente e descobriu em São Paulo a planta, numa publicação de 1928, da Duberguer & Cia, a autora do projeto, em 1922. Assim, resgatou-se isso. Mas, em Belo Horizonte, não foi possível.

Já passei pela experiência pessoal de ganhar de presente da minha mulher uma planta da Comissão construtora da capital, lá assinada pelo Aarão Reis, comprada em sebo. Ela está lá na minha parede. Essa planta nunca deveria ter chegado ao sebo. E isso tem muitos anos. Verifiquei depois que ela não é única. Existem outras. É um processo litográfico. Mas, de qualquer maneira, uma planta antiga, da Comissão construtora, que ganhei de presente, comprada num sebo.

Enfim, eu poderia dar vários outros exemplos no caso da conservação. Nós todos trabalhamos na Prefeitura e temos algum interesse nisso. Conhecemos a famosa história de plantas da Comissão construtora da capital, desenhos originais, com técnicas antigas belíssimas, e consta que estavam estocadas na capela-velório do Cemitério do Bonfim até serem recolhidas, em 1989, pela Secretaria Municipal de Cultura.



OS NOVOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Profa. Ana Maria de Lima Brandão, técnica do Arquivo Nacional e diretora nacional do projeto "Arquivos nacionais" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
Prof. Dr. João Antônio de Paula, historiador, professor da UFMG e diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR;
Dr. Achiles Mitraud, diretor do Arquivo Público Mineiro;
Profa. Dra. Carla Junho Anastasia, historiadora, professora da UFMG e presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História — ANPUH/MG;
Prof. Leonardo Magalhães Gomes, diretor do Museu Histórico Abílio Barreto;
Marco Antônio de Campos Guimarães, técnico da 7.^a Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN/pró-Memória;
Profa. Maria de Lourdes Côrtes Romanelli, assessora da Superintendência da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e presidente da Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais.

OS NOVOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Ana Maria de Lima Brandão

1. Introdução

As formas de registro de informações acompanham e refletem, de maneira fiel, o desenvolvimento cultural e tecnológico da humanidade. Assim, neste final do século XX, elas não só **conservam, mas inovam** e também prenunciam as mais variadas formas de registro, assinalando os avanços obtidos em diversas áreas do conhecimento.

Centraremos nossa atenção nos documentos surgidos nos últimos sessenta anos do século XIX, como a fotografia, os discos e os filmes cinematográficos, que consideramos como documentos audiovisuais por se encontrarem registrados em suporte não convencional e que ao mesmo tempo exprimem uma linguagem específica, podendo ter sido produzidos com a integração imagem/som ou prestando-se potencialmente a esta integração.

Omitiremos, neste momento, uma reflexão sobre os documentos micrográficos, cartográficos e informáticos, pelas seguintes razões: embora as microformas partilhem da característica de suporte não convencional, são destinadas à reprodução de documentos escritos, não tendo autonomia e linguagem própria; os documentos cartográficos, por sua vez, embora possuam linguagem própria não se encontram registrados em suportes não convencionais; e os documentos informáticos, também denominados legíveis por máquinas, embora encontrem-se registrados em novos suportes tecnológicos não possuem uma linguagem única. É possível que estes últimos documentos, em futuro recente, venham a substituir os documentos micrográficos e a integrar registros que hoje se encontram nos documentos audiovisuais.

2. Os documentos audiovisuais

A importância crescente destas novas formas de registro e expressão torna-os imprescindíveis como fonte à historiografia contemporânea, apesar de até os anos 70 elas haverem sido relegadas pelos historiadores em seus trabalhos de cunho acadêmico e cultural, por não se integrarem ao discurso da documentação escrita.

A fotografia, em especial, era empregada esporadicamente como ilustração nos trabalhos de alguns historiadores que não percebiam sua autonomia como fonte documental. Algumas vezes pode revelar relações pessoais ou políticas omitidas e até negadas pela historiografia, ou permite observar certos arranjos de ele-

mentos diversos — a expressão dos retratados, sua disposição, os trajes, os cenários etc. — que compõem uma visão da “realidade” de um acontecimento que de outro modo seria muito difícil, senão impossível, recuperar.

Ao mesmo tempo em que se atribui esse valor às imagens fixas e às imagens em movimento, deve-se levar em conta as limitações que a afetam enquanto fonte histórica. Elas, sós, apresentam apenas uma visão dos fatos, e é importante procurar-se saber também o que elas omitem. É o cotejo com a historiografia que possibilita o esclarecimento das informações apresentadas, que revela o real significado das imagens na medida em que deixa perceber, por exemplo, em que ângulo o fotógrafo se pos-tou diante dos acontecimentos, bem como a interferência do editor ou montador perante a película cinematográfica a ser montada e sua possível desvinculação do enredo dos *scripts* do roteiro.

Muitos trabalhos vêm sendo realizados no país, a partir de 1980, no sentido de alertar os historiadores para a potencialidade desses novos documentos para a historiografia. Há trabalhos de cunho nitidamente acadêmico, como os do dr. Boris Kossoy, em São Paulo, bem como trabalhos que utilizam esses novos documentos procurando combinar imagens fotográficas, fotogramas de filmes, letras musicais e textos com o objetivo de revelar o que nenhuma destas formas de expressão, isolada, seria capaz de transmitir.

A tendência à pesquisa com fontes audiovisuais vem crescendo na medida em que as mesmas encontram-se mais bem organizadas e, conseqüentemente, acessíveis aos usuários e, em especial, pelo fato dos próprios consulentes, com idade inferior a quarenta anos, estarem bastante familiarizados com elas, por meio do rádio, cinema, televisão, vídeo. **Pode-se até mesmo prever que a grande produção destes documentos, nas últimas décadas, e a perda e destruição dos documentos em suporte convencional contribuirão para que num futuro próximo estas fontes tornem-se hegemônicas em relação às escritas.**

Isto pode ser observado pelo grande número de teses defendidas na área de comunicação com base em programas de rádio ou televisão, imprensa, *marketings* etc.

3. Os documentos audiovisuais em arquivos

Nossa opinião pessoal, da qual discordam diversos especialistas, tanto nacionais quanto estrangeiros, é que os novos documentos, apesar de inúmeras vezes se constituírem em verdadeiras obras de arte, associáveis à literatura e aos testemunhos históricos, devem, como os manuscritos, os cartográficos e os informáticos, dentre outros, serem preservados para o futuro pela instituição regimentalmente encarregada de recolher, organizar, preservar e **dar acesso** aos documentos produzidos e recebidos por instituições governamentais ou privadas, e por pessoas físicas no exercício de suas atividades, **seja qual for o suporte físico sobre o qual se apresentem.**

Consideramos uma perda para a história e para a preservação da memória nacional a dispersão dos documentos audiovisuais produzidos por um órgão, por várias instituições diferentes, e a desvinculação **dos mesmos dos acer-**

vos dos documentos textuais que deveriam acompanhá-los para complementar o fundo arquivístico que gerou e guardou estes documentos.

Foi esta convicção, por exemplo, que fez com que o Arquivo Nacional se empenhasse em recolher as fotos, filmes, discos, *videotapes*, *videocassetes* e textos da extinta Agência Nacional e dos demais órgãos que a sucederam, de modo a dotar sua Divisão de Documentos Audiovisuais de um fundo em sua integridade que permite aos usuários o perfeito conhecimento de seu objeto de estudo e a realização de pesquisas sobre arte e ideologia no Estado Novo, costumes etc. propiciando também uma série de atividades de cunho informativo e cultural, como exposições, publicações e gravações de vídeos temáticos ou promocionais.

É o princípio da organicidade e proveniência que nos norteia. Deverá a instituição arquivística governamental receber uma coleção de discos musicais que pertenciam a uma rádio privada? Estes discos separados dos *scripts* dos programas, dos próprios programas e dos documentos textuais desta rádio, por exemplo, parecem-nos não deverem ser recebidos por uma instituição governamental. Julgamos mais conveniente encaminhá-los a outro tipo de instituição como, por exemplo, fonotecas e/ou museus da imagem e do som.

Esta questão se estende não só aos discos, mas também às fotografias e em especial aos filmes, tangenciando questões ainda mais complexas, como a distinção entre arquivos públicos x arquivos privados e à obsolescência da legislação brasileira no que se refere aos documentos. Isto nos leva a refletir sobre a importância de um país federalista possuir arquivos públicos, no âmbito de suas diversas esferas governamentais, que se preocupem em pensar sobre sua "linha de acervo" e em elaborar estudos legislativos na sua área de competência, de modo a amparar-se por atos legais que lhes permitam exercer eficientemente suas funções.

Levantamos esta questão com base em experiências vividas no país quando detectamos que a maior parte dos discursos gravados e filmes do presidente João Goulart desapareceram em 1964, quando sob a responsabilidade de um órgão governamental. Como contrapartida vimos que documentários como "Cabra marcado para morrer" realizado por Eduardo Coutinho, só pôde ser retomado, com **realização** de novas gravações, editado e distribuído em circuito comercial, em 1983, porque a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, uma instituição privada, assumiu esconder e preservar por mais de vinte anos os negativos das primeiras filmagens, que mostravam a atuação de uma liga camponesa no Nordeste.

Em outros países estes documentos estão alocados numa ou noutra instituição, conforme sua proveniência. Assim, nos Estados Unidos os filmes produzidos por empresas privadas são encaminhados a *Library of Congress* e os produzidos pelo governo, destinam-se ao *National Archives*.

A Alemanha e o Canadá já possuem um depósito legal para os filmes produzidos em seus países, ligados a seus arquivos nacionais. Em outros países como Espanha e Portugal, por exemplo, para que seus arquivos não tenham que arcar com pessoal qualificado e equipamentos para tratamento de suas películas, elas são encaminhadas a outros órgãos da administração como por exemplo a televisão estatal, que delas se ocupam mediante convênio.

Na França as fotos vão, como depósito legal, para a fototeca da Biblioteca Nacional, os discos e fitas audiomagnéticas para a fonoteca desta mesma biblioteca.

Com base nestes exemplos e no estudo dos casos e variáveis diversas devemos definir uma política de captação destes documentos nunca olvidando que arquivos, bibliotecas e museus têm os mesmos objetivos básicos, ou seja, preservar e tratar os documentos de modo a torná-los acessíveis a seus usuários. A diferença essencial reside no fato de que os arquivos devem arranjar os documentos respeitando, antes de tudo, sua proveniência (fundos) e organicidade.

Assim, embora ainda tênues as fronteiras de competência, sobretudo no caso dos novos documentos, começam a firmar-se, e é importante que adotemos posturas mais racionais, que permitam seu tratamento correto e compatível, de modo a recuperar e disseminar as informações neles contidas.

4. As questões que envolvem estes documentos

As grandes questões que envolvem estes documentos são de ordem legal, tecnológica e a sua multiplicidade. A legislação brasileira é omissa em relação aos documentos audiovisuais, tanto no que se refere ao depósito legal, quanto ao que tange a seu valor como elemento de prova em juízo e, ainda, à questão dos direitos autorais sobre os mesmos. Nossa legislação sobre depósito legal data do início do século, e a de direitos autorais, em vigor, foi elaborada em 1973 refletindo concepções e ideologias de épocas, o que torna necessária sua revisão.

Uma das características dos documentos de arquivos, que é a unicidade, no que se refere aos audiovisuais é comprometida, devendo ser objeto de reflexões. Talvez seja pela sua multiplicidade e capacidade de serem copiados, com qualidade quase idêntica aos de primeira geração, que haja tendência a não considerá-los como documentos de arquivo. Talvez seja esta a razão que levou a legislação de direitos autorais a considerar que os direitos sobre as fotografias, por exemplo, estejam condicionados à existência dos negativos de primeira geração. No entanto, os novos documentos integram-se aos arquivos por complementarem os fundos com outros documentos em suportes convencionais.

Estudos e pesquisas sobre técnica fotográfica, as químicas utilizadas, o conhecimento do objeto retratado podem detectar, com clareza, se estamos diante de um negativo ou cópia de primeira geração.

Sem querer privilegiar a questão da originalidade destes documentos também não podemos nos omitir quanto a este aspecto, na medida em que eles são, atualmente, alvo da atenção de colecionadores que, muitas vezes, retiram estes documentos de arquivos — em especial de empresas jornalísticas — e passam a copiá-los objetivando não só sua própria coleção mas, principalmente, sua comercialização, o que fere a legislação de direitos autorais.

Em relação à legislação brasileira sobre depósito legal, é a Biblioteca Nacional a depositária de "livros, folhetos, revistas e jornais, mas também/de/ obras musicais, mapas, plantas, planos e estampas". Este decreto de nº 1.825, de 20 de setembro de 1907, deverá ser objeto de revisão na medida em que possibilita lacu-

nas de legislação permitindo que os novos documentos sejam separados de seu fundo arquivístico e encaminhados à Biblioteca Nacional, de modo semelhante ao que já ocorre quando se verifica, na Seção de Manuscritos desta biblioteca, a existência de documentos produzidos pelo governo federal, e que complementam os fundos recolhidos ao Arquivo Nacional.

Resta lembrar ainda que o depósito legal, conforme concebido no Brasil, não deverá nunca recair sobre os arquivos, na medida em que a estes últimos compete avaliar, selecionar e destinar os documentos produzidos, mantendo apenas aqueles que possuem valor permanente. Assim, o depósito legal, como é encarado hoje, criaria um enorme problema aos arquivos, que ficariam obrigados a manter todos os documentos recebidos, independentemente de seu valor. Pensemos, por exemplo, no problema de um arquivo que tivesse que guardar todos os negativos e/ou cópias das fotos produzidas numa "missão fotográfica". Não é raro uma "missão fotográfica" gerar mais de trinta e seis negativos, dos quais apenas cinco, em média, revestem-se de valor permanente, não só por seu conteúdo, mas também pela qualidade técnica da foto. A manutenção de todos esses documentos, sem sua avaliação e seleção, criaria aos arquivos um problema de proporções gigantescas, que exigiria um número enorme de recursos humanos voltados para seu tratamento, além dos recursos materiais indispensáveis à sua preservação e conservação.

Outra questão que nos é colocada pelos novos documentos refere-se à sua preservação, conservação e reprodução, que exige condições especiais de armazenagem, controle da temperatura e umidade dos depósitos, e equipamentos e laboratórios que realizem os serviços de reprodução. Se um arquivo recebe um *videotape* profissional deve copiá-lo para videocassetes VHS, de modo a tornar seu conteúdo informativo acessível aos usuários. Do mesmo modo se recolhe filmes, deve elaborar a telecinagem dos mesmos; se recolhe gravações a fio deverá copiá-las em fitas audiomagnéticas em rolo e depois em cassete, visando dar acesso aos consulentes. A obsolescência dos equipamentos é muito presente e urge, sempre, fazer a transferência do suporte de modo a preservar o documento original evitando seu manuseio.

5. O tratamento destes documentos audiovisuais

Devido à sua autonomia cumpre tratar estes documentos de modo a lhes extrair o maior número possível de informações e compatibilizar sua descrição visando um sistema eficiente de recuperação da informação.

Inúmeras vezes em um único suporte, como um disco, por exemplo, são encontrados vários registros, um em cada faixa, que às vezes só têm em comum o fato de estarem em um único suporte. Por esta razão devemos tratar individualmente cada registro, considerando-se sempre sua proveniência e as informações. Este tratamento individual consiste numa indexação, na qual se recuperam os dados básicos de autoria, título, local, órgão produtor, data, assuntos etc. Desta forma não há porque não compatibilizar estes procedimentos com as normas da biblioteconomia. Pensando-se em recuperar de forma mais ágil e eficiente as informações, objetivando sua disseminação, utilizamos o "Código Anglo-Americano (AACR2)" e as normas do *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, introduzindo algumas pequenas adaptações no sentido de se resgatar a proveniência do fundo arquivístico. Esta descrição possibilita não só a recupera-

ção manual das informações, mas também sua entrada em microcomputadores e, conseqüentemente, a recuperação automatizada das informações.

No que se refere aos assuntos urge desenvolver-se vocabulário controlado e, futuramente, tesouros, que expressem a realidade dos temas envolvidos, a história e contexto nacional, regional ou municipal que são objeto dos registros. Um tesouro poderá ser utilizado de forma rápida e eficiente em sistemas pós-coordenados de recuperação da informação, bem como em sistemas pré-coordenados, desde que se defina, neste último caso, a ordem da pré-coordenação.

6. Conclusão

Não pretendemos neste trabalho discorrer individualmente sobre cada um dos novos documentos, sua história e questões técnicas, na medida em que já existe uma farta literatura sobre o tema.

Preocupamo-nos em transmitir alguns conceitos e questões que devem ser objeto de reflexão, e crítica, possibilitando que os arquivos que estão sendo criados optem por determinados caminhos. Procuramos transmitir uma vivência profissional, tanto em biblioteca quanto em arquivos privados e públicos, de modo a estimular os debates.

Nossa experiência nos leva a afirmar, com segurança, que há uma grande similaridade dos problemas que envolvem os novos documentos, nas mais diversas instituições arquivísticas nas quais trabalhamos.

É pouco clara a diferença entre estes documentos em arquivos, bibliotecas e museus; perde-se, quase sempre, sua origem, proveniência; inexistem procedimentos técnicos uniformes para a sua descrição e indexação, assim como critérios para avaliação e seleção. Há ainda problemas comuns nas áreas de preservação e conservação, carência de pessoal técnico especializado e equipamentos e recursos materiais.

Em função desta experiência alertamos todas as instituições que possuem documentos audiovisuais para que reflitam sobre a linha de acervo e os procedimentos técnicos a adotar, de modo a congregar esforços, não duplicar acervos inutilmente e melhor racionalizar suas funções.

Cumpramos unir esforços no sentido de formar-se pessoal capacitado para estes trabalhos, estabelecer estudos conjuntos sobre legislação e conservação, bem como elaborar instrumentos de pesquisa sobre estes documentos, de modo a torná-los fontes disponíveis para consulta.

Acreditamos, finalmente, ser este o melhor momento para trabalharmos juntos, aproveitando a necessidade de regulamentação das instituições federal, estaduais e sua adequação à lei orgânica municipal.

7. Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989. 202 p.
- ARCHIVES PUBLIQUES DU CANADA. *Sound archives: guide to procedures*. Ottawa, 1979. 29 p.

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Arquivo Nacional: 150 anos - visão histórica*. Rio de Janeiro: Ed. Index, 1988. 137 p.
- BARBOSA, Nilda Sampaio, GUEDES, Laura de Oliveira. *Catálogo do acervo sonoro da Agência Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. 79 p.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70, 1980. 175 p. (Arte e Comunicação, 12).
- BLYTON, Paul. The image of work; documentary photography and the production of "reality". *International Social Science Journal*, New York, v.39, n.3, p.415-25, Aug. 1987.
- BRANDÃO, Ana Maria de Lima. *O acervo fotográfico do CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1980. 9 f. Datilografado.
- BRANDÃO, Ana Maria de Lima. *O cinema e sua importância para a memória visual do país*. Rio de Janeiro: CPDOC, /s.d./, 10 f. Datilografado. Versão preliminar.
- BRANDÃO, Ana Maria de Lima, LEME, Paulo de Tarso Rodrigues Dias Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.51-59, jan./jun. 1986.
- BRANDÃO, Ana Maria de Lima. *Legislação e regulamentação de arquivos nacionais*. /s.l.: s.n., s.d./, 10 f. Datilografado. Trabalho apresentado no Seminário Latino-Americano de Arquivos Nacionais. Brasília, 4-8 out. 1982.
- BRASIL. Decreto nº 1.825 de 20 de dezembro de 1907. Dispõe sobre a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional.
- BRASIL. Decreto nº 5.988 de 14 de dezembro de 1973. Regula os direitos autorais e dá outras providências.
- BUCHER, Peter. *Les questions de droit dans la communication et la reproduction des archives audiovisuelles*. Paris: XI Congrès International des Archives, 1988. 11 p.
- BURGI, Sérgio. *Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos e materiais*. Rio de Janeiro: INFOTO/Funarte, Programa Nacional de Preservação e Pesquisa da Fotografia, 1985. 21 p.
- BURGI, Sérgio. A preservação dos materiais fotográficos: o processamento para permanência. *Fotoptica*, São Paulo, n.120, p.42-45, out./nov. 1984.
- CADASTRO de arquivos fotográficos existentes na cidade do Rio de Janeiro, em instituições privadas, governamentais e particulares. Ana Maria Brandão Murakami et al. In: *Arquivo fotográfico: estudo preliminar*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1982. p.5-16.
- CALAS, Marie France. Questions juridiques relatives aux documents audiovisuels. *La Gazette des Archives*, Paris, n.111, p.357-364, 4. trim. 1980.
- CAMARGO, Célia Reis, LOBO, Lúcia Lameyer. A pesquisa histórica e as fontes não convencionais. *Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.20, p.50-53, 1984.
- CANADÁ. Leis, etc. Projeto de lei C-95: loi concernant les Archives du Canadá et les documents des institutions fédérales du Canada et modifiant la loi sur le droit d'auteur ... Ottawa: Centre d'édition du Gouvernement du Canada, Approvisionnement et Services du Canada, 1986. 10 p.
- CANADÁ. Public Archives. *Descriptive and subject cataloguing national photography collection*. /s.l./: The Archives, 1985. 24 p.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, Getúlio Vargas: 1983. Rio de Janeiro: FGV, 1983, 125 p.

- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. 101p.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *A revolução de 1930 e seus antecedentes*. Org. Ana Maria Brandão Murakami. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 216 p.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Revolução de 32: a fotografia e a política*. Rio de Janeiro: Funarte, 1982. 60 p.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Setor de História Oral. *Programa de história oral: catálogo de depoimentos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981, 208 p.
- CHARLTON, Thomas L. Videotapes oral histories: problems and prospects. *The american Archivist*, Chicago, v.47, n.3, p.228-236, Summer 1984.
- CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado por The American Library Association ... et al. Coord. por Michel Gorman e Paul W. Winkler. Tradução brasileira ... sob a responsabilidade da Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983-1985. 2v.
- A CONSERVAÇÃO de documentos em seus diferentes suportes: recomendações básicas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986. 51 f. Mimeografado.
- CORREA, Carlos Humberto P. *O documento de história oral como fonte histórica*. Florianópolis; UFSC, 1977. 9 p.
- CORREA, Carlos Humberto P. *História oral*. Teoria e técnica. Florianópolis; UFSC, 1978. 91 p.
- DONATO, Hernâni. *A revolução de 32*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1982. 224 p.
- DUCHEIN, Michel. A propos des archives orales. *La Gazette des Archives*, Paris, n.98, p. 161, 3. trim. 1977.
- EUGENIO Gudín: centenário de nascimento - 1986. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC: Ministério da Fazenda, 1986. 56 p. il.
- FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil: 1840-1900*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Pró-Memória, 1985.
- FERREZ, Gilberto. *Pioneer photographers of Brazil: 1840-1920*. New York: The Center for Inter-American Relations, 1976. 143 p.
- FRANÇA. Direction des Archives. *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Ouvrage élaboré par l'association des archivistes français. Avant propos d'André Chanson. Paris, 1970.
- FRANÇA. Ministère de la Culture. Direction de l'administration generale. Le droit d'auteur et les archives sonores et audiovisuelles. In: CONGRES NATIONAL DES ARCHIVISTES FRANÇAIS (27: 1985: Limoges). *Actes ...* Paris: Archives Nationales, 1986, p.49-55.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- FRANCESCHI, Humberto Moraes. *Registro sonoro por meios mecânicos no Brasil*. Rio de Janeiro. Studio HMF, 1984.
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Novas tecnologias e a memória cultural: uma reflexão sobre o patrimônio arquivístico. *Fundação JP*, Belo Horizonte, v.14/15, n.11/12/1/2, p. 158-183, nov./dez. 1984; jan./fev. 1985.
- FREUND, Gisèle. *La fotografia como documento social*. Tradução por Josep Elias. 2.ed. Bar-

- celona: Gustavo Gil: 1976. 207 p. Tradução de: Photographie et société.
- FUNDAÇÃO CINEMATECA BRASILEIRA. *Cine jornal brasileiro /do/ Departamento de Imprensa e Propaganda: 1938-1946*. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1982. 187 p.
- HENDRIKS, Klaus B. *PHOCUS: base de données bibliographiques pour la conservation des documents photographiques*. /s.1./: Public Archives Canada, 1985. 18 p.
- HENDRIKS, Klaus B. *Preservación y restauración de materiales fotográficos en archivos y bibliotecas: un estudio del RAMP con directrices*. Paris: UNESCO, 1984. 87 p. (PGI-84/WS/1).
- HISTÓRIA da ciência no Brasil: acervo de depoimentos. Apresentação de Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: CPDOC: FINEP, 1984. 206 p.
- JAEGGER, Maria de Fátima Pereira, LYRA, Maria Helena Costa P. de *Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. 31p.
- KOSSOY, Boris. *As fontes fotográficas: seu estudo e aplicações*. 5 p. Datilografado. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro, 1986.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, 1980.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. 110 p.
- KOSSOY, Boris. O poder da imagem. *Memória*, Rio de Janeiro, v.3, n.6, p.58, jan./mar. 1990.
- KULA, Sam. Les Archives Nationales du film, de la télévision et de l'enregistrement sonore. *L'Archiviste*, Canadá, v.11, n.5, p.13-15, sep./oct. 1984.
- LANCE, David. Acquisition and organization of (sound) archives materials. *Southeast Asian Archives*, Manila, p.29-37, Special issue.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Fotografia e história. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v.7, n.39, p.24-32, jan./fev. 1988.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A imagem através das palavras. *Ciência e Cultura*, São Paulo, SBPC, v.38, n.9, p.1483-1495, set. 1986.
- LIBRARY OF CONGRESS. Motion Picture Broadcasting and Recorded Sound Division. *The Theodore Roosevelt Association Film Collection: a catalog*. Prepared by Wendy White-Hensen and Veronica M. Gillespie with the assistance of Harriet Harrison. Washington: The Library, 1986. 263 p.
- LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como documento histórico. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE FOTOGRAFIA (1: 1982: Rio de Janeiro) *Sobre fotografia*. Rio de Janeiro, Sindicato dos Jornalistas: Funarte, 1983. p.116-126.
- LISSOVSKY, Maurício. A função social da fotografia. In: SEMANA NACIONAL DA FOTOGRAFIA (4.: 1985: Belém) *Sinopse das palestras*. Belém: FUNARTE/INFOTO, 1985. p.3-30.
- LOBO, Lúcia Lahmeyer. *Avaliação e seleção de fotografias em instituições voltadas para a preservação da memória*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1981. 15 f. Datilografado.
- LOBO, Lúcia Lahmeyer, BRANDÃO, Ana Maria de Lima, LISSOVSKY, Maurício. *A fotografia como fonte histórica: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1982. 25 f. Datilografado. Trabalho apresentado no V congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro, 18-22 out. 1982.
- MEMÓRIA da Petrobrás: acervo de depoimentos. Org. Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: PETROBRÁS, Serviço de Comunicação Social, 1988. 142 p.

- MUSEU da Imagem e do Som de São Paulo. *Odisséia do som*. São Paulo: Sec. de Estado da Cultura, 1987. 110 p.
- OLIVEIRA, João Sócrates de. *Manual de preservação fotográfica*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, 1980. 47 p. (Coleção Museu e Técnicas, 5).
- ORAL history in the United States: a directory. Com. Gary L. Shumroay. New York: Oral History Association 1971. 120 p.
- PROGRAMA de História Oral da Memória da Eletricidade: catálogo de depoimentos. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990. 88 p.
- REVOLUÇÃO de 30. Org. Núcleo de Fotografia da FUNARTE e subsetor de Audiovisual do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.
- SANTOS, N.P. Teixeira dos. *A fotografia e o direito do autor*. São Paulo: LTR, 1977, 150 p.
- SEGATTO, José Antonio, PAULO NETTO, José Paulo, RAMOS NÉTO, José et al. PCB: memória fotográfica, 1922-1982. São Paulo: Brasiliense, 1982. 175 p. il.
- SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a música popular brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1983. 75 p.
- SILVA, Cássia Maria Mello da. *O acervo fotográfico do CPDOC*: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1986. 10 f. Datilografado. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro, 13-18 abr. 1986.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981. 198 p.
- SOUZA, Carlos Roberto de. Cinema brasileiro: por uma consciência de preservação. *Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.20, p.59-63, 1984.
- TAVARES, Margarete Rosa. História Oral: bibliografia. *Acervo*: Rev. do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.97-112, jul./dez. 1987.
- TRELEVEN, Dale E. Oral history, audio technology and the tape system. *International Journal of Oral History*, Westport, v.2, n.1, p.26-45, Fev. 1981.
- TRENTIN, Ary Nicodemos, TONIAZZO, Aldo. *Estações*: imagens da cultura de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1985. 92 p.
- UNION EUROPEENNE DE RADIODIFFUSION. *Conservation des bandes magnetiques et des films cinématographiques*. Bruxelles, 1974. 73 p.
- WHITE, Brenda. *Directory of audio visual materials for use in records management and archives administration training*. Paris: UNESCO, 1982. 71 p. (PGI-82/WS/8).

DR. ACHILES MITRAUD — Antes de mais nada, quero agradecer à Secretaria Municipal de Cultura pelo convite feito ao Arquivo Público Mineiro, através da minha pessoa e, também, da historiadora Maria Judite Santos, para participar deste primeiro evento sobre arquivos públicos realizado nesta capital.

Quanto à palestra da prof.^a Ana Maria, me parece um pouco difícil colocar alguma coisa em termos de debate, já que se trata de um assunto, pelo pouco que conheço (uma vez que tenho apenas um ano de Arquivo Público), a respeito do qual existe uma certa perplexidade na grande maioria dos arquivos públicos brasileiros. Essa perplexidade ocorre ante o conhecimento do que deve ser feito para arrecadar e preservar esse acervo que, ao que se sabe, é bastante grande no Brasil, e a improbabilidade de que isso seja feito. As dificuldades são de ordem material e de recursos humanos e financeiros, traduzidas na falta de instalações, de pessoal especializado e de recursos financeiros para a preservação de uma documentação que exige cuidados especiais.

Em relação ao Arquivo Público Mineiro, o problema é ainda bem pequeno porque esse tipo de documentação limita-se, ali, à parte cartográfica e a cerca de dez mil fotos, dois filmes e um vídeo-cassete. O Arquivo Público Mineiro estagnou há quarenta anos: voltou-se para si mesmo, na tarefa de organizar a documentação que recebeu dos séculos XVIII e XIX, e o pouco que recolheu sobre o período republicano. Assim, com a falta de contato e de modernização, voltou-se para si mesmo e parou no tempo. Hoje, esse é um arquivo que não interage na administração pública. Chegou-se ao paradoxo de saber que é necessário interagir, sem ter as condições físicas, ou seja, edificação e recursos humanos e financeiros para dar início a essa interação. Assim, a documentação do século XX está a perder-se nos depósitos das secretarias de Estado.

Quanto à parte fotográfica, estamos iniciando, no corrente mês, um trabalho de recuperação das fotos, em convênio com a Fundação Escola Guignard, que tem laboratório preparado para isto. Ao dar início a esse trabalho, verificamos que, no caso específico do Arquivo, o problema não é tanto a falta de recursos, mas a falta de integração entre órgãos existentes no próprio governo para a preservação dessa documentação. Para se ter uma idéia, esse trabalho deverá ficar, a preços de hoje, em torno de dois milhões de cruzeiros, e deverá ser realizado em um ano. Assim, o problema não é tanto a falta de recursos.

Eu tenho observado que o que falta mesmo ao Arquivo Público é o planejamento. A prof.^a Ana Maria tocou em um ponto que me parece muito sério e do qual padece o Arquivo Público Mineiro: linha de acervo — definição de linha de acervo, que nós não temos. E, ao que eu saiba, pelas informações recebidas dos vários técnicos que lá estão, nunca houve essa preocupação. Parece que se estratificou uma idéia de que o arquivo deve receber tudo o que lhe quiserem entregar. E eu tenho visto, através de palestras, relatórios e artigos lidos ao longo desse primeiro ano, que essa preocupação existe em poucos lugares. A palestra da prof.^a Ana Maria está a nos dizer, e eu já o havia lido em um seu relatório, "Reflexões", na revista *Acervo*, que essa preocupação, no próprio Arquivo Nacional, vem de 1980 para cá.

Então, eu noto essa tremenda deficiência. E repito: se não definirmos essa linha de acervo, ficaremos sujeitos a receber qualquer coisa. Podemos exemplificar com um caso típico, que ela citou. Ao que eu saiba, em termos de documentação radiofônica, o Arquivo recebeu algumas partituras da Rádio Inconfidência, que é a rádio

do governo. Mas essas partituras enquadram-se perfeitamente no que ela chamou de coleções; não são produtos da Rádio Inconfidência. Esse é apenas um caso típico, mas são esses problemas que se enfrenta.

Eu vejo uma perplexidade, como já disse, entre a necessidade de se fazer e não se ter condições para fazer. Acredito que chegou a hora dos arquivos públicos saírem da defensiva. Eu não sei até que ponto a situação em que eles chegaram decorre de uma inação governamental ou de uma inércia deles próprios. Sei, pelo que tenho lido, que o problema do Arquivo Nacional é bem diferente: ele tem uma série de problemas em função de legislação federal que cria obstáculos de acesso à documentação produzida pelo governo federal. Aqui, em Minas Gerais, nós não temos esse problema: a legislação é muito clara, e não apenas quanto às atribuições e responsabilidades do Arquivo. Infelizmente apesar dessa clareza no tocante às atribuições e responsabilidades do Arquivo, existe um vazio muito grande no que se refere à vontade política do governo para dotá-lo das condições essenciais ao cumprimento dos seus objetivos. A tal ponto que, há cerca de dois meses, em uma reunião com o Secretário de Cultura, a quem o Arquivo é subordinado, eu estava dizendo que há uma posição esdrúxula tanto do governador do Estado, quanto do Secretário de Cultura e do diretor do Arquivo, que hoje sou eu: nós estamos a descumprir a lei, porque ela é muito clara, e diz que o Arquivo Público Mineiro é o órgão incumbido do recolhimento e da preservação da documentação, o que eles até chamam na lei de "memória administrativa do governo de Minas Gerais". Então, há omissão em diversos níveis governamentais.

Bem, o que nós estamos propondo, agora, após um diagnóstico feito da situação do Arquivo (que, infelizmente não é um diagnóstico técnico, porque a premência é muito grande), é que se atente para a necessidade de dotá-lo de condições mínimas de operacionalização do que ele já tem, a fim de prepará-lo para a interação, através de um sistema estadual de arquivos, com o poder público de modo geral.

Quanto aos novos suportes, quero salientar algo que acho curioso, que é o fato de nós falarmos "novos velhos suportes". A fotografia, como disse a prof.^a Ana Maria, é do século passado. Nós temos fotos anteriores a 1895, que são mais velhas do que o próprio Arquivo, que fará um século em 1995. Então, a fotografia é um "novo velho suporte". E nem mesmo em relação a elas o Arquivo pode dizer que dispõe de organização. Atualmente, quem está cuidando desta parte é Ana Maria Miranda, que fez um curso no Arquivo Nacional; como já disse anteriormente, será realizado um trabalho de recuperação dessas fotos, em convênio com a Escola Guignard; ao mesmo tempo, estamos preparando uma área climatizada, vamos dizer, em termos de improvisação, com aparelhos de ar condicionado, e adquirindo o material necessário ao acondicionamento e à armazenagem adequada dessa documentação. É isso o que temos em termos de novos suportes. A área cartográfica foi inventariada, mas ainda não recebeu nenhum trabalho de preservação. Aliás, é o que estamos tentando iniciar no Arquivo Público, atualmente.

Voltando à palestra da prof.^a Ana Maria, me ficou uma dúvida: não entendi a sua preocupação com direitos autorais, em relação à documentação de arquivo. Eu lhe pediria que me esclarecesse.

PROF.^a ANA MARIA DE LIMA BRANDÃO — A

legislação de direitos autorais de 1973 coloca muito claramente que os direitos sobre os docu-

mentos produzidos por uma pessoa pertencem a essa pessoa ou a seus sucessores (pessoas ou instituições físicas), por sessenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente à morte do autor. Fica claro, também, nessa legislação, que os direitos autorais sobre os documentos produzidos pelo governo são de domínio público, após quinze anos.

O que acontece, portanto, é que na medida em que recebemos fotografias e que temos os nomes dos fotógrafos em nosso acervo fotográfico, e se são fotografias recentes, nós temos obrigação de verificar se essas pessoas estão vivas, em se tratando de documentação privada (fotos feitas por órgãos privados, por pessoas físicas), no caso de utilizar essas fotos na elaboração de outros documentos.

Darei um exemplo muito concreto: em 1980, ainda no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC, eu fiz um trabalho, um álbum fotográfico sobre a Revolução de 30 e seus antecedentes (de 1922 até 1930). Com a ajuda da Fundação Roberto Marinho, desencadeamos uma campanha a nível nacional solicitando fotografias sobre a Revolução de 30. E recebemos de todo o Brasil um acervo extremamente significativo. Formamos uma coleção fotográfica sobre a Revolução de 30. Nesse momento surgiu o primeiro problema de direito autoral: houve um combatente mineiro que nos enviou uma coleção preciosa, inclusive acompanhada dos negativos. Ele mesmo havia fotografado várias frentes de combate. Não tivemos o menor problema em utilizar essas fotografias, até porque a doação incluía os negativos. Mas, e em relação às outras? Fazer a pesquisa para verificar se os fotógrafos estavam vivos ou não era algo absolutamente inviável, inclusive devido à questão do tempo. Então consultamos os maiores especialistas em direitos autorais, no Rio de Janeiro, e a orientação que recebemos foi a seguinte: “Publiquem, porque vocês não têm tempo, e se o autor da foto aparecer ... Se, por acaso, surgir alguma demanda na área de direito autoral pelo fato de vocês terem publicado, paga-se”. É claro que em todas as vezes que nós tínhamos o nome do fotógrafo, o crédito foi colocado. Isso foi o que fizemos para não inviabilizar um trabalho. Então, todas as vezes que nós utilizamos fotografias em publicações nós temos que estar atentos à questão do direito autoral dos fotógrafos, porque um fotógrafo poderá, a qualquer momento, pedir não só o pagamento dos direitos sobre a foto que foi utilizada, mas poderá até mesmo, se quiser, embargar a publicação caso, por questão de diagramação ou algo similar, se tenha feito mutilações ou cortes na foto.

Durante muito tempo, eu fiquei de sobreaviso. Pela legislação de 1973, os fotógrafos cujas fotos foram utilizadas teriam até cinco anos para recorrer. No nosso caso aqui não houve má fé, mas como eu não sabia se a publicação poderia causar ou não problemas, eu fiquei alerta. Quando chegou 85, eu disse; “Ai, que bom! Não deu nenhum problema!” Mas poderia ter dado, não é?

PROF.^a CARLA JUNHO ANASTASIA — Enquanto auxílio do cotejamento dos documentos não convencionais é importante frisar a idéia da necessidade do papel. Ao se escutar um discurso, por exemplo, de Getúlio Vargas, e cotejá-lo com a publicação do texto, percebe-se determinadas mudanças. Se você tem à mão apenas a publicação onde ocorreram essas mudanças, dificilmente saberá analisar o porquê delas. Se por um lado se entende o momento imediatamente posterior, para entender o anterior teria que se ver exatamente em que nível se processam essas mudanças.

Nesse sentido, tenho algumas dúvidas quanto a essa hegemonia que você procurou demonstrar.

Bem, eu queria ressaltar que a historiografia tem se saído bem com esses documentos não convencionais. Para exemplificar isso, a nível nacional, eu cito o livro do José Murilo de Carvalho, porque ele está saindo agora mas eu poderia citar, também, o trabalho do Alcyr Lenharo, da Universidade de Campinas — UNICAMP, com o rádio.

Por outro lado, gostaria de dizer que em Minas a preocupação com a imagem tem sido preponderante. Existem alguns trabalhos que têm procurado explicar Belo Horizonte através da imagem, aliando-a com as crônicas. Então, esse é um trabalho muito interessante, porque ao mesmo tempo que pega o papel, coteja o papel com a questão da imagem.

Gostaria de finalizar dizendo que tenho uma enorme dificuldade no entendimento técnico dessa questão. Sei que subjacente à sua fala existe uma disputa, a qual eu não conheço, mesmo porque eu não lido com bibliotecas e arquivos. Mas sei que essa é uma questão que me parece fundamental, a de saber em que medida um documento é privado ou público. Essa, realmente, não é a minha área. Mas eu gostaria de dizer que essa iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura é de grande importância, pelo fato de colocar em discussão essas questões que, hoje, são mais decisivas do que nunca. Principalmente, a questão de detectar aonde essa memória vai ficar guardada, quem vai guardar essa memória, e como ela será processada.

PROF.^a ANA MARIA DE LIMA BRANDÃO — Você conseguiu perceber a questão da memória enquanto poder.

Vou tentar explicar a questão da hegemonia dos novos suportes, não só em função da minha paixão pelos mesmos, como também em função de um diagnóstico que nós temos feito na administração pública federal, dando exemplos que podem esclarecê-la. Quando eu fui chamada para assessorar o Kalil, na organização da documentação e dos arquivos da EMBRAFILME, fiquei absolutamente consternada ao verificar que a documentação textual, todos os roteiros dos filmes, tudo estava perdido. Só sobraram os próprios filmes. Até mesmo o resgate dos cartazes foi um trabalho absolutamente dificultado. Nós precisamos trabalhar até junto com a Cinemateca de São Paulo, no sentido de resgatar esse material. Os fotolitos dos cartazes encontravam-se jogados num depósito, comidos por cupim; havia fotolitos de uma cor, mas não havia da outra; não havia os documentos textuais; não havia sequer a documentação a respeito da técnica relativa aos filmes, nem a documentação contábil, e muito menos a documentação que mostrava porque determinados filmes foram financiados em detrimento de outros. E a situação me parecia ainda mais grave na medida em que a EMBRAFILME, nesse momento, não dispunha de recursos informáticos e contratou uma firma, da qual algumas pessoas talvez já tenham ouvido falar — a Pró-consulte do Rio de Janeiro, que era quem processava toda a parte contábil, financeira, de entrada de bilheteria dos filmes. A Pró-consulte enviava à EMBRAFILME apenas cópias xerox, de péssima qualidade, das listagens contábeis, e mantinha consigo todos os discos e fitas magnéticas de computador, sem *back up*, ou seja, sem cópia de segurança. Tivemos que ter uma discussão política muito

séria, muito grave, uma discussão de ordem legal, dentro da antiga EMBRAFILME e, a partir daí, criamos um departamento de arquivo e informação, dividido em várias áreas, selecionando as pessoas que deveriam tocar esse trabalho. Apesar disso, o passado estava realmente perdido. Nós conseguimos recuperar parte dos cartazes do cinema brasileiro, muitas fotografias de cena e muitos slides, mas quase tudo em péssimo estado de conservação, já se apagando por falta de condições adequadas de conservação e climatização. Por fim, verificamos também, dentro da EMBRAFILME, uma grande mistura do que seria documento de arquivo e o que seria documento de biblioteca, porque eles tinham uma divisão de pesquisa na qual se faziam pesquisas sobre o cinema brasileiro, com base em recortes de jornal. Assim, tanto a cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro como a EMBRAFILME estavam juntando todos os recortes de jornal sobre o cinema brasileiro, sendo que a cinemateca do Museu de Arte Moderna estava juntando, também, recortes de jornais sobre o cinema estrangeiro. O que se guardava eram recortes de jornais, mais nada. A partir daí foi feito todo um trabalho de conscientização, um trabalho de gestão de documentos dentro da EMBRAFILME, que estava caminhando muitíssimo bem, quando houve uma reforma e a EMBRAFILME ficou para um lado e a Fundação do Cinema Brasileiro ficou para o outro. O trabalho continuou muito sério na Fundação do Cinema Brasileiro, e eu tenho receio agora, com mais essa reforma do governo, quanto ao destino desse acervo.

Bem, mas toda essa situação não é exclusiva da EMBRAFILME. Posso lhes contar, também, que quando prestei assessoria à PETROBRÁS, na organização dos documentos audiovisuais, verifiquei o mesmo tipo de problema. Todos os filmes feitos pela PETROBRÁS, para fins didáticos, de divulgação ou de pesquisa, já não possuíam mais nenhum documento escrito. Quando eu perguntei onde estava a documentação escrita sobre os filmes, me responderam: "Ah! para que serve? O produto está aqui".

Há o problema da eliminação indiscriminada do papel, dos documentos textuais, juntamente com a preocupação em preservar esses novos documentos. Isso é o que eu tenho sentido por toda a administração pública federal, o que me faz dizer que, se a coisa continuar dessa maneira, no início do século XXI essa hegemonia vai estar consagrada. Não é que eu esteja defendendo isso, porque sem o documento escrito, seja ele um documento técnico, um documento de análise, um projeto ou a documentação contábil fiscal-financeira, nós não vamos conseguir ter a idéia das políticas públicas; nós não vamos conseguir entender muita coisa do que se passou. O governo está destruindo a sua memória. E destrói o que está escrito, porque isso é uma coisa que compromete, na medida em que os novos documentos, os audiovisuais, não têm valor legal.

PROF. LEONARDO MAGALHÃES GOMES —

Quero agradecer à organização do seminário pelo convite feito ao Museu Abílio Barreto para participar desta mesa, porque, como bem disse a prof.^a Ana Maria em sua palestra, bibliotecas, museus e arquivos têm os mesmos objetivos básicos, ou seja, preservar e tratar os documentos, de modo a torná-los acessíveis a seus usuários. E o Museu Abílio Barreto, sendo uma instituição de âmbito municipal, com o objetivo específico de preservar a história de Belo Horizonte, com todas as suas carências e dificuldades, preservou, na falta de um arquivo municipal, de certa forma, por mais de quarenta anos, uma parte dessa documentação, tanto em suporte

tradicional (documentos como os da Comissão Construtora, atas de desapropriação de terrenos etc.), quanto em suportes modernos, como fotos. Aliás, nossa cinemateca tem um filme. Esse é um caso único no Brasil, não é? É a menor cinemateca do mundo, mas, de qualquer forma, ela está lá. Em compensação, ela tem três mil fotos de Belo Horizonte, que são muito procuradas, tanto pela imprensa, quando quer fazer algum estudo ou algum ensaio sobre a história da cidade, quanto por pesquisadores. As fotografias do Museu são, realmente, muito procuradas.

Tenho certeza de que, no momento em que o Arquivo Público de Belo Horizonte estiver implantado e sendo feitas as gestões necessárias para que as duas instituições trabalhem paralelamente, ou seja, uma complementando a ação da outra, as coisas vão ficar muito mais fáceis para o Museu; a sua ação educativa e de preservação da memória ficará mais fácil de ser realizada com o apoio do Arquivo.

Acho importante acrescentar um dado, embora eu concorde praticamente com tudo o que foi dito pelas professoras Ana Maria e Carla. O fato é que nós vivemos em uma época em que predomina o acesso à informação através dos meios de informática. Toda a nossa vida diária está, paulatinamente, sendo dominada por esse meio de controle e uso da informática. Em alguns países, como nos países da Europa e nos Estados Unidos, isso já é concreto: não se usa mais cheques, só cartão magnético; nos Estados Unidos, vota-se na máquina de votar, ou seja, praticamente já se eliminou a cédula nas eleições. Há uma série de procedimentos que, gradualmente, vão substituindo os tradicionais que usam o papel.

Assim como o museu e o arquivo são instituições complementares, os novos materiais e o documento em papel não são antagônicos: eles também são complementares. Um serve para demonstrar até que ponto o outro é real. Porque, como disse a expositora, quando se lê o discurso de um presidente no jornal, não se ouve a vaia ou o aplauso que ele levou em determinada passagem ou quando terminou de falar; no filme editado essa vaia ou esse aplauso podem ser cancelados ou acentuados, de acordo com os interesses que estão ocultos por trás disso.

Em relação à organização do arquivo público municipal, e do ponto de vista do acesso à informação, da indexação dos fundos, da organização dos fundos, considero ser esta uma oportunidade rara de se iniciar uma instituição dessa natureza, numa época em que esses meios de acesso à informação são tão modernos, tão ágeis e eficientes. E eu acho que nenhuma instituição pode fugir a essa modernização. Foi dito aqui, também, que existe obsolescência das máquinas. Hoje já não se acha projetor, por exemplo, para que determinadas bitolas de filmes sejam lidas. Mas isso não é problema, porque o filme pode ser copiado para outro meio para ser usado. Daqui a pouco não se utilizará mais a fita VHS, que já é um meio que temos, mas a fita Super-VHS, e teremos que transferir tudo para esse novo meio. As instituições têm que estar sempre correndo à frente dos meios técnicos que são postos à sua disposição.

Há uma tendência na historiografia, hoje, com a história das mentalidades, história da vida privada, em que a leitura de um objeto de uso pessoal, de uma fotografia, de um quadro, é, muitas vezes, mais importante do que a leitura do documento de papel. E, com isso, pode ser reconstituída toda uma história cultural que até então ficava esquecida. E, embora o arquivo público tenha uma destinação diferente (o seu fundo de acervo não vai passar pela memória individual de cada cidadão, mas pela memó-

ria administrativa), eu acho que tem que ser levada em consideração, na formulação de seu projeto, uma maneira dessa memória individual ser preservada. Não quer dizer que isso vai ficar guardado lá, dentro do acervo, do fundo do arquivo, mas as coleções particulares, as coleções institucionais, deveriam ser cadastradas, para se ter uma maneira de orientar o pesquisador sobre onde ele pode encontrar determinada informação. É isso o que eu acho importante e, nesse aspecto, o museu e as bibliotecas têm uma colaboração muito grande a dar ao arquivo.

PROF.^a ANA MARIA DE LIMA BRANDÃO —

Gostaria de fazer uma ressalva sobre a questão da informação através dos meios informáticos, pois os arquivos estão muito incipientes nessa área. Evidentemente, nós nos desenvolvemos muito mais tardiamente do que as bibliotecas. Embora tanto os arquivos como os museus e as bibliotecas integrem a chamada ciência da informação, os arquivos e os museus ficaram para trás nessa corrida. Bem, nós (e, aqui, eu estou me referindo ao Arquivo Nacional) estamos tentando reverter essa situação. E de que maneira nós estamos fazendo isso? Nós estamos estudando a questão de terminologia de uma maneira muito séria. Já elaboramos um tesouro na área de arquivologia, que é o que nos permite indexar, disseminar, divulgar a bibliografia na área de arquivologia existente no Arquivo Nacional, que, nessa área, é a mais significativa no Brasil. É por isso que nós estamos fazendo, também, convênios com instituições estrangeiras e com o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia — IBICT, no sentido de que o tesouro que nós desenvolvemos para a área de arquivologia integre o tesouro de ciência da informação, também desenvolvido pelo IBICT, que havia coberto só a parte de biblioteca.

Aos museus eu faço uma proposta: que comece a estudar também a terminologia específica de museus, para que a gente consiga, neste país, ter um tesouro de ciência da informação que cubra, ao mesmo tempo, as três áreas.

Por que estamos tão preocupados com a questão da terminologia? Porque não adianta se pensar em informática, e jogar no computador o que eu chamo de “lixo”, não adianta você trabalhar com sinonímia que acarreta dispersão da informação. Uma das diretrizes do Arquivo Nacional, para os próximos cinco anos, é desenvolver um plano diretor de informação, utilizando recursos informáticos. A informática, para nós, é um instrumental da informação. E, nesse sentido é preferível ir com cuidado, criando todas as condições de infra-estrutura e de preparo, para não se desperdiçar recursos, para não fazer trabalhos que, depois, serão jogados fora. E temos, também, de tentar compatibilizar, dentro do governo federal, as linguagens (e, aqui, eu estou falando, também, de *software*; não quero que as coisas se confundam, com essa questão de terminologia) e os equipamentos, porque senão, daqui a pouco, um sistema não será compatível com o outro, um não vai falar com o outro. Aí será um desastre. O custo de migração para equipamentos de maior porte, de adequação de todas essas bases de dados, será uma coisa inviável. Temos que pensar que estamos vivendo um fase muito grave neste país, de total insuficiência de recursos que, portanto, devem ser otimizados. Para isso, nós estamos trabalhando, também, junto com a Secretaria de Informação — SINFOR, órgão da Secretaria de Administração Federal, da Presidência da República, no sentido de fazermos um plano diretor de informática para os arquivos do governo federal. Isso porque não adianta nos precipitarmos na área de informática comprando equipa-

mentos importados que já são obsoletos em seus países de origem; o que eles iriam jogar para a gente é sucata. Então, essa é uma grande preocupação nossa. Não é possível avançar nessa área de informática assim, sem prever as repercussões disso, sem um plano diretor.

Há outra questão. Concorde inteiramente com você, quando diz que novos documentos virão. Daqui a pouco, muito rapidamente, vamos estar trabalhando, utilizando recursos informáticos, não para a recuperação da informação, simplesmente; nós vamos estar utilizando recursos informáticos até, talvez, em substituição à microfilmagem. Ora, se nós temos uma *scanner*, uma impressora a *laser* e programas para isso, nós estamos substituindo a microfilmagem com uma qualidade muito superior e, talvez, com uma durabilidade muito maior. Mas a legislação brasileira não reconhece a validade, sequer, do microfilme. Você está me entendendo? No Arquivo Nacional, somos obrigados a fornecer certidões, uma atrás da outra, para os cidadãos. E essas certidões têm que ser transcrições paleográficas, datilografadas, sem erro. E aí passamos a digitar. É um trabalho insano que o governo está exigindo da gente. E, aqui, eu espero que se possa lutar juntos. É por isso que peço para estudarmos a legislação, para que possamos evitar que esses problemas que estão caindo em cima do Arquivo Nacional caiam em cima dos arquivos estaduais e municipais. É por isso que eu peço para somarmos esforços.

Agora, ainda em relação aos arquivos públicos e privados, eu gostaria de dizer a você que arquivos, museus e bibliotecas têm o mesmo objetivo comum. Tanto é que nos cursos de aperfeiçoamento em arquivos públicos, do Arquivo Nacional, nós temos tido a preocupação de abri-los a arquivistas, bibliotecários, historiadores, economistas, museólogos, desde que trabalhem em alguma instituição que possua arquivo ou que esteja disposta a organizar esse arquivo. Quero dizer que estou me referindo a arquivos mesmo, porque pode ser que tenham um amontoado de papéis, sem nenhum tratamento; nesse caso, para mim, não existe arquivo, mas depósito. Esses cursos têm sido feitos com grande sucesso.

No último curso de aperfeiçoamento que realizamos, contamos com a participação de uma museóloga do Piauí, que elaborou um instrumento de pesquisa sobre um acervo fotográfico privado, que se encontra no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, compatibilizando tanto a técnica de museus, como a de arquivos, com a de bibliotecas. Esse trabalho estará, em breve, à disposição de todos, no Arquivo Nacional. Pedirei a ela autorização para que possamos fornecer cópias desse trabalho para as pessoas interessadas, para vocês sentirem o tipo de trabalho que foi feito.

Realmente, o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, em seu projeto de lei, prevê claramente o recebimento de doações de arquivos privados, inclusive, de maneira a incentivar essas doações, através até de benefícios fiscais. A preocupação é preservar a memória, a história da cidade de Belo Horizonte, e tornar esses documentos acessíveis à comunidade, na realização de pesquisas e de trabalhos de divulgação os mais diversos.

Devemos voltar à questão de linha de acervo. "Dai a César o que é de César": se é documento de arquivo, vai para arquivo; se é de museu, vai para museu; e se é de biblioteca, vai para a biblioteca, na sua esfera de competência. Vou dar como exemplo essa briga que eu estou tendo com a Rádio Nacional. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro simplesmente resolveu fazer o Museu do Rádio. Eu lhes disse: "Não, gente, pelo amor de Deus! O que vocês têm de fazer é mandar todas as peças de museu que vocês

têm para o Museu da República, já que vocês são um órgão criado a partir da República. Vocês têm é que fortalecer o Museu da República". Agora, o que nós não podemos é esvaziar museu em benefício de arquivo ou de biblioteca, e vice-versa.

PROF. LEONARDO MAGALHÃES GOMES —

Quanto a essa questão da complementaridade das instituições, eu acho, e isso está bem claro para mim, que quando o Arquivo estiver implantado, alguns documentos que estão no Museu Abílio Barreto e que tratam especificamente do assunto municipal irão para o Arquivo, porque lá é o seu lugar; da mesma forma, os documentos e objetos que forem levantados nas pesquisas para a formação do acervo do Arquivo, e que estariam melhor colocados no Museu, serão entregues ao Museu.

Sobre a questão da informática, tenho a dizer que lidamos com uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo em que ela facilita demais o acesso e a distribuição da informação, ela é muito manipulável, se as pessoas que estão trabalhando com aquilo não têm o conhecimento técnico necessário. Por isso discordo do que foi dito ontem, quando afirmaram que um diretor de arquivo ou de museu não tem que entender de informática. É claro que ele não tem que ser um analista de sistema, que está desenvolvendo uma tecnologia de ponta, mas ele tem que ter um conhecimento técnico mínimo, para saber o que tem que ser feito, para evitar que uma firma ou uma pessoa mal-intencionada manipule essas informações sem que ele perceba o que está acontecendo.

MARCO ANTÔNIO DE CAMPOS GUIMARÃES

— Aqui estou na qualidade de técnico da 7ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN/pró-Memória, lotado em Minas Gerais, onde tenho a satisfação de fazer parte de um corpo de técnicos, de especialidades várias, que vem tratando de atender às demandas do estado de Minas Gerais.

Depois que Aloísio Magalhães instaurou uma alma no corpo da SPHAN, com o seu pensar e sua ação, ampliaram-se as atribuições de uma instituição que não podia mais ignorar que havia entorno, que ali tinha gente e que sem gente não haveria o monumento e nem a história. Nós, técnicos da pró-Memória, não temos medo de alma do outro mundo, não. Mesmo porque o objeto do nosso trabalho, segundo o artigo 216 da Constituição, que identifica os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro, é algo de material: nós trabalhamos com o material e com o imaterial.

Eu não vou entrar muito em detalhes a respeito da palestra da prof.^a Ana Maria, porque ela estava perfeita no tocante à preocupação de preservar e de inserir em arquivos esses novos documentos. Eu gostaria muito de falar da nossa experiência enquanto SPHAN/pró-Memória e, anteriormente, Centro Nacional de Referência Cultural — CNRC, no trato dos assuntos dos novos documentos. Especificamente no meu caso, como pesquisador e caçador de imagens, no trato da fotografia e do cinema.

Essa trajetória começa em Brasília, ainda nos anos 70. O CNRC deve ter sido criado em 1977, se não me engano, pelo Aloísio, pelo Severo

Gomes e uma série de outras pessoas notáveis de Brasília. Desde aquele tempo há uma preocupação, refletida na realização de seminários e encontros, em como apreender e preservar todo esse material audiovisual. No meu caso, eu gostaria de falar da minha experiência como pesquisador da pró-Memória, onde comecei a trabalhar em 1979.

Trabalhei no projeto que cuidou da memória de Brasília. Esse projeto tinha uma preocupação com a identificação de acervos brasilienses e avaliação do seu estado de conservação e de organização. A cidade, na época, fundada há apenas vinte anos, era completamente desmemoriada. Você não conseguia localizar nenhum documento sobre essa cidade — eles estavam espalhados em vários acervos e a documentação estava absolutamente descuidada, a pressa da construção daquela cidade não permitiu que os seus construtores e as suas autoridades tivessem uma preocupação em documentá-la. Assim, tudo aquilo ficou muito vago, muito distante.

Essa equipe da pró-Memória da qual eu fiz parte, e que era constituída, ainda, por Clara Alvim e Vera Americano Bueno, teve como primeira preocupação o desenvolvimento de uma ficha de inventário. Observamos que havia uma quantidade enorme de documentação audiovisual na cidade e, então, nós começamos a tentar identificar tudo o que havia ali, além de fazer consultas a todos os arquivos, a todas as cinematecas e televisões do exterior, a respeito da existência, ali, de material sobre Brasília. A resposta foi absolutamente fascinante: chegaram informações de todos os países, até da Suécia, por exemplo. Além disso, naqueles dias havia chegado, da casa de Juscelino Kubitschek, uma coleção de vinte e cinco cine-jornais, que dona Sarah havia doado ao Memorial JK. Nós verificamos que os cine-jornais estavam em perfeito estado de conservação porque, ao que nos parecia, Juscelino nunca havia visto esses filmes — eles nunca haviam sido exibidos e estavam, inclusive, na sua embalagem original, dentro do laboratório (e isso feito em 1960). Bem, esses vinte e cinco cine-jornais tratavam da construção da cidade: começavam com a primeira missa, realizada em 1957, e iam até as cenas diurnas da inauguração da cidade. Verificamos então que esses filmes, simplesmente, eram a voz oficial, eram uma coleção de documentos que privilegiavam o poder, as autoridades e a máquina que estava construindo a cidade, mas nunca o homem que tinha feito aquilo tudo. Assim, as imagens são muito “pequenas”; são imagens onde você raramente vê o construtor da cidade. Mas isso se justifica porque a função dos cine-jornais foi exatamente a de vender Brasília, num momento em que a oposição, liderada por Carlos Lacerda, estava numa campanha violenta contra a construção da cidade. Esses filmes foram produzidos exatamente para “vender esse peixe” do Juscelino. Esses cine-jornais foram realizados por dois profissionais de Belo Horizonte, o Sr. José Silva e seu filho, Sálvio (o Sr. José Silva é um dos pioneiros do cinema, tendo trabalhado, inclusive, com o Igino Bonfilioli).

A partir desse material editamos um catálogo, fizemos um apanhado geral da moviola da EMBRAFILME. Nesse catálogo, nós tentamos realizar aquilo que, hoje, o Arquivo Público do Distrito Federal está fazendo, que é o cruzamento dessas informações. Na época, nós não tínhamos um computador, então tentamos ensaiar esse tipo de apreensão do documento, que depois foi desenvolvido pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Esse catálogo foi editado e, ao mesmo tempo, realizamos uma exposição dos cine-jornais, o que era um caso inédito, no Memorial JK. Para nos ajudar a organizar essa exposição, nós convidamos Heloísa Buarque de Hollanda e Luiz Alfonso, um artista plástico com raízes em Brasília; montamos uma exposição com uma concepção muito moderna e muito bonita, onde as pessoas entravam no Memorial JK e encontravam lá, em nove monitores, a exibição

da primeira missa. Isso causou uma catarse na cidade, porque as pessoas começaram a reconhecer os seus parentes (os seus avós, tios, pais etc.), e essa exposição acabou virando uma febre em Brasília. Nós nos sentimos bastante recompensados, porque aquilo que a SPHAN sempre falou, da devolução, foi uma prática que nós realmente vivemos em Brasília. Esse material não foi retirado do Memorial, nós contratamos esses filmes, junto com a cinemateca do Museu de Arte Moderna — MAM, no Rio de Janeiro. Esse material está absolutamente salvo. Os vinte e cinco cine-jornais estão depositados, com cópias, no Memorial JK, e o catálogo é amplamente utilizado pela rede educacional do Distrito Federal. Esses filmes foram copiados pela Fundação Educacional e, assim, hoje se estuda a história de Brasília através desses documentos.

Além disso, a salvação desse material, a recuperação, a restauração desses filmes, possibilitou o seu uso por vários profissionais. Produziu-se várias coisas a partir dele. Por exemplo, eu, como pesquisador da pró-Memória, trabalhei com uma produtora, em Brasília, chamada Bem-te-vi, dirigida por Tânia Quaresma, e produzimos uma série de programas para a TV Nacional, sob o título de “Os pioneiros”, que simplesmente tentou, e em alguns momentos conseguiu, desmontar a história oficial de Brasília, que é um mito (a história de Brasília continua sendo um grande mito). E todos esses cine-jornais todas essas fotografias, todos os documentos correlatos a esses cine-jornais, tiveram essa mesma preocupação. Realmente fechou-se um ciclo de utilização desse material, que tem os mais diferentes tipos de aplicação, como em várias empresas, por exemplo. Além disso, em qualquer aniversário de Brasília, no dia 21 de abril, pode-se ver que grande parte das imagens das quais a televisão se utiliza são imagens desses cine-jornais, apesar de que eles não colocam, absolutamente, nenhum crédito. Esse trabalho tornou-se uma coisa anônima, uma coisa de domínio público. Eu não sei nem como eu poderia dizer isso, porque há uma propriedade, apesar de que ela nunca tenha sido colocada. Mas o fato é que fico feliz de que a cidade, de que a cultura brasileira tenha se apropriado desse tipo de coisa. É para isto que nós trabalhamos: para devolver esse tipo de coisa.

Outro trabalho que nós realizamos dentro da pró-Memória em Brasília, do qual eu participei, foi um trabalho sobre o levantamento da memória histórica da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Esse trabalho partiu de um telegrama enviado ao Aloísio Magalhães pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção Rondônia, dizendo que o governo de Rondônia estava leiloando todo o acervo da Madeira-Mamoré. Assim, mandamos para lá dois técnicos, que voltaram com informações muito interessantes. Começamos, então, a fazer um levantamento da memória documental dessa estrada. Tínhamos como nosso guia um livro chamado “A ferrovia do diabo” e, para nossa surpresa, 90% da documentação foi encontrado em Brasília, nos arquivos do Senado Federal, da Câmara, e no arquivo do antigo Ministério da Viação e Agricultura, se não me engano, a quem essa estrada de ferro estava afeta.

Esse trabalho do levantamento dessa história da Madeira-Mamoré produziu um seminário, que nós organizamos em Porto Velho. Um seminário que teve a participação de mais de setecentas pessoas da cidade. Eram moradores que, de repente, foram chamados a falar; nós quisemos ouvir deles o que fazer da sua memória. Eles é que, afinal de contas, determinaram o que íamos fazer. Como a história da Madeira-Mamoré era muito complexa (envolia crimes absurdos de militares que mandaram queimar os arquivos em 64, que mandaram botar fogo nas locomotivas e jogá-las dentro do rio Madeira), havia um certo drama, uma certa dramaturgia a respeito dessa história, em Porto Velho. Mas nada

disso impediu que produzíssemos um vídeo chamado "A ferrovia do diabo", dirigido por João Batista de Andrade, onde nós procuramos captar o que aconteceu com essa história recente da Madeira-Mamoré, através dos descendentes das pessoas que construíram a estrada, que hoje trabalham na ferrovia.

Também nesse trabalho nós conseguimos localizar uma coleção de fotografias feitas por um fotógrafo chamado Danna Merrill, que documentou a construção da estrada de ferro de 1907 a 1912. A recuperação desse trabalho foi feita com técnicos da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE e, mesmo, alguns lá de Brasília.

Com a repercussão do trabalho realizado pela SPHAN/pró-Memória no resto do país, a 7ª DR solicitou colaboração para o trabalho relacionado à memória local.

Assim, nós, técnicos do Núcleo do CNRC, fomos deslocados para cá, a fim de atender a essa demanda de Belo Horizonte, o que detonou processos muito interessantes. Eu gostaria de falar a respeito de um deles, que eu acho exemplar, que é o de Cataguases. A prefeitura de Cataguases nos procurou e nós fizemos com eles, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases — FAFIC, oficina de pesquisa (que é uma coisa que nós inauguramos dentro da SPHAN e da pró-Memória), onde cada um de nós trabalhou com um grupo de alunos da faculdade. No meu caso, de memória visual, nós líamos alguns textos teóricos, mas partíamos especificamente para a prática. É claro que com todo o respaldo técnico do Instituto Nacional de Fotografia — INFOTO, que infelizmente acabou, e com documentos da Fundação João Pinheiro, que falam da preservação do material fotográfico. Esse nosso trabalho resultou na descoberta de filmes-documentários sobre Cataguases, em 1945 (quando a febre modernista ainda não havia invadido a cidade, quando os prédios ainda continuavam inteiros, como, por exemplo, o do Cine-teatro Recreio, que foi onde começou todo o ciclo de Cataguases, com Humberto Mauro, d. Eva Nil e Pedro Comelo vendo os filmes e tentando fazer cinema ali), além de muito material fotográfico e tudo mais que vocês possam imaginar em termos de memória, que culminou, recentemente, na descoberta de fragmentos de um filme, chamado "Senhorita agora mesmo", onde, pela primeira vez, nós vemos Eva Nil no cinema, na sua plenitude e beleza, porque tudo estava desaparecendo. E vejam que são apenas cinco segundos de d. Eva Nil!

Há doze anos temos tido essa preocupação de trabalhar com a preservação da memória, resgatando esses registros audiovisuais, com um trabalho interessante, e para nós fundamental, que é a devolução, que para todo mundo é uma coisa vaga. Para nós, não. Nós realmente efetivamos essa devolução e somos vistos na cidade onde trabalhamos. Em Cataguases, sobretudo, foi assim: discutido intensamente, exibido para as pessoas etc. Ao comemorar, em Cataguases, os noventa anos do cinema brasileiro, articulados com a Fundação, fizemos uma exposição do material do Ciclo de Cataguases, em que exibimos os filmes recuperados. E isso foi um acontecimento na cidade.

Hoje eles estão trabalhando com seus próprios pés, porque isso, inclusive, é uma das características da nossa atuação: a gente se retira dos lugares e as pessoas continuam a trabalhar. Assim, hoje, eles se articularam com a Universidade de Juiz de Fora e trabalham com a realidade da sua região, que é a região da Zona da Mata. Estamos sempre em contato, periodicamente. Mas outras demandas estão aí: nós temos trabalhado em várias outras cidades mineiras.

Eu teria muito mais a dizer, mas para encerrar tudo isso, eu queria falar que a própria pró-Memória tem em seu arquivo uma coleção fantástica de fotografias, além de uma memória muito interessante que é a correspondência do Dr. Rodrigo de Mello Franco, em 1936/37.

A reforma administrativa paralisou um pouco os nossos trabalhos. Para nós, enquanto técnicos da própria instituição, a situação é muito nebulosa e tudo isso é uma incógnita, no momento em que tudo está acabando. Nós estamos envolvidos em situações de dificuldades as mais diversas, mas continuamos a comungar com o art. 216 da Constituição, o que é um ponto de honra em nosso trabalho.

Finalizando, eu gostaria de fazer uma referência à palestra do prof. José Maria, no primeiro dia do seminário, quando ele colocou muito claramente que todo o trabalho de modernização dos arquivos, de modernização das atividades e das pessoas que militam nessa área, depende do delineamento da política administrativa. Sendo assim, eu reitero a minha expectativa quanto ao futuro desses trabalhos.

PROF.^a ANA MARIA DE LIMA BRANDÃO — Eu gostaria de receber informações bem mais detalhadas sobre a Mad-Maria e sobre onde se encontra seu acervo, já que ele é um acervo federal.

Eu queria lhe dizer, também, que, caso haja gente da pró-Memória em perigo de entrar em disponibilidade, que avisem ao Arquivo Nacional, porque nós temos uma possibilidade de catar gente no banco de talentos.

MARCO ANTÔNIO DE CAMPOS GUIMARÃES — O material fotográfico de Danna Merrill e toda a documentação levantada estão no arquivo da pró-Memória, em Brasília. Parece-me, ainda, que o Museu Histórico possui uma coleção fotográfica interessante a respeito das comissões que foram medir essas terras: a missão Morsing, entre uma série de outras coisas. Pelos relatórios que localizamos nos arquivos da Câmara dos Deputados e do Senado, podemos ver que a todo momento eles dizem: “e nós paramos e fotografamos, e nós paramos e fotografamos...” Parece-me que essa coleção fotográfica está no Museu Histórico do Rio de Janeiro. Agora, as duzentas fotos de Danna Merrill, juntamente com todo esse trabalho, continuam no arquivo de Brasília, na pró-Memória.

PROF.^a MARIA DE LOURDES CÔRTEZ ROMANELLI — Gostaria de iniciar minha reflexão, em primeiro lugar, através de três ou quatro “causos de Minas”, para nós podermos enfocar as dificuldades que se colocarão, pelo que eu prevejo, ao grupo que está pensando em organizar o arquivo público municipal. Todos são casos acontecidos muito recentemente.

O primeiro caso é o do levantamento que nós estamos fazendo, junto com a Faculdade de Educação da UFMG, a respeito da memória do ensino de alfabetização em Minas Gerais. É um trabalho que está sendo coordenado pela Magda Soares, por Ana Maria Casassanta e por uma outra turma da Faculdade de Educação, e que está contando com a participação de várias entidades, entre elas a Associação de Bibliotecários. Bem, mas nós não estamos encontrando, nas escolas de Belo Horizonte, nenhuma documentação referente a todo esse ciclo da história da educação. Muitas vezes, chega-se numa escola antiga, como o Isabela Hendrix, o Grupo Afonso Pena, o D. Pedro II, e se esbarra com a explicação do "já teve", o que quer dizer que não tem mais nada. O que foi feito daquelas cartilhas, daqueles documentos, daquelas fotos sobre os professores antigos que fizeram toda a história da cultura de Minas, como os professores do Antônio Aleixo, do Juscelino e essa turma toda? Quando se pergunta onde é que está a história disso tudo, geralmente se recebe como resposta: "Ah, não, aqui ninguém guardou nada ... Tudo já se foi ... Bem, tem algumas coisas ali, no sótão". E quando se vai ver, só sobraram alguns poucos documentos administrativos, que dizem respeito mais à criação da escola, mas nada referente à memória daquelas pessoas significativas, dos alunos, das turmas, dos instrumentos, das cartilhas, de nada disso. Pouquíssima coisa se encontra em Belo Horizonte. E no interior é a mesma coisa: apenas uma ou outra família mais cuidadosa guardou documentação referente a isso. Então, tudo isso está sendo recuperado a custo e trazido para essa exposição que deve começar no dia 09 de outubro.

O outro "causo" que nós temos, e que está bem perto de nós, é o caso da implosão do trampolim do Minas Tênis Clube. Essas são coisas das quais eu tomei conhecimento no decorrer do nosso encontro. Então o que nós temos é que um prédio já tombado pela Lei Orgânica Municipal, de um momento para o outro, é avariado. Parece que o trampolim estava atrapalhando as mudanças que estavam sendo previstas na reforma do nosso Minas Tênis, que é um patrimônio dessa cidade, e, quando se soube, a coisa já-estava acontecendo. Isso é algo mais ou menos semelhante ao caso do nosso Cine Metrôpole.

O outro "causo" é o da biblioteca de uma escola da Prefeitura que não conseguiu autorização para participar deste seminário, porque as pessoas acham que escola não tem a ver com a cultura e com os arquivos.

Há uma discrepância entre esse ponto de vista e o daquela pessoa que acha que tem a ver sim, que ela precisa participar. Essa pessoa quer participar do pensar o arquivo público municipal, porque acha que tem a ver com tudo, com a escola e com as famílias que estarão ali, nas salas de aula. Assim, ela tenta participar desses projetos culturais da Prefeitura, mas, no entanto, na hora em que ela é chamada a participar, ela encontra empecilhos burocráticos, porque "isso é uma atividade da cultura; isso não é uma atividade da educação".

Por fim, o outro "causo" é o dos relatórios administrativos de reitores, de prefeitos e de secretários, que, muitas vezes, quando nós pegamos para catalogar ou classificar, não conseguimos identificar o autor daquele texto, porque não têm o nome, não têm a data, não têm nenhuma pista para nos ajudar a saber de que instrumento administrativo, de que época, da administração de que prefeito ou professor ou diretor de escola foi aquele documento.

Então, essas são coisas simples, cotidianas do pessoal que trabalha com arquivos, com bibliotecas e museus, mas que mostram, mais ou menos, toda a nossa falta de educação para valorizar a nossa memória. E eu penso que, num mo-

mento como esse, em que são estabelecidas as linhas, as diretrizes sob as quais a Prefeitura vai trabalhar na construção (porque ainda não existe nada) de toda uma política cultural para a cidade, seja ela nas bibliotecas públicas, no arquivo ou nos museus, esses casos verídicos têm que ser retomados, para que se tenha uma idéia da dificuldade na qual nós vamos trabalhar e, também, das linhas prioritárias de ação. Isso porque não adianta nós pensarmos em estabelecer por lei um arquivo público, estabelecer um sistema, se nós não temos as raízes, os canais básicos sobre os quais aquela informação vai passar, como um fluxo, para chegar, realmente, àquele canal coletor que será o órgão maior, seja ele o arquivo, seja a biblioteca pública.

Então, pensando nisso e fazendo uma releitura da palestra da prof.^a Ana Maria, eu queria centralizar a minha fala justamente nessa necessidade de uma discussão política. Afinal de contas, nós vamos fazer um arquivo, mas o mais importante seria estudar as novas formas de se pensar os arquivos. E por quê? Porque as políticas que têm norteado toda a nossa ação ao longo desses últimos noventa anos, ou seja, somente pensando neste século, tanto em Belo Horizonte como em todo o estado de Minas e em todo o Brasil, sempre pensaram em patrimônio, em arquivo e em biblioteca como as coisas mais paradas possíveis; como órgãos estáticos, depositários, e que devem permanecer à parte, como um complemento indispensável nos organogramas, para se mostrar que a cidade tem um *status* cultural. Então, a cidade tem uma biblioteca pública, tem um arquivo, tem um museu, mas, na realidade, desativados e dispensados como acessórios, na medida em que eles não entram na cogitação de uma escola, na cogitação de um programa de governo ou nos orçamentos anuais. Ou, então, entram como um apêndice final: depois que já se distribuiu 99,9% do orçamento de uma prefeitura, é que se percebe que está faltando a cultura. O que é mesmo da cultura? Aí, colocam aqueles 0,001% do orçamento nas questões culturais e nós, então, ficamos aquinhoados com o restinho de uma verba. Fazem isso sem pensar que nada na parte de cultura, de economia, de indústria e de comércio de uma cidade, nada se fará se não houver uma mentalidade cultural subjacente a cada uma das ações que forem desenvolvidas.

Assim, reverter esse processo é trabalho para a nossa geração e para as gerações seguintes. Até que ponto a Secretaria de Cultura estará disposta a ter um trabalho imenso para estabelecer um fluxo de idéias com a comunidade de Belo Horizonte para poder, realmente, canalizar para ela os arquivos pessoais, os arquivos históricos das instituições e os arquivos administrativos? Até que ponto estará disposta, se o pensamento dos nossos administradores passa por esses quatro "causos" que eu abordei e que são absolutamente verídicos? Esse é um trabalho imenso! Um trabalho imenso que tem que passar, realmente, pela equipe interdisciplinar. Então, não há possibilidade de nós pensarmos em fazer uma Secretaria Municipal de Cultura em Belo Horizonte, a terceira cidade do país, sem um trabalho fortíssimo de todos esses especialistas de informação, juntamente com os educadores, com os historiadores e, até, com os psicólogos e com o pessoal de *marketing* e de comunicação, porque nós temos que fazer quase uma reeducação de cabeças. Uma reeducação até de nós mesmos, porque em muitos aspectos essas questões são tão entranhadas na nossa vivência que, no momento da prática, nós podemos descartar alguma coisa e, mais tarde, com o senso crítico, nós vamos ver que estamos atuando de acordo com a prática vigente e não com as nossas teorias e nossas idéias.

Na medida em que uma diretora proíbe uma biblioteca ou uma educadora de participar de um seminário sobre arquivo, porque acha que isso diz respeito à cultura e, portanto, não tem nada a ver com a educação; na medida em que

uma bibliotecária busca na biblioteca pública um livro sobre a história de Belo Horizonte, que nunca foi emprestado por ninguém, e ela tem que passar por um processo de pedir autorização à superintendente, porque aquele livro é da Coleção Mineiriana e, sendo assim, a ordem que a chefe de setor tem é a de vedar ao máximo as informações nele contidas; na medida em que acontecem coisas como essas, eu fico imaginando até que ponto nós podemos jogar pedra no telhado do vizinho, se dentro do nosso próprio órgão, que é de informação pública, nós temos que incomodar a superintendente a fim de obter uma autorização para a bibliotecária do colégio vizinho tirar xerox de um livro que será aberto pela segunda vez (e que até precisava mesmo era de ser um pouquinho arejado, porque se não iria se esfacelar).

Então, a questão pede uma reflexão muito profunda, quase uma auto-reflexão de cada um que está aqui dentro dessa sala, para ver até que ponto a nossa prática está referendando toda a nossa teoria, ou até que ponto nós achamos que vamos poder colaborar na organização desse arquivo municipal. Nesse sentido, o trabalho da Berenice e de toda a equipe que está com ela é uma coisa muito séria, muito profunda. Eu acho que essa gestão e a outra vão precisar de ter uma solução de continuidade muito grande. E aí vem aquela preocupação: o que aconteceu com os bons projetos que foram iniciados desde 1980, com os ares novos da Nova República (já que sempre tínhamos pessoas que realmente queriam trazer novos ares para a cultura e educação no Brasil, por mais que a Nova República tenha sido infestada pelos ares da Velha República)? No entanto, mesmo esses "ares novos" da Nova República, foram empesteados a tal ponto que, no momento, nós estamos passando por uma regressão violenta. Estamos com nossos órgãos criados nos últimos dez anos sendo desativados em um dia; desativados assim, sem nenhuma preocupação até com a economia, ou com o desperdício que se estava fazendo em remanejar, em reclassificar, em reordenar e em recompor até os impressos. Quer dizer, nós vamos largar por terra toda uma estrutura que foi argumentamente pensada. Podiam até pensar, realmente, nos pontos errados daquelas políticas, mas não podiam desaquecer projetos sem pensar, ao menos economicamente, na coisa.

Bem, mas nós temos que conviver com essa descontinuidade. Assim, até que ponto nós podemos pensar as diretrizes do arquivo público, da biblioteca pública e dos outros órgãos que afinal, depois de tantos anos, estão sendo pensados por essa administração da prefeitura, sem a garantia da solução de continuidade? E então eu passo para aquilo que eu acho que seria a única garantia de continuidade: um trabalho de conselho; a criação de um conselho de amigos, uma sociedade de amigos; uma criação coletiva nos bairros, nos municípios, quase a evangelização das pessoas. Temos que diagnosticar, em cada bairro, quais são os grupos que estão realmente interessados em dar continuidade a um trabalho iniciado nesta gestão para que, depois, nós possamos ter uma reivindicação vinda de baixo para cima, que garanta, até um certo ponto, uma solução de continuidade para esses projetos que estão se iniciando. O problema do poder e de sua descontinuidade deve ser uma preocupação enorme para aqueles que estão afinal propondo, depois de tanto tempo, a criação desses equipamentos culturais em Belo Horizonte. Por isso mesmo, eu acho que nós temos que aprender alguma coisa, também, com a Prefeitura de São Paulo que, depois de tantos anos, está trabalhando, voltando esses equipamentos culturais para o cidadão. Quer dizer, estão fazendo com que as comunidades, os bairros, as famílias participem desse trabalho de construção de uma política cultural na cidade.

Eu não sei como está a sistemática deste seminário, mas eu acho que deveria ter propostas. E eu teria uma proposta a fazer, obedecendo a toda essa visão que foi dada aqui na mesa, do ponto de vista da área da fotografia, dos filmes, dos vídeos e de todas essas novas tecnologias, que é uma área muito sensível, mas que já está acontecendo em cada família, em cada bairro, em cada comunidade. Então, a minha proposta é a de repensar todo esse universo, para que se possa fazer políticas voltadas, realmente, para a sensibilização de professores, de educadores, de diretores de escolas, de administrações regionais, de pessoas que detenham a influência não só política, porque estão no poder durante algum tempo, mas de pessoas que sejam, realmente, os esteios culturais da comunidade. Assim, fazendo uma releitura de tudo o que foi dito aqui, inclusive nos outros dias, a minha proposta é que a política de criação dessas instituições, afinal tão queridas pela comunidade belo-horizontina, passe por essa discussão bastante básica, que seria feita nas escolas, nas famílias e nos bairros, para que possamos aproveitar esse fio condutor que vai permanecer, independentemente do momento político que estivermos vivendo, e que poderá dar continuidade a esses projetos.

MARCO ANTÔNIO DE CAMPOS GUIMARÃES

— Prof.^a Romanelli, fiquei muito impressionado com a sua fala, sobretudo quando a sra. diz desse problema sério da separação entre a cultura e a educação. Esse é um processo perverso que se instaurou neste país, a partir de 1985, com a Nova República, quando vimos um país terceiro-mundista, pobre, como o nosso, a separar os processos educacionais dos processos culturais (esse é um luxo que talvez possa acontecer na França, por exemplo) e, sobretudo, a instaurar processos para atender vaidades de alguns políticos bestas que existem aqui.

PROF.^a MARIA DE LOURDES CÔRTEZ ROMANELLI

— Bem, eu acho que o trabalho da questão cultural por uma secretaria de cultura separada de uma secretaria de educação talvez privilegie mais a área da cultura; talvez não deva haver uma unidade administrativa, porque todos nós, aqui, já passamos por esses momentos em que, estando juntas, integradas, nas reuniões, quando se procurava tratar dos assuntos da cultura, recebíamos a mesma coisa daqueles 0,001%: nós não tínhamos nem voz nem vez. Então, na hora em que já estava quase acabando a reunião da secretaria de educação, alguém lembrava que “o pessoal da cultura ainda não falou nada”. Aí vinha um representante do setor cultural, que falava alguma coisinha. Mas eles já tinham resolvido tudo, sem considerar que a área da cultura é uma área que tem necessidades imensas, necessidades prementíssimas. Então, não é que a separação tenha sido algo negado. Não! O negócio é a cultura trabalhar de braços dados com a educação, todo o tempo, mesmo que nós tenhamos secretarias separadas. Isso, para mim, é essencial.

MARCO ANTÔNIO DE CAMPOS GUIMARÃES

— O problema é que esse cargo de secretário de cultura é sempre exercido por pessoas que não têm a menor expressão. Quer dizer, joga-se para esse cargo as pessoas mais inexpressivas e todo mundo sabe o que acontece: isso vira um cabide de empregos. Mas eu queria ressaltar que aqui, em Belo Horizonte, nós temos essa sorte admirável de ter a luminosa figura da Berenice a trabalhar conosco.

PROF.^a ANA MARIA DE LIMA BRANDÃO —

Quero falar da necessidade de um *marketing* e dizer que é preciso que se perceba com maior clareza que, por exemplo, os arquivos da Secretaria de Educação estarão, futuramente, dentro do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte e que, portanto, fica confirmada, mais uma vez, a necessidade de um trabalho conjunto, de um trabalho interdisciplinar, de se contar também com o apoio da Universidade na área de pesquisa.

E eu gostaria, também, de dar uma mensagem de otimismo, nesse momento em que estou vendo tanta gente pessimista: eu acho que, através do estabelecimento de diretrizes e de muita luta, nós todos poderemos tornar certos trabalhos irreversíveis. Devemos, também, fazer muito *marketing* e tentar captar recursos em órgãos de financiamento e em instituições privadas, como por exemplo a Fundação Vitae. Existem muitas portas abertas e nós temos que saber fazer isso. Quero também me colocar à disposição porque sou uma pessoa de captação de recursos. Caso vocês precisem de alguma coisa nesse sentido, podem me encontrar no Arquivo Nacional.



Participantes do Seminário



MEMÓRIA E HISTÓRIA

Por motivo de força maior, o professor Francisco Iglésias não pode apresentar sua exposição no seminário, tendo sido substituído pelo professor João Antônio de Paula.



ALBINO E ALBINO

MEMÓRIA e HISTÓRIA*

Francisco Iglésias **

A realização do seminário "Bases para a implantação de um arquivo moderno", iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, prova a lucidez e a maturidade dos idealizadores do Arquivo Público da cidade. Se já se fazia sentir como imposição esse arquivo, em uma cidade com quase um século e com população alta — é a terceira do país —, o seminário prova que ele nasceu sob bom signo, a competência de quem o imaginou e da administração que pretende implantá-lo. A idéia comum é ser arquivo depósito de papéis velhos; o verbo arquivar adquiriu até acento negativo — arquivar-se o que já não tem uso, velharia incômoda que apenas ocupa espaço a ser melhor aproveitado.

Houve uma verdadeira revolução documental, sobretudo a contar do século passado, quando eles se organizam tecnicamente, com classificações e ordenamentos que lhes dão racionalidade e facilitam o acesso dos usuários. Demais, com essa classificação, em salas adequadas pela iluminação e pelo clima, eles passam também a ser limpos: a idéia anterior é que, como depósito de papéis velhos, eram empoeirados e muitas pessoas nem podiam visitá-los, não só pelo receio de se sujarem como pela alergia provocadora de certas doenças. O arquivo moderno, como se vê nos grandes centros do mundo, é arrumado e limpo, asséptico como um laboratório de física ou uma sala de cirurgia de hospital. Índices, catálogos, fichários ajudam o consulente, economizando-lhe o tempo e mesmo orientando a pesquisa. Algumas poucas instituições brasileiras adotaram padrões superiores, como se vê no de São Paulo e sobretudo no Arquivo Nacional, que se tornou em anos recentes uma casa modelar.

Arquivo público por excelência, ele assumiu o seu real papel, na compreensão de que o arquivo é um órgão da administração, indispensável ao exercício do governo. Organizando-se na linha mais moderna da arquivística, serviu de padrão para outros, pelo que é e pelos cursos ministrados de formação de pessoal. O sopro renovador chegou a Minas, não obstante a pequena compreensão da maioria de seus governantes, como se vê pelo Arquivo Público Mineiro, venerável casa que muitos serviços prestou ao administrador, aos cidadãos e aos historiadores. Cidade que cresceu em ritmo acelerado ao longo de quase um século, Belo Horizonte não podia deixar de ter o seu arquivo. Na verdade, já devia tê-lo há mais tempo. Fazendo-o agora, ainda é possível recuperar muito de sua trajetória administrativa, política, social, econômica, cultural. É claro que se lamenta quanto se perdeu e é irrecoverável, mas é com alegria que se vê na administração atual da Prefeitura, neste ano de 1990, um esforço que será bem sucedido e vital para o destino da cidade.

* Texto especialmente preparado para o seminário "Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte".

** Professor da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

Começa bem, pois não improvisa o órgão, como simples repartição, mas parte de estudos que o orientam na direção mais técnica, racional e moderna.

O Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte nasce sob um bom signo, o que é motivo de júbilo para o povo, para a administração e a cultura da cidade, do Estado e do país. Espera-se que ele venha a ser, em futuro próximo, um exemplo a ser citado na história da arquivística brasileira.

Não tratarei de aspectos técnicos. Foi-me atribuído um tema fascinante — Memória e História. Fascinante e difícil, sobretudo para ser tratado em breve exposição. Tentarei abordá-lo mostrando o que é memória e o que é história e em que medidas esses conceitos se aproximam e se afastam, tentando fixar cada um em sua especificidade.

Usarei principalmente as leituras que tenho do assunto, como os volumes *L'Histoire et ses Méthodes*, da *Encyclopédie de la Pléiade*, reunindo professores franceses, especialistas nos vários aspectos, como Georges Sadoul, Jean Thévenot, Michel François, Robert Brichet, Pierre Pradel, Gilbert Ouy, Pierre Josserand, Robert-Henri Bautier, André Leroi-Gourhan, Henri-Irénée Marrou, mais alguns, sob a direção de Charles Samaran; ou a Enciclopédia Einaudi, cujo volume I tem exatamente o título "Memória-História" e já foi traduzido e editado em Portugal, em 1984, em 457 páginas, quase todas de autoria do francês Jacques Le Goff — em quatorze capítulos, Le Goff é autor de dez, entre os quais estão os mais longos, que são exatamente os dedicados à Memória, de quarenta páginas, e à História, de 102 páginas, de texto compacto, perfazendo livro de apreciável tamanho. Além, é claro, de livros ou artigos de revistas especializadas sobre arquivos, história — sua natureza e metodologia —, memória e outros de temas afins.

A palavra memória pode ter muitos significados. O dicionário de Aurélio lhe dá quatorze acepções. A primeira é a mais usual: "faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente". E há outras, como lembrança, reminiscência, recordação; relação, relato, narração (a mais próxima da palavra história); vestígio, lembrança, sinal; monumento comemorativo, memorial; dissertação acerca de assunto científico, literário ou artístico; na moderna informática, "dispositivo no qual informações podem ser introduzidas, conservadas e do qual podem ser posteriormente recuperadas, armazenadas, dispositivo de armazenamento". De quem tem muita memória, fala-se (dos delicados) "memória de anjo", ou (menos delicados), "memória de elefante". Da memória fraca, fala-se em "memória de galo". Fala-se ainda de outros tipos. Aurélio omite, no entanto, a expressão mais moderna, que é "memória de computador".

No *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, de André Lalande, Memória tem três acepções: a primeira é "função psíquica consistindo na reprodução de um estado de consciência passado com o caráter pelo qual é reconhecido pelo sujeito"; a segunda é, "por generalização, toda conservação do passado de um ser vivo no estado atual deste"; a terceira é "a lembrança (*souvenir*), conservar a memória de um fato". Lalande assinala ainda, em nota, que Aristóteles distingue a **memória da reminiscência**, distinção conservada na Idade Média, mas que não é usual hoje. Assinala ainda que Bergson, grande estudioso do assunto, ao qual dedicou livro clássico — *Matière et Mémoire* —, escreveu, com objetividade, em outro livro — *L'Énergie Spirituelle* —, que "toda consciência é então memória — conservação e acumulação do passado no presente", concluindo um dos anotadores

(M. Marsal) desse famoso *Vocabulaire*, na 6ª edição, de 1950 (a primeira, em fascículos, é de 1902-1923), comentando a passagem citada de Bergson: "Esse uso (da expressão) se liga à convicção de que tudo que é vivido subsiste no espírito e pode sempre voltar a ser consciente".

A memória está presente na literatura, na obra dos poetas e dos ficcionistas. Não só a poesia épica, mas também a lírica, joga com a memória; na ficção é mais óbvio ainda o jogo com a memória, pois o conto, o romance, a peça de teatro, por mais inventivos que sejam, têm uma carga apreciável de experiência do autor, de suas vivências. O exemplo máximo seria o ciclo de romances de Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu*. Centenas de grandes obras de ficção têm a palavra memória no título: para citar exemplos nacionais, lembrem-se as "Memórias de um sargento de milícias", de Manuel Antônio de Almeida e as "Memórias póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis. Os exemplos poderiam ser multiplicados, sem falar nos livros propriamente de memórias, comuns na literatura universal e já agora na brasileira, que tem produzido nos últimos anos dezenas de títulos de políticos, escritores, artistas, notabilidades científicas, sociais, esportivas e até de marginais. No Brasil, o gênero atingiu a plenitude na série de Pedro Nava, em seis volumes.

A Memória é a conservação de informações, lembranças do visto, do lido, do vivido. Todos os homens, como todos os povos, têm memória: o homem gosta de preservá-las, pois aí está sua identidade, que ele passa aos outros, seus contemporâneos, ou aos filhos, seus descendentes. Ele quer saber quem é, quem foi, como foram seus patrícios ou familiares. Há povos ou sociedades cuja memória se perdeu, porque não foi registrada em livros de História, ou em sagas, lendas e mitos, que são transfigurações de realidades. Há a memória dos povos ágrafos, a ser reconstituída pelos objetos que deles ficaram, dos quais se incumbe a arqueologia. Le Goff lembra a reconstituição por várias formas, conservando a memória: 1. pela transmissão oral ou inscrições e desenhos na pedra; 2. pela escrita com tábuas, objetos, desenhos, inscrições; 3. pela escrita, em papéis soltos, documentos, pelo livro — registros de todo tipo, como se vê nos estudos de antropólogos, etnólogos, cronistas, historiadores; 4. já em nossos dias, o registro com ajuda mecanográfica, a seriação eletrônica, com o computador e os bancos de dados.

Assiste-se em nosso século à revolução documental, com os papéis escritos, jornais, revistas, livros, filmes, gravações da imagem e do som, com o disco, o rádio, a televisão. Se antes havia dificuldades pela falta de informações, hoje há dificuldades pelo excesso, que obriga os teóricos em comunicação, em museus e em arquivos, em bibliotecas, a criar formas de catalogação e mesmo a fazer seleção do menos ou mais importante — tarefa sempre delicada, pois o que parece sem valor hoje pode ter valor amanhã. O assunto memória, lembra ainda Le Goff, lida com a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia, a psiquiatria. No plano individual, há pessoas que lembram de tudo, falam da infância remota. Freud ensina que há muita falsificação inconsciente nessas lembranças, com criações, deformações, não só nas mais longínquas, ligadas à infância, mas até nas recentes. Consciente ou inconscientemente o indivíduo altera o que conta, realça coisas fictícias, esquece o que quer de vez esquecido. No plano coletivo, há falsificações de memória nas lendas, nas sagas, nos mitos, todos traduções de uma realidade que o tempo ou a conveniência deforma. A Bíblia é o melhor exemplo de registro para a conservação da memória: destaque-se o Gênesis, com sua obsessão genealógica. Mais: os grandes livros religiosos do Oriente; os poemas

antigos, como os atribuídos a Homero — a *Odisséia* e a *Ilíada*. Consta que Homero dizia: “ver-se-ja lembrar”. Foi um rapsodo, um aedo, que é um adivinho do passado, como o profeta é o adivinho do futuro. Na pedagogia antiga, saber de cor é que é saber, em visão equivocada do conhecimento.

Para preservar a memória criam-se, já na Antiguidade, arquivos, bibliotecas, museus. Passa-se da oralidade à escrita. Hoje, além do livro, do rádio, cinema, televisão, há incriveis instrumentos que reproduzem palavras e imagens, discursos, com a chamada revolução da reprografia, com o xerox, o fax e possivelmente outras formas já inventadas mas ainda não industrializadas, pois o capitalismo, que as promoveu, tem interesse comercial em apresentá-las para consumo aos poucos.

Platão e Aristóteles já distinguiam com finura a Memória da História. Para eles às vezes as formas se confundem, às vezes se separam: pensam — ensina Le Goff — que a memória é uma componente da alma, que não se manifesta no nível intelectual, mas em sua parte sensível. Chegando quase a conceituação rigorosa, a História é a memória organizada, racionalmente organizadas as vivências pessoais ou coletivas. Para nós é mais fácil falar da História que da memória, pois a História é matéria de nosso cultivo. Como se trata de breve exposição, não vem ao caso aprofundar o assunto. Desejo fique bem claro apenas o que é bastante sabido: ser a História preocupação do homem desde a Antiguidade. Alguns dos maiores nomes da disciplina são de gregos e romanos. O grego Tucídides escreveu no fim do século V aC uma das obras primas da historiografia universal, que é a “História das guerras do Peloponeso”. Talvez se pudesse dizer que História foi a primeira preocupação do homem no campo das chamadas ciências sociais. Se ela foi ou não a primeira, sempre houve quem se dedicasse a ela, como se vê na produção historiográfica.

É conveniente lembrar aqui a distinção a ser feita entre História e Historiografia, para fugir de confusões. História é quanto sucede ao homem e às sociedades, na sua trajetória através dos tempos. Sua categoria essencial é a de processo, mudança. Foi sempre considerada, pois os povos gostam de saber como evoluíram ou involuíram, qual a sua trajetória, assim como os homens gostam de saber o que foram e são. É uma busca de auto-conhecimento, seja por curiosidade natural, seja para evitar a repetição dos erros cometidos. Estudo do homem no tempo, o que a caracteriza é a permanente mudança. É equívoco comum achar que ela é o estudo do passado. É do passado, mas é também do presente. Só se deve evitar a História do futuro, pois aí se descamba para a escatologia, certo misticismo à maneira de muitos autores, sobretudo do período medieval ou, em perspectiva moderna, para a futurologia, igualmente suspeita, pois resulta de projeções de dados objetivos em jogos de imaginação ou do computador, que valem só como exercícios intelectuais. Toda essa construção com base em dados reais pode desabar pela superveniência de um elemento aleatório que pode lançar por terra todos os raciocínios ou construções mentais. Deixe-se de lado o futuro — o que não significa desinteresse —, mas não se despreze o presente, que toda História é feita em função dele — de suas causas, suas idéias, suas mentalidades. Deve ter havido muito povo ou civilização que teve História — todos a têm, não importa se rica ou pobre —, mas não nos são conhecidos porque se perderam seus documentos ou descrições.

Fique a palavra História para o acontecimento e reserve-se para o seu relato a palavra Historiografia. É por comodismo didático que se fala em acontecimento e relato, expressões justamente censuradas hoje, a serem usadas com a devida reserva, uma vez que História não é só acontecimento, mas é também forma de vida, idéia,

mentalidade, objetos muito mais frequentes de estudo hoje que acontecimentos, em geral confundidos com a política no que ela tem de episódico, que é a luta dos homens pelo poder e suas substituições; História é muito mais que acontecimento. Por outro lado, relato pode ser confundido com descrição, a simples narrativa, destituída de sentido crítico. A distinção nada tem de rebuscada, visando apenas ao uso conveniente dos conceitos.

A palavra História, como é vulgarmente entendida, é ambígua, por descrever tanto o curso dos acontecimentos como o seu estudo e reconstituição. Se César, como personagem político ou intelectual, pertence à história romana, um livro sobre César pertence à historiografia. A escravidão no Brasil, de seu estabelecimento no século XVI à abolição, é parte fundamental da história do Brasil; o estudo da escravidão, seja no conjunto ou em algum de seus aspectos, em livro que lhe é dedicado, constitui uma obra historiográfica. A História de um povo só é conhecida se alguma historiografia se ocupa dele; caso contrário, perde-se, como se terão perdido muitas Histórias, pela falta ou desaparecimento de suas historiografias (pelo desaparecimento, decerto), ou seja, de seu estudo e comunicação. Para evitar a ambigüidade referida é que se impôs a palavra historiografia. Só em algumas línguas o problema não existe, como em alemão, na qual há *Historie* (realidade histórica) e *Geschichte* (ciência histórica). Da historiografia oriental, pouco conhecida entre nós, da historiografia grega ou romana, da bizantina ou medieval, à moderna e contemporânea, com seus nomes exponenciais de um Tucídides, um Tito Lívio, um Grégoire de Tours, um Froissart, a um Maquiavel, um Voltaire, um Ranke, um Marc Bloch ou um Eric Hobsbawm tem-se uma sucessão de nomes que honraram e afirmaram a historiografia, permitindo-nos a História do mundo que conhecemos.

A distinção de Memória e História aparece, de modo quase perfeito, no nome de duas repartições do serviço público brasileiro: em novembro de 1937 foi criado o SPHAN, ou Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que teve a designação alterada várias vezes: DPHAN (Departamento), IPHAN (Instituto) e agora de novo SPHAN (Secretaria). A sigla SPHAN é das mais significativas deste país que tanto ama as siglas, embora seja constituído em grande parte por gente analfabeta, que não conhece as letras. O órgão dedicou-se sempre, com lúcida direção e competência de um quadro técnico incomparável, ao patrimônio artístico, mais que ao histórico: estava, contudo, dedicando-se à História, pois preservando o patrimônio artístico defendia o histórico. Teve a organizá-lo no começo e a dirigi-lo por anos Rodrigo Mello Franco de Andrade. Era mais memória que história.

Esse caráter ficou mais evidente com a grande reforma que nele fez o pernambucano Aloísio Magalhães, que criou, em 1979, a repartição expressivamente chamada pró-Memória: esta é sobretudo memória, pois incorpora folclore, teatro, cinema, culinária, em visão dilatada da vida cultural, além do praticado antes. Criada para desempenhar a parte mais imediata da SPHAN, com estatuto de Fundação, não precisava subordinar-se à rigidez das normas do Ministério da Educação e Cultura e tinha facilidades quanto a recursos financeiros — obtenção e aplicação —, sempre muito escassos antes. Poder-se-ia dizer, pois, com ligeiro reforço de nota, que a SPHAN, apesar de tudo, era mais História, a pro-Memória é mais Memória.

A divisão não teve funcionamento feliz, pois é difícil um corpo com duas cabeças — uma para planejar obras, outra para administrá-las, gerilas. Para culminar, ato recente do atual presidente da República extinguiu as duas, anunciando que vai substituí-las por outra. Não o fez ainda e ninguém imagina como será a nova entidade.

Deplorável, no entanto, é que, nesse vácuo institucional, proprietários de casas e bens tombados se aproveitem da situação e façam o que bem entendem, destruindo, adulterando, com vistas apenas ao lado do lucro do investimento imobiliário. A continuar no perigoso caminho, serão destruídos monumentos, como se verifica na área tombada das Missões, em Ouro Preto, em outros pontos. E o Brasil corre o risco de perder muito de sua memória, embora ganhe uma página melancólica em sua História, por uma ação governamental improvisada e insensível ao bem público na sua ânsia promocional de fazer para aparecer. Um fazer que é antes um desfazer, negativo apenas. Como se encaminhará o problema desnecessariamente criado só o futuro dirá. É esperar para ver.

A História, como hoje é vista e praticada, tem técnicas severas de trabalho, fundado em documentos. Não existe a chamada disciplina científica da História sem documentos, mas só com documentos ela não é feita. Exige-se também reflexão, análise, interpretação, de modo a ter-se um sentido do processo através do tempo, não o simples conjunto de informações. E para a conservação de documentos existem os arquivos. Com a crescente população e a mudança constante, como se verifica hoje, quando o ritmo passa a ser vertiginoso, há muito mais documentação, hoje escrita e falada, com livros e registros de fala e dos sons, em milhares de quilômetros de papéis ou fitas gravadas. O arquivo não é para a glória pessoal, como não o é a historiografia bem elaborada em sólida documentação e orientada pela superior interpretação, fundada nas várias teorias de busca do sentido da realidade social, a mais importante e sólida das quais, em nosso modo de ver, é o materialismo dialético, o marxismo, não em suas divulgações discutíveis ou simplórias, como se fazia com a vulgata estalinista, de tanta repercussão aqui e no mundo até há poucos anos, que fez mais dano que bem ao marxismo e à ciência social, mas o marxismo inteligentemente visto, não como dogma político de natureza semi-religiosa — sua distorção, falsificação.

O arquivo existe não só para servir o historiador — outro equívoco comum —, mas para esclarecer o homem, racionalizar o trabalho da administração, instrumento do Estado, que não pode existir sem ele. O arquivo não é para cultivar o passado com saudosismo ou tradicionalismo, mas para afirmar o homem na luta pela liberdade, igualdade e justiça. Se desde pelo menos o século XIII há as chancelarias, os registros, com o aumento da máquina estatal e das técnicas documentais ou historiográficas, os arquivos são uma realidade do fim da Idade Moderna e início da Contemporânea. Com o auxílio de prestimosas enciclopédias, sabemos do arquivo da Casa de Savoia, em Turim, desde o início do século XVIII; Pedro-o-Grande fez o seu, em São Petersburgo, em 1720; Maria Tereza em Viena, em 1749; em Veneza, em 1770; em Florença, em 1778. A Revolução Francesa dedicou-lhe atenção especial — prova de que arquivo não é depósito para celebrar homens ou grupos — e cria os Arquivos Nacionais em 1790. Se antes cuidou de História, o artigo da Constituição em 1791 que declara — “serão estabelecidas festas nacionais para conservar a recordação da revolução francesa” — cuida antes da Memória. A Inglaterra teve o seu *Public Record Office*, em Londres, em 1838, início do reinado da rainha Vitória. Logo que se verificou o êxito da Revolução de 1917, Lenine cuidou de arquivos. E Roosevelt, na década de trinta, aprimorou os arquivos americanos.

Hoje eles existem nos grandes países, merecendo destaque, pela sua superioridade, os da Holanda, do Canadá, além, é claro, dos alemães, ingleses, soviéticos. O arquivo moderno guarda a memória do povo, não só dos reis ou das elites. Se ainda é o grupo dominante que tem mais o que guardar, o Estado deve cuidar do

povo que não deixa registros, guardando sua memória e história através da documentação das associações de classe, das escolas, dos hospitais, dos conventos, dos teatros, dos sindicatos, dos registros cartoriais — nascimento, casamento, propriedades, óbitos, heranças —, das múltiplas instituições da sociedade e sem qualquer discriminação.

Assim pensando é que se impõe um arquivo público na cidade de Belo Horizonte. Já com mais de dois milhões de habitantes em menos de cem anos, a primeira observação é que devia ter sido criado há mais tempo. Nossas autoridades, distraídas ou despreparadas, não prezam seu patrimônio, como se vê na destruição de cidades, de seus monumentos públicos, de suas casas. Inaugurada só há 93 anos, a cidade tem pouco de seu princípio. A ganância de lucro leva à destruição de tudo: as reservas botânicas ou da fauna se extinguem, as casas são destruídas na fúria imobiliária, que destrói parques, jardins, árvores, para dar lugar a espigões em que a vida, no que tem de belo e amável, desaparece. Que nos valha a experiência vandálica de cidades mais antigas. Feito o arquivo agora, poder-se-á ter ainda muito do que foi Belo Horizonte ao longo do século XX.

Já há uma tecnologia apropriada, com o desenvolvimento do filme e do disco, do microfilme, com as práticas da moderna e racional biblioteconomia, que permite guardar o máximo em espaços cada vez mais reduzidos. É o que se espera dos poderes constituídos, do Executivo e do Legislativo do município, que não podem pensar só no dia de hoje, mas no de ontem e no de amanhã. É conhecendo-se que as cidades, como os homens e os povos, se afirmam, superando suas insuficiências. Daí a importância deste seminário, cujos trabalhos não podem ficar no papel, mas devem ser tomados para a ação pelo Executivo, pelo Legislativo e pela sociedade no seu todo, dos segmentos mais modestos dos despossuídos aos que possuem e precisam ter consciência de que a sociedade é de todos. Na ante-véspera de outro século, uma cidade que já é metrópole, como Belo Horizonte, não pode deixar de ter a casa para preservar a sua trajetória. O arquivo colocará Belo Horizonte na posição em que se encontram as cidades realmente modernas e humanas. Empenhemo-nos todos nesta obra que não é de um governo nem de uma geração, mas de uma cidade viva e sensível, em um país que tem o direito e o dever de contar com o futuro.

PROF. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA* — Quero registrar a minha satisfação pessoal em ver o surgimento desse Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte o que, certamente, é uma iniciativa extremamente meritória e necessária. Quero falar da relação do arquivo com cidadania. Além de ser um instrumento de pesquisa, um instrumento que registra, captura, conserva e desenvolve a memória de uma cidade e de uma região, o arquivo público de Belo Horizonte também deve ser entendido como um instrumento de cidadania, no sentido de que não é só o pesquisador, aquele que tem interesse em conhecer o que foi o nosso passado histórico, que tem necessidade do arquivo.

Como exemplo, há uma situação com a qual eu me deparei ao trabalhar com pesquisas na região norte do Brasil, quando pude verificar a importância do arquivo, num sentido muito particular. Eu estou me referindo especificamente à situação do estado do Acre. Como vocês sabem, do estado do Acre é o resultado da anexação de uma parte do território boliviano. Existem, hoje, no Brasil, pelo menos três tipos de títulos de terra que são reconhecidos como legítimos, em se tratando daquela região: os títulos emitidos pela República da Bolívia, os títulos emitidos pelo governo independente do Plácido de Castro e os títulos emitidos pelo antigo estado do Amazonas que compreendeu, em algum momento, o estado do Acre. Todos os três títulos são válidos. Dirimir questões de propriedade de terra, por exemplo, é algo de crucial, como vocês podem entender, por causa da superposição de titulação. Nesse sentido, o Arquivo Público do estado do Amazonas funciona como um recurso importantíssimo, do qual o cidadão se utiliza para fazer valer os seus direitos.

Assim, a idéia do arquivo deve ser entendida para além da necessidade do historiador, do curioso, mas como um instrumento de cidadania, no sentido de que ele é também um instrumento capaz de comprovar e fazer valer direitos. Essa é uma dimensão que eu gostaria de registrar logo no início da minha fala e que, tenho certeza, será levada em conta por aqueles que estão organizando o arquivo.

Vou começar citando um grande autor. Nós aprendemos com o Braudel que o mar, mais especificamente o mar Mediterrâneo, pode ser um personagem histórico de uma vitalidade, de uma pulsação até maior do que a de alguns personagens históricos de carne e osso. O Mediterrâneo, na obra de Braudel, assumiu uma dimensão fantástica, uma personalidade e uma fisionomia e se tornou um personagem, realmente, decisivo. A partir desse resgate da geografia, do espaço e do entendimento desse espaço como algo vital, como algo capaz de nos falar, que também se move, a partir desta reaproximação da geografia com a história nós temos, talvez, um dos aspectos mais importantes da *École des Annales*.

E, quando se fala em memória, no caso do arquivo de Belo Horizonte, é preciso entender que ele, além do aspecto que eu tinha registrado

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR; mestre em economia pela UNICAMP e doutor em história pela USP.

antes e de muitos outros que certamente ocorrem a todo mundo, é também um personagem. A cidade, desde o seu nascimento até hoje, foi sendo construída por todos nós e pelos que nos antecederam e, nesse sentido, é um personagem que tem uma vida extremamente curiosa e eu acho que muito mal entendida. Eu diria que quem mais conseguiu captar a alma desse personagem, dessa cidade, talvez tenha sido não o historiador, mas o escritor de gênio que é o Pedro Nava. No ciclo de livros do Pedro Nava, que eu não me atreveria a classificar como de memórias ou romances, o personagem mais permanente, mesmo quando se trata do Rio de Janeiro, é Belo Horizonte, que ele chama de "Belorizonte belo". Belo Horizonte é, talvez, o personagem mais decisivo daquele ciclo.

Se quisermos compreender a alma dessa cidade, ou o que ela é, o que ela foi, o que ela pode ser, nós vamos ter que auscultar várias vozes como, por exemplo, a voz dos escritores. Assim, eu queria lembrar uma série deles que, todos hão de reconhecer, foram fundamentais na construção dessa fisionomia da cidade.

Vamos começar por Avelino Fôscolo que escreveu, em 1902, o primeiro romance sobre a cidade, que se chamava "A capital", e que tratava da transferência da capital para Belo Horizonte. Na década de 20, nós temos, em 1928, o romance "O clube dos grafôlogos", de Eduardo Frieiro, que além de ser um registro importante a respeito das querelas literárias na cidade, onde há uma discussão a respeito do modernismo e do passadismo literário, é também o primeiro romance de geração, onde há toda uma tentativa de reconstruir o que era a discussão intelectual em Belo Horizonte no final dos anos 20. Dessa época, também, é a obra de João Alphonsus, dos contos, dos romances, do "Totonho Pacheco", da "Galinha cega", do "Rola-moça" etc.

Nos anos 30 nós temos o Cyro dos Anjos, de "Amanuense Belmiro", que é um outro romance que podemos chamar de geração e que, no ano de 1989, foi estendido com o romance de Autran Dourado que, de novo, captura a cidade nesse momento, e que tenta introduzir, ou revelar, o que era o ambiente cultural e político de então, porque esse romance trata, também, das discussões políticas na esquerda de Belo Horizonte, naquela época.

Depois, temos o romance de Fernando Sabino, "Encontro marcado", e o romance de Ivan Ângelo, já nos anos 60, "A festa".

Com esses exemplos, o que eu quero dizer é que uma das primeiras formas de se tentar compreender o que é essa cidade é se tentar compreender como ela foi vista, como ela foi cantada. Eu gostaria de lembrar, também, o momento que foi, talvez, o mais alto da produção sobre Belo Horizonte, que é o poema "Noturno de Belo Horizonte", de Mário de Andrade e, também, o outro "Noturno de Belo Horizonte", que é extremamente bonito, de Dantas Motta. Esse é um registro fundamental: só se vai conseguir compreender a cidade na medida em que se compreender, ou na medida em que se captar essas coisas como ela foi entendida, como foi vista e que está reportada nesses romances, nesses poemas.

Nós já vimos aqui, antes, um exemplo de um outro registro importante, que é o registro visual: as imagens da cidade nos anos 30, 40, 50. Podemos dizer que a cidade também está ali. É possível, a partir daqueles registros das imagens em movimento, capturar certos significados. Por exemplo, alguém comentou atrás de mim (acho que foi a dona Helena Greco) a ausência completa de mulheres naquelas imagens que nós vimos. Esse é um registro importante. É claro que, ali, se trata de uma solenidade pública e, em

geral, as mulheres estavam afastadas desse *métier*, desse "fazer política". Tudo isso, certamente, deve ser considerado por aqueles que queiram compreender a cidade. O arquivo seria, nesse sentido, o local não só de capturar essas várias vozes, esses vários olhares sobre a cidade, mas de fazer com que essas vozes sejam reproduzidas, sejam amplificadas. O arquivo, nesse sentido, não é um depósito, mas é um amplificador, uma caixa de ressonância.

Belo Horizonte é uma cidade extremamente mal entendida, mal compreendida. Criou-se um certo imaginário sobre a cidade que estabeleceu, mais ou menos como paradigma, a idéia de que se trata de uma cidade de funcionários públicos, de estudantes, de "barnabés", uma cidade pacata, uma cidade que, ao longo do tempo, teria se conformado, ficando numa serena e expectante posição, onde as coisas não acontecem nunca. Este é, um pouco, o estereótipo que mesmo os que moram aqui e, principalmente os que moram fora, têm da cidade.

Há dois aspectos que contrariam essa perspectiva e que são fundamentais para esse resgate e para que possamos compreender o que é essa cidade, os seus problemas, e tentar superá-los. Essa cidade, sobretudo, sempre foi uma cidade rebelde. A idéia de rebeldia é fundamental para compreender Belo Horizonte. A primeira rebeldia talvez tenha sido contra o planejamento, contra o plano: construiu-se uma cidade, imaginou-se uma cidade para duzentos mil habitantes e, em trinta anos, ela já tinha ultrapassado esse número; construiu-se uma cidade para ser circunscrita à avenida do Contorno; e, mais ainda, construiu-se uma cidade onde a exclusão dos pobres estava estabelecida.

Desde o início, nós tivemos uma rebeldia da população que construiu a cidade e que se recusou a ser excluída do plano, da planta da cidade. E houve dois fenômenos importantes que foram as aglomerações urbanas das chamadas favelas, que seriam o que hoje são os bairros da Floresta, Santa Tereza (ou seja, atrás da Praça da Estação), e o chamado "Leitão", que seria o que é hoje a zona sul da cidade (Santo Antônio, Carmo, Sion etc.). Quer dizer, nas duas regiões onde se aglomerava a população pobre, esta se recusou aos ordenamentos daqueles que construíram a cidade e que queriam vê-la fora do perímetro urbano, na região suburbana ou rural, e até mais longe. A população se rebelou contra isso e impôs a sua presença. Uma presença que foi, certamente, muito mal vista pelas autoridades, que a reprimiam duramente. Nós temos aqui, em Belo Horizonte, da mesma forma que no Rio de Janeiro, a figura do chefe de polícia, o "Vidigal", tentando colocar ordem nesses núcleos urbanos rebeldes, sem conseguir. A rebeldia está presente, então, desde esse momento.

Um outro aspecto da rebeldia é a própria construção do movimento operário da cidade. Várias pessoas, inclusive algumas que estão aqui, nesta platéia, estudaram o fenômeno da construção da classe operária em Belo Horizonte. Já nos primeiros anos da cidade houve uma greve geral. É claro que os limites dessa greve geral são muito determinados, pois estamos falando de uma cidade que ainda está surgindo. Trata-se de uma greve, talvez, até dos construtores da cidade, dos operários que trabalhavam na construção civil e de algumas outras unidades fabris que existiam, mas que certamente dão conta de um nível de organização e politização do qual não se suspeita quando se imagina aquela cidade vergel, como disse o João do Rio em suas crônicas sobre a cidade. Quer dizer, a cidade, desde o início, mantém ou cria um espaço de participação e de rebeldia política. Há vários momentos de tensão, como numa greve contra o aumento do preço do bonde, onde alguns bondes foram depredados, incendiados, num momento bastante delicado, reproduzindo a situação da Revolta da Vacina (embora em níveis menores, por tratar-se de uma cidade menor). Temos, desde o

início, uma cidade que pulsa politicamente, que tem uma vida e uma vocação política rebeldes.

Um segundo aspecto dessa rebeldia é o literário, que se expressa na edição da primeira revista modernista de Minas Gerais, que se chamava "A Revista", e no movimento "Leite crioulo". Belo Horizonte reproduz, quase que simultaneamente ao movimento paulista, o similar do Modernismo, com uma consistência extremamente interessante. Ou seja, se nós lermos, hoje, "A Revista", que foi editada pelo Pedro Nava, pelo Drummond e pelo Emílio Moura, entre outros, veremos um projeto literário sintonizado com o que havia de mais avançado, atualizado e contemporâneo, no que diz respeito à literatura, e que deve ser entendido independentemente do movimento paulista. Não se tratava simplesmente de um subproduto da explosão modernista.

Um outro aspecto é a presença do cinema. Vamos aqui alguns trechos de Bonfili, e quero registrar a importância do cineclubismo em Minas Gerais e em Belo Horizonte, particularmente, com o Centro de Estudos Cinematográficos — CEC. Hoje, Belo Horizonte talvez seja a cidade que tenha maior tradição em movimento cineclubista. É claro que eu não estou me esquecendo do cineclube Chaplin, no Rio de Janeiro, do Antônio de Faria, do Vinícius de Moraes, mas eu acho que o movimento cineclubista em Belo Horizonte foi mais amplo, no sentido de que congregou mais pessoas e teve muito mais desdobramentos. Quer dizer, na verdade, a cidade nasce com o cinema, e o cinema é uma das suas características. Ou melhor, o "ir ao cinema", porque as alternativas de lazer não são muito grandes aqui, e o cinema sempre foi uma alternativa fundamental. Mas além de ser uma forma de lazer, o cinema, aqui, também foi algo tratado de uma forma muito criteriosa. A pesquisa sobre o cinema em Belo Horizonte, particularmente, foi muito importante. A Editora Itatiaia, por exemplo, editou livros como o do Marcel Martin, para citar apenas um, que é um clássico sobre a linguagem cinematográfica. Durante muito tempo, essa foi uma editora com vocação e com a preocupação de editar material desse nível.

Um outro registro sobre esse caráter da cidade diz respeito às artes plásticas. Não vou fazer aqui um catálogo de nomes, mas eu queria lembrar, apenas, do Amílcar de Castro, por exemplo, que realizou uma das mais importantes reformas gráficas na imprensa brasileira, que é a reforma do Jornal do Brasil, em 1957, que até hoje é um dos jornais mais modernos do Brasil na sua feição, na sua "cara".

Há, também, os aspectos referentes à arquitetura, para dizer que a cidade de Belo Horizonte, com todas as suas limitações, com tudo o que se diz sobre ela, ainda está por ser redescoberta nesse aspecto moderno, inovador, rebelde.

O Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte será, certamente, um instrumento importante na reconstrução dessa fisionomia, desse perfil novo que é fundamental para que possamos pensar no futuro. A idéia de arquivo e de reconstrução da memória não pode ser entendida apenas como um olhar para trás, ainda que isso seja importante, mas tem de ser entendida, sobretudo, como um olhar para frente. Devemos pensar a questão da cultura não como um relicário, uma ornamentação, mas pensá-la no sentido mais profundo: o que é que distingue um povo do outro? Existem várias coisas: a linguagem, os costumes, a forma como os povos se relacionam com a natureza, como se apropriam do natural, como constroem novos espaços, as formas como descobrem e desenvolvem técnicas de lavoura... Tudo isso seria a cultura. No nosso caso, discutindo a questão da cidade de Belo Horizonte, é preciso repensar a cultura da cidade, sua identidade, porque essa é a forma que nós temos de avançar.

A cultura é um instrumento de libertação e, nesse sentido a iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura de criar o arquivo público de Belo Horizonte me parece ser extremamente bem-vinda, e deve merecer de todos nós aplausos, congratulações e também trabalho.

VEREADOR SÉRGIO MIRANDA — Há uma questão histórica que nos perturba na Câmara Municipal: por que Belo Horizonte não tem o arquivo público municipal, por que Belo Horizonte não tem uma biblioteca municipal, por que Belo Horizonte não cuida do seu pronto-socorro, por que Belo Horizonte não dirige nada em relação ao tráfego, ao trânsito da cidade, por que essa ausência de poder municipal real, que se expressa inclusive na não existência, até hoje, de um arquivo público municipal? Você, como historiador, poderia nos dizer sua opinião sobre isso.

PROF. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA — O fato de que Belo Horizonte tenha sido ao longo do tempo uma cidade cujos prefeitos nunca cumpriram seu mandato por razões variadas, fazendo do exercício do seu mandato uma espécie de trampolim para o governo do Estado, acaba significando uma descontinuidade administrativa muito grande. Eu penso que esse é um dos aspectos, e talvez o mais importante.

A cidade na verdade funcionou e funciona politicamente como uma espécie de vitrine. O prefeito de Belo Horizonte é um candidato em potencial ao governo do Estado. E nesse sentido a cidade é muito descurada.

A especificidade da cidade e de seus problemas acaba se confundindo um pouco com os problemas do conjunto do Estado, quando não é bem assim, quer dizer, o governo estadual deveria ter uma competência e a prefeitura deveria ter outra. Essas coisas deveriam ser extremamente clarificadas.

Há um pouco a idéia implícita de que o governador do Estado é também o prefeito, o que não é verdade, não poderia e não deveria ser assim. Esse problema, digamos, da ausência de continuidade administrativa é um dos aspectos mais importantes, para explicar essa falta de cuidado com a cidade e com sua memória. Belo Horizonte, nesse sentido, tem algumas coisas fantásticas. Só para dar um exemplo desse descaso: onde é hoje a agência de um banco, na rua da Bahia, esquina de Goiás, antes era o Cine Metrópole. Antes do Cine Metrópole era um teatro, o Teatro Municipal. No mesmo local em noventa anos, nós tivemos três ou quatro coisas diferentes. Quer dizer, essa história do chamado pós-modernismo, do fragmento, da fragmentação, dos simulacros e dos escombros que as cidades modernas vivem, no caso de Belo Horizonte é extremamente clara, e exemplar. Você tem uma cidade que em noventa anos muda de cara várias vezes e sempre para pior, o que é pior. É uma cidade cuja memória hoje é inexistente. Quem se lembra disso? Quem se lembra que onde é hoje o banco foi em algum momento o Teatro Municipal? E nós não temos hoje igual em termos de padrão de construção, de qualidade acústica. Só para dar um exemplo, o Arthur Rubinstein tocou nesse Teatro Municipal em 1921. Isso mostra o descaso e o estilhaçamento da fisionomia da cidade, que é um pouco resultado da especulação imobiliária, mas sobretudo é muita responsabilidade do descaso do poder público com relação à cidade.

A outra linha de argumentação que eu poderia aduzir aqui com relação a isso, é que eu acho que Belo Horizonte não é um caso singular. Eu acho que isso é uma coisa que ocorre em todo o estado de Minas Gerais.

O poder público não cuida, desde a década de 40, de recolher os documentos oficiais ao Arquivo Público Mineiro, e certamente esse material ou já se deteriorou ou vai se deteriorar, ou está perdido ou é irrecuperável. Tem-se aí cinquenta anos mais ou menos de uma lacuna de recolhimento.

O poder público do estado de Minas Gerais, e isso certamente vale para o resto do Brasil, é inteiramente omissivo e, nesse sentido, criminoso com relação à questão da preservação da identidade de um povo. Não existe um povo livre se ele não for capaz de identificar de onde ele veio, as suas raízes etc. Isso certamente não passa pela cabeça dos nossos governantes de hoje e do passado.

PROF.^a NORMA DE GÓES MONTEIRO —

Professor João Antônio, eu queria lembrar que Belo Horizonte já teve uma biblioteca pública, a Biblioteca Municipal, que desapareceu. Simplesmente levaram os livros para o Instituto Municipal de Ciências Contábeis — IMACO, e fecharam a biblioteca.

PROF.^a MARIA AUXILIADORA FARIA, do Depar-

tamento de História da UFMG — Do ponto de vista histórico é preciso dizer que Belo Horizonte foi a primeira cidade planejada do Brasil. O poder público mineiro foi transplantado de Ouro Preto, a capital foi transplantada para Belo Horizonte.

Quando o Estado se preocupa em construir uma cidade moderna, com o traçado mais moderno da época, ele descuida das questões propriamente urbanas. Então, a questão de um arquivo e de um pronto-socorro municipais não foi pensada pelo poder público, exatamente porque se pensou em instalar aqui o poder público estadual. As coisas se misturaram. Acrescenta-se a isso o que o João falou muito bem: um desca-so do poder público em relação ao cidadão. Isso nunca foi levado em conta. A população que construiu a cidade não recebeu dentro desse espaço um local para morar. Pensou-se em bairro para funcionário público, todas as outras funções da cidade foram pensadas, menos a moradia popular. Daí essa característica da cidade nascer já com uma marca de rebeldia. Belo Horizonte não foi privilegiada com esse tipo de equipamento público que facilita a vida do cidadão, que é de certa forma a própria cidadania, porque estava-se muito preocupado em fazer daqui a sede do poder público. E há ainda uma outra questão histórica apesar de o local em que Belo Horizonte foi construída ter sido escolhido à revelia de quem detinha o poder econômico da época, que eram os grandes plantadores da Mata, ela foi construída e administrada por esse tipo de gente, pelas oligarquias da Zona da Mata e do sul do Estado. Então, o que eles fizeram da cidade foi uma grande fazenda, que eles administravam como as suas próprias fazendas. Daí a ausência desses equipamentos.

PROFESSOR JOÃO ANTÔNIO DE PAULA — Há

uma tese recente do professor Ciro Bandeira de Mello, que analisou a cidade de Belo Horizonte até 1907. Entre as coisas interessantes que essa tese tem, há uma idéia importante sobre o caráter pedagógico da arquitetura e da planta da cidade. Trata-se de ver Belo Horizonte como um projeto pedagógico. É preciso ter entendido isso à luz de um outro aspecto: a cidade foi tida por todos e principalmente pelo João Pinheiro, como a primeira e mais importante filha da República. Ela nasceu sob esse signo, o signo da República, e sob o signo do positivismo. É uma cidade, portanto, republicana e positivista. Isso está profundamente expresso na forma como ela foi concebida, no seu desenho. O Ciro chegou a fazer uma alusão extremamente interessante em relação ao Palácio da Liberdade, que seria uma espécie de acrópole. Fica no alto de uma montanha, de um morro, de onde se descortinava a cidade — a mesma idéia da acrópole grega em Atenas. E desta acrópole nascem avenidas, ruas, como que irradiadas do centro do poder, representado pelo Palácio da Liberdade. Essa dimensão pedagógica da cidade se expressaria sobretudo no sentido foucauldiano, no sentido do esquadramento e da exclusão. Você define, mapeia a cidade, constrói *a priori* na prancheta um desenho, onde está programado e previsto tudo o que a cidade terá. Está previsto também, o controle que o poder público deve ter sobre essa cidade. Então, a cidade se constrói, na verdade, como o Barão de Hanssmann remodelou Paris: constrói-se uma cidade onde as ruas sejam largas, onde a circulação seja fácil, mas onde o controle seja total, onde tudo possa ser localizado de uma forma imediata, onde a planta da cidade expresse essa visão do poder público, e sua necessidade de controlar. Penso que Belo Horizonte é um exemplar desse tipo de perspectiva, em que a relação entre a arquitetura, o urbanismo e o poder está expressa de uma forma muito clara no desenho da cidade, na forma como ela foi concebida.

PROF.^a NORMA DE GÓES MONTEIRO — O Ar-

quivo Público Mineiro foi criado pouco depois de 1895, antes da transferência de Xavier da Veiga. Como o arquivo foi transferido para Belo Horizonte, a coisa talvez tenha se acomodado também. Concluíram que como o arquivo público já estava aqui, então não se precisava de outro arquivo, o municipal.

PROF. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA — O Arqui-

vo Público Mineiro só se transferiu para Belo Horizonte depois da morte de Xavier da Veiga, que era um monarquista *enragé* mesmo, daqueles radicais, e como ele era um pouco dono do arquivo, só depois de sua morte é que se transferiu a instituição para Belo Horizonte. Na verdade, até o início do século o arquivo permaneceu em Ouro Preto em virtude desse fato, pois é sabido que a cidade, a lei e tudo aquilo que cerca a sua construção aconteceu a partir de uma tremenda polêmica entre monarquistas e republicanos. Quer dizer, os monarquistas querendo manter a capital em Ouro Preto como símbolo da Casa de Bragança, do Império, e os republicanos querendo mudar a capital, como registro dos novos tempos.

A construção de Belo Horizonte, no fundo, tem muito a ver com essa polêmica. Os republicanos venceram, como se sabe; nós estamos aqui numa cidade construída por eles, mas os monarquistas mantiveram o controle de certos aparatos, como o Arquivo Público Mineiro, que demorou alguns anos para se transferir para a capital.

ENCERRAMENTO

Vereadora Helena Greco,
Vereador José Lincoln Magalhães,
Vereador Sérgio Coutinho,
Vereador Sérgio Miranda, da Câmara Municipal de Belo Horizonte;
Prof.^a Berenice Menegale;
Prof.^a Norma de Goés Monteiro.



PROF.^a BERENICE MENEGALE — Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar a vereadora Helena Greco, extraordinária líder da cidade de Belo Horizonte que, de maneira excepcional, tem atuado na Câmara dos Vereadores em favor da defesa dos direitos humanos, e os vereadores José Lincoln Magalhães, Sérgio Coutinho e Sérgio Miranda, que nos dão a honra e o prazer de suas presenças.

A professora Norma de Góes Monteiro já nomeou aqui a sua equipe de trabalho de que, pela realização deste seminário, já pudemos aquilatar o valor. Mas, gostaria de registrar que a ideia do arquivo, como já tinha assinalado no início deste seminário, esteve presente desde o início da atual administração e creio que fomos muito felizes ao convidarmos a professora Norma para coordenar este trabalho. Tivemos a felicidade de tê-la conosco e, pouco a pouco, estamos formando esta equipe de arquivo, numa prova de continuidade administrativa, já que com a mudança do prefeito nós temos dado continuidade a todos os projetos na Prefeitura, especialmente na área da cultura. O projeto do arquivo público é um exemplo disto, como também outros projetos na área da preservação da cidade; gostaria de me referir aqui ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, órgão que já fora criado anteriormente, mas que só está atuando, verdadeiramente, a partir da sua composição pelo então prefeito Pimenta da Veiga, e que tem atuado de maneira intensa, começando um trabalho que, seguramente, irá modificar o tratamento das questões de patrimônio cultural em Belo Horizonte. O Conselho acabou de fazer o primeiro tombamento na reunião da última sexta-feira, quando tombou dois imóveis que estão localizados no quarteirão ao lado do Palácio do Governo, na rua Santa Rita Durão. Queria assinalar também que a Câmara dos Vereadores, na sua Lei Orgânica promulgada em março de 1990, tombou vinte e oito itens, os quais o Conselho, atualmente, tem a obrigação de fazer cumprir, com todas as dificuldades que tradicionalmente temos tido em Belo Horizonte e que estão sendo assinaladas neste seminário. Agressões não vão terminar por causa da criação e implantação do trabalho do Conselho, evidentemente.

Este trabalho de conscientização e reformulação de leis será longo, para que não aconteçam mais as agressões ao patrimônio cultural que vêm ocorrendo em Belo Horizonte, mesmo sobre bens tombados, como já foi citado aqui por mais de um expositor. Isto não diz respeito apenas ao caso longínquo do Cine Metrôpole, mas ao último desta semana, que é o do Minas Tênis Clube. Há uma diferença muito grande no tocante à atuação do poder público. Quer dizer, nada se pode fazer quando um proprietário inconsciente desrespeita a lei, para que não haja tempo de se tomar nenhuma providência, dinamitando um bem tombado. Não foi possível impedir, mas as medidas tomadas pelo poder público municipal contrastam com a convivência que houve no passado.

Voltando ao arquivo, queria dizer que esta equipe que organizou este seminário está desenvolvendo um trabalho preliminar, mas efetivo, relacionado com a documentação municipal, especialmente o levantamento da estrutura administrativa de Belo Horizonte.

Ouvimos aqui nestes três dias lições extraordinárias que nos deram a dimensão exata do sentido e da função do arquivo público. Fomos esclarecidos e estimulados em nossa tarefa de levar a cabo a implantação do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte. O principal objetivo da Secretaria Municipal de Cultura, ao organizar e convocar este seminário, foi o de tornar pública a decisão de se criar um arquivo, procurando fazer com que desde a origem esta nova instituição fosse acompanhada, compreendida e assu-

mida pela sociedade. Em primeiro lugar, pela própria comunidade da administração pública municipal, pelas secretarias, administrações regionais, superintendências, empresas municipais e, dentro de cada um desses órgãos, por cada uma de suas unidades. Pretendíamos que a Câmara Municipal participasse. Convidamos ainda a comunidade acadêmica e entidades representativas de vários setores da vida da cidade. Tivemos uma receptividade bem além da nossa expectativa. Houve a participação no seminário de dirigentes de arquivos públicos e representantes de outras entidades de oito estados da federação e do Distrito Federal e de cerca de trinta cidades mineiras. Obtivemos apoio e adesão de grande número de dirigentes e servidores da Prefeitura de Belo Horizonte. Estamos seguros, portanto, de termos alcançado este objetivo principal. O Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte está nascendo como costumam nascer não os órgãos, mas os movimentos culturais.

Quando se tornar uma realidade física e uma entidade jurídica, o Arquivo de Belo Horizonte já será uma realidade e estará sendo esperado e desejado. Já estaremos todos nós, os mais diretamente envolvidos com sua implantação, cobrados e instados a agir com rapidez e eficiência. Enfim, o arquivo público se terá tornado uma geral exigência. O fato de germinar no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura poderia gerar uma falsa noção de que o arquivo público estaria destinado apenas a recolher documentos raros ou aqueles tradicionalmente considerados de valor histórico ou artístico. Acredito ter ficado bastante claro, por várias exposições e intervenções que ouvimos neste seminário, que a principal função do arquivo público é ser instrumento de informação que o cidadão tem na administração pública. Engendrar o arquivo público, ou melhor, pôr em marcha esta idéia está sendo tarefa da Secretaria Municipal de Cultura, porque se pretende que esta administração municipal realize uma política cultural. É por esta razão que este projeto está sendo gerado na Secretaria Municipal de Cultura.

Pretende-se que esta administração municipal realize uma política cultural. No futuro, acredito que o essencial seja a perfeita articulação e cooperação entre o arquivo público e todos os demais órgãos municipais e não a vinculação específica do arquivo público com o órgão coordenador da área cultural ou com qualquer outro órgão da administração. Tenho convicção de que poderemos de fato presenciar uma transformação desta realidade, que foi aqui descrita por vários debatedores da mesa e da platéia. A partir do momento em que cada vereador, cada dirigente de órgão, cada servidor burocrático da Prefeitura de Belo Horizonte tiver sido esclarecido e se conscientizar com respeito à relevância e necessidade desta transformação, ela começa a se dar. Nada seria menos eficiente, menos inteligente e democrático, afinal, do que pretender se implantar qualquer mudança ou inovação, sem que as pessoas que vão ser em última análise os agentes deste processo participem dele desde o início. Acredito, pois, que teremos, em cada um, um defensor desta transformação, para que se assegure ao Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte a sua legitimidade como órgão necessário, como materialização de uma nova mentalidade. Aprendemos, neste seminário, como os arquivos públicos refletem a qualidade da administração pública. Portanto, acredito que o próprio aperfeiçoamento da administração municipal a que estamos assistindo em Belo Horizonte é um grande sinal da viabilidade do arquivo.

Gostaria, ainda, de acrescentar que para mim, pessoalmente, é oportunidade inestimável de enriquecimento estar participando deste momento histórico em Belo Horizonte, este momento em que a consciência da necessidade da preservação da memória da cidade — como muito bem disse o nosso último expositor, é condição

para o reconhecimento por cada cidadão da sua identidade e a da cidade. É o momento em que estamos vivendo. Há uma conjunção de esforços e iniciativas, não só destas que mencionei antes na área da Prefeitura Municipal e do Legislativo, mas também esforços, iniciativas, estímulos e sugestões que vêm de várias entidades da sociedade civil e de moradores da cidade. Gostaria, aqui, de lembrar alguns movimentos que tiveram início em bairros mais antigos da cidade e que estão sendo razão de pesquisas, estudos e concursos para recuperação da história dos bairros de Venda Nova, Santa Tereza e Floresta.

Quero ainda ressaltar com a maior sinceridade que vejo também como privilégio participar da atual administração municipal, onde os valores éticos em momento algum são esquecidos em favor de qualquer outro tipo de consideração, e onde a política está sendo efetivamente praticada, tendo como objetivo valores humanos e sociais. É este, portanto, um momento de grande esperança. Há todos os perigos e dificuldades que foram aqui apontados, inclusive o risco da descontinuidade administrativa. Aqui foi ressaltada ainda, de maneira clara e inquestionável, que a condição essencial ao bom funcionamento dos arquivos públicos, a condição para que se alcance o objetivo de dar acesso a todo cidadão à documentação pública, é efetiva articulação e cooperação entre as três esferas da administração pública — federal, estadual e municipal. Para os arquivos municipais e, no nosso caso, para um arquivo da cidade de Belo Horizonte, isto é, da capital do Estado, a articulação mais importante se dá entre as esferas estadual e municipal. Permito-me, neste sentido, manifestar a minha confiança e convicção de estarmos às vésperas de uma nova e construtiva relação de cooperação e de integração entre estado e município e que virá favorecer a concretização dos nossos projetos. Este seminário, portanto, se encerra sob o signo do trabalho e da esperança. Muito obrigada.

VEREADORA HELENA GRECO — Gostaria de agradecer pelo privilégio de estar ocupando esta mesa e dar parabéns à organização deste seminário, que foi de importância fundamental não só para os vereadores, mas para toda a Câmara Municipal. Assim, posso lhes dizer que para tudo que puder ser feito pelos vereadores para agilizar e aprovar o que for apresentado na Câmara, estaremos à disposição.

Gostaria de aproveitar a ocasião para deixar uma mensagem que, apesar de pequena, é importante.

Walter Benjamim já afirmava esperar da revolução social não só a libertação das forças do futuro, mas também a libertação do gênio do passado. Na mesma toada, E. Bosi classificou a espoliação das lembranças como um dos mais cruéis exercícios da opressão.

Estas frases lapidares têm para nós, que vivemos num país onde a falta de memória é literalmente fabricada, significado sobremaneira especial; e a criação de um arquivo público municipal também.

Esta iniciativa constitui passo fundamental para o resgate da nossa memória que compreende a recuperação da história dos conflitos, da história das contradições (o *habeas data* já abriu espaço para isto), da história da cidade. Tudo isto deve desembocar necessariamente na construção e no exercício da plena cidadania.

VEREADOR JOSÉ LINCOLN MAGALHÃES — O

Informe JB, no primeiro caderno de segunda-feira, dia 20, faz o seguinte comentário: "O Arquivo Nacional identificou e recolheu nos últimos cinco meses o equivalente a 23 quilômetros de documentos dos órgãos federais extintos pela reforma administrativa. São 13 quilômetros encontrados em Brasília e 10 quilômetros no Rio de Janeiro. Desse total, pesquisadores do Arquivo estimam que cerca de 10 quilômetros possuam valor histórico, ou seja, servem para contar um pouco da trajetória do país. Desde 1838, quando foi criado, o Arquivo Nacional juntou 25 quilômetros, sem contar o espólio dos órgãos extintos. E esse número de 25 quilômetros é extremamente modesto em relação ao acervo da França, de 470 quilômetros, ou dos Estados Unidos, de 340 quilômetros, ou mesmo se comparado com alguns países africanos, no caso o Senegal, com 34 quilômetros."

Quando a terceira capital do país está próxima de completar cem anos de existência, nunca tendo se preocupado oficialmente com a sua memória, vejo com orgulho e alegria e como vereador de Belo Horizonte, o trabalho que buscamos os senhores pesquisadores e historiadores em levantar a história da nossa cidade. Sabemos que é um trabalho árduo e difícil, já que a documentação oficial da cidade, segundo informações que me chegaram, encontra-se espalhada por diversos pontos, o que dificultará, sem sombra de dúvida, todo o trabalho de levantamento histórico.

A Prefeitura de Belo Horizonte, ao se empenhar na criação do arquivo público municipal, o faz dentro de uma proposta específica de resgatar o que ainda sobrevive de memória desta cidade.

Posso afiançar e dizer aos senhores e às senhoras que, como líder da bancada do PSDB e por conviver e conhecer o trabalho dos meus colegas vereadores, quando os projetos relativos ao Arquivo de Belo Horizonte forem submetidos à Câmara Municipal, terão os mesmos a sua aprovação e, tenho quase certeza, por unanimidade, por terem os nossos trinta e sete vereadores a consciência da importância desse trabalho.

VEREADOR SÉRGIO CÔUTINHO — A respei-

to de quilômetros de papel que temos arquivados, gostaria de dizer que, infelizmente, os números não nos assustam mais. O vereador preocupou-se com isso e com muita razão. Realmente, é preocupante saber que o Senegal está à nossa frente. Mas num país cuja economia é a oitava do mundo e que detém os maiores índices de mortalidade infantil, realmente não nos surpreendem esses números. Não podemos concordar que também à frente do Brasil estejam apenas Serra Leoa e Gâmbia em termos de mortalidade infantil.

Voltando ao tema específico do arquivo público municipal, em muito boa hora os especialistas, os historiadores, a Secretaria Municipal de Cultura, promotores deste seminário, vieram nos lembrar do que não devemos nos esquecer: Belo Horizonte ainda não completou cem anos, ainda não é uma cidade centenária e já é uma cidade sem memória. Precocemente, Belo Horizonte vem perdendo a sua memória. E este grande alerta, este movimento e este trabalho de vocês vêm nos lembrar que é preciso, antes que seja muito tarde, preservar a memória, preservar a cultura de Belo Horizonte, de vida pequena em termos de tempo, mas de memória muito rica, que tem uma história muito grande e é orgulho para todos nós que aqui nascemos, que aqui convivemos.

A Câmara Municipal, hoje amplamente renovada, com vereadores da estirpe de José Magalhães, de dona Helena Greco, Sérgio Miranda, que aqui estão e como outros que tenho a certeza que aqui gostariam de estar e por motivos imprevistos não puderam comparecer como o vereador Patrus Ananias e o vereador Arutana Cobério, presidente da Casa. Não vou citar todos os trinta e sete. Estes, tenho a certeza, gostariam de estar aqui agora e não puderam comparecer. Tenho certeza de que, a partir da seriedade, a partir da competência e a partir do vasto e amplo conhecimento que todos os senhores e senhoras têm deste assunto tão importante para a vida e para a história de Belo Horizonte, a Câmara Municipal, sem dúvida nenhuma, irá aprovar o projeto que está sendo elaborado. Não é possível que aquela Casa não venha a dar seu apoio a esta iniciativa. Mesmo porque conhecemos todos os 37 vereadores. Sabemos do interesse de cada um, sabemos das preocupações e da seriedade de cada um deles. E um documento oriundo de um seminário desta estirpe seguramente terá por parte da Câmara Municipal aprovação unânime.

VEREADOR SÉRGIO MIRANDA —

Buscando algumas informações sobre o tema deste seminário, fui surpreendido com um dado que eu desconhecia e muito interessante: a Assembléia Constituinte, durante a Revolução Francesa, criou, sob o nome de 'Arquivos Nacionais', um lugar onde seriam centralizados todos os documentos do antigo regime. Os arquivos departamentais tiveram o seu nascimento conforme uma lei de 5 Brumário. Isso reforça uma idéia nossa que associa a criação do arquivo ao processo de democratização, à valorização da cidadania. É sob essa ótica que louvamos a iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte de encaminhar o projeto de lei da criação do arquivo municipal da nossa cidade. Esse o aspecto central de valorização da cidadania: a população de Belo Horizonte ter acesso aos documentos da sua cidade.

O acesso a todas as informações nos leva à questão essencial: a democratização do poder. Poderíamos incorporar ao acervo deste arquivo os materiais elaborados pelo movimento comunitário, os abaixo-assinados que são constantemente dirigidos à Prefeitura.

Temos discutido amplamente na Câmara Municipal o fato de Belo Horizonte não ter um arquivo municipal, não ter uma biblioteca municipal, a questão do pronto-socorro, do trânsito, do tráfego, e consideramos que o professor João Antônio e a professora Maria Auxiliadora Faria deram explicações positivas sobre isso. Belo Horizonte foi planejada para ser a capital do Estado e vive, desde a sua fundação, sob essa opressão do governo do Estado. A afirmação da sua autonomia e da sua cidadania é um aspecto fundamental.

Aproveitando o encerramento deste seminário, gostaria que encetássemos aqui uma mobilização para a criação da biblioteca municipal de Belo Horizonte. Temos em São Paulo a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, dona de um riquíssimo acervo, onde há uma grande frequência, uma rede de bibliotecas de bairros também muito boa. Frequentei essas bibliotecas, e acho que era a ocasião, tendo a presença da professora Benenice Menegale, de comprarmos essa briga em conjunto.

PROF.^a BERENICE MENEGALE — Gostaria de agradecer as palavras de cada um dos vereadores que nos dão a honra da sua participação hoje aqui e queria comentar especialmente as palavras tão estimulantes do vereador Sérgio Miranda, que mostrou uma compreensão perfeita do papel e da função do arquivo público da cidade.

Queria só comentar a questão da biblioteca. A biblioteca é até um exemplo que reforça essa idéia, como ele mencionou, da opressão do poder estadual. Na capital, o poder estadual exerce um papel extremamente paternalista. Exerceu no passado, quando os prefeitos eram nomeados pelos governadores, especialmente. Belo Horizonte já teve uma biblioteca, que aliás constava do projeto de construção da cidade. Era uma biblioteca pequena, de acordo com o tamanho da cidade, com a sua população, mas uma biblioteca que tinha um acervo muito importante, precioso. E, num desses lances que não se consegue compreender, essa biblioteca, em determinado momento, foi desalojada para instalação justamente da Câmara de Vereadores, noutra época, muito diferente. Ela funcionava onde é atualmente o Museu de Mineralogia, no prédio onde funcionou o antigo Conselho Deliberativo do Município, que foi o antecessor da Câmara dos Vereadores. Essa biblioteca foi desalojada e então foi dispersa. Uma parte desse acervo, e acredito que seja uma pequena parte, está no IMACO e, neste momento, está sendo levantado. Outra parte, segundo as informações que temos, foi para a biblioteca do Colégio Estadual. Vejam vocês aí uma ingerência nos assuntos do município, uma ingerência prejudicial. A construção da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, naquelas circunstâncias, parece que, para os governantes, supria essa falta.

Esta administração está de pleno acordo com o vereador Sérgio Miranda e, desde o primeiro momento, ao mesmo tempo em que se pensou em criar o arquivo municipal se pensou em implantar na cidade um sistema de bibliotecas públicas. Essa idéia está sendo elaborada. Ainda não se conseguiu. Realmente é um tempo ainda curto para muita coisa que se fez com uma equipe tão pequena como a que se tem na Secretaria de Cultura.

Várias entidades já foram convocadas a discutir conosco a questão das bibliotecas públicas e não se chegou ainda a uma proposta que seja bastante convincente para o que a cidade precisa.

Estamos convencidos, por esse tempo de trabalho de praticamente um ano e meio na Prefeitura, trabalhando com todas as regiões da cidade, que há necessidade urgente de um trabalho de estimulação e de fomento à leitura. Há poucos dias, conversei com o administrador regional de Venda Nova, Juarez Amorim, que apresentou como sua primeira reivindicação assim que chegou à administração, no ano passado, a criação de uma biblioteca para a região. Hoje ele está convencido de que é preciso fazer um trabalho de estimulação à leitura, sem o que uma biblioteca em Venda Nova ficaria vazia.

Procuramos ser, na Secretaria, bastante realistas, procuramos encontrar um caminho que seja o mais adequado à nossa realidade e aproveitar as oportunidades que surgem com força, sem deixá-las passar.

Temos um belíssimo projeto elaborado para estímulo à leitura infantil e juvenil, que será uma biblioteca-piloto, uma nucleação do trabalho que se estenderá por todas as regiões da cidade, não só como biblioteca comunitária, mas também como centro de apoio às bibliotecas escolares. Esse é um projeto que vai ser implantado muito mais cedo do que esperávamos, justamente por uma circunstância que não podemos deixar de aproveitar. Na realidade, desde 1977 existe uma lei municipal que cria a Biblioteca Infanto-

juvenil no município. É uma lei que criou a biblioteca antes de haver qualquer possibilidade de ser implantada. Agora surgiu essa possibilidade, no prédio da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG — FAFICH. Esse prédio, com a transferência da FAFICH para a Pampulha, foi alugado pela Prefeitura para instalar ali quatro mil escolares que estavam sem escolas. A Prefeitura está construindo essas escolas, e essas crianças vêm de vários bairros da cidade, de ônibus especial. Lá, no antigo espaço da biblioteca da FAFICH, será implantada agora essa biblioteca-piloto, que vai atender a essas quatro mil crianças e que será uma biblioteca também comunitária, mas será principalmente um centro de treinamento, um centro de criação, de comunicação, de literatura e de cultura infantil e juvenil.

Às vezes os caminhos que podemos trilhar não são aqueles planejados, mas são os das circunstâncias que têm que ser aproveitadas.

Agradeço mais uma vez ao vereador Sérgio Miranda por haver compreendido tão bem os nossos propósitos.

Gostaria de manifestar um agradecimento muito especial àqueles que vieram abrilhantar o nosso seminário mas, principalmente trazer uma contribuição na qual sentimos não apenas a competência, a experiência, mas a solidariedade muito grande. Refiro-me especialmente aos expositores José Maria Jardim, Ana Maria de Lima Brandão, João Antônio de Paula e Aurélio Wander Bastos, além da professora Norma de Góes Monteiro e a todos os debatedores que levaram tão a sério a sua função, trazendo contribuições interessantes e estimulando o debate.



RECOMENDAÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIO DURANTE A SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO, EM 06 DE SETEMBRO DE 1990

O seminário "Bases para a implantação de uma arquivo moderno: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte", realizado nesta cidade, de 04 a 06 de setembro de 1990, estabelece as seguintes recomendações que devem ser encaminhadas, através da Secretaria Municipal de Cultura, às autoridades e órgãos competentes:

1 - que o Poder Executivo do município de Belo Horizonte encaminhe, com a maior urgência, ao Poder Legislativo, o projeto de lei que "Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte e dá outras providências", bem como o projeto de lei que "Dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências", na medida em que os mesmos estão adequados às mais avançadas técnicas arquivísticas e coadunados com o espírito da Constituição de 1988, da Constituição do Estado de 1989, e da Lei Orgânica do Município de março de 1990;

2 - que o Poder Legislativo aprecie e vote estes projetos de modo a viabilizar a gestão dos documentos do Poder Executivo Municipal e a preservação daqueles de valor histórico, de modo a contribuir para a eficiência administrativa do governo, o desenvolvimento de pesquisas de caráter acadêmico, técnico e científico, e o atendimento aos usuários no exercício de sua cidadania;

3 - que o Poder Executivo Municipal racionalize seus investimentos no sentido de dotar o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte de uma sede própria para abrigar os documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades;

4 - que o Poder Executivo Municipal promova a capacitação dos recursos humanos que atuam nos arquivos da administração pública municipal, dotando o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte de um quadro técnico, com vencimentos compatíveis à sua responsabilidade, e a implantação de uma política de arquivos para a cidade que possa servir de modelo para outros arquivos municipais em Minas Gerais;

5 - que o Poder Executivo Municipal procure realizar convênios com universidades, arquivos e demais instituições públicas e privadas voltadas para a preservação da memória nacional, no sentido de racionalizar seus esforços, integrar atividades e evitar dispersão de recursos, com vista a um objetivo comum;

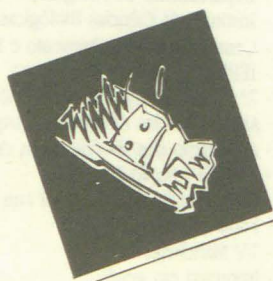
6 - que a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte priorize, neste momento, as atividades de recenseamento dos seus acervos arquivísticos, o levantamento da estrutura administrativa do município desde sua criação até os dias atuais; os estudos de caráter legislativo; a definição de sua política municipal de arquivos e o estabelecimento de convênios com outras instituições;

7 - que o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte estabeleça a partir deste ano suas diretrizes, ações estratégicas e planejamento de recursos até 1993, com periodicidade quadrienal.

MOÇÕES

No momento em que se encerra oficialmente o seminário "Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte", apresentamos nossos agradecimentos e cumprimentos a todas as pessoas e instituições que muito contribuíram para o sucesso do evento, em especial a:

- 1 - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais — BDMG;
- 2 - Arquivo Nacional;
- 3 - Arquivo Público Mineiro;
- 4 - Arquivo Público do Distrito Federal;
- 5 - Arquiteto Marcílio Godoi, pela criação das peças de divulgação do evento;
- 6 - Departamento de Fotografia e Cinema da UFMG;
- 7 - Instituto de Ciências Biológicas — ICB/UFMG;
- 8 - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR/UFMG;
- 9 - IEPHA-MG;
- 10 - 7ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória;
- 11 - Associação dos Amigos dos Arquivos Públicos de Minas Gerais;
- 12 - Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais;
- 13 - ANPUH - Seção MG;
- 14 - Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa;
- 15 - Fundação João Pinheiro;
- 16 - TV Manchete;
- 17 - Imprensa em geral;
- 18 - Eise Lopasso, da Secretaria Municipal de Administração;
- 19 - Funcionários da Secretaria Municipal de Cultura.





EDITORA
O LUTADOR

Livros,
jornais e revistas.
Impressos
de qualidade.

Pça Pe Júlio Maria, 01 - Planalto
Fone: (031) 441 3632
31710 - Belo Horizonte - MG





SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE